

CARTA SOCIAL

Carta Social 2025 - 2029

erre.
LRB



Município de
Cabeceiras de Basto

Maio de 2025

Ficha Técnica do Documento

Título:	Município de Cabeceiras de Basto Versão Final
Descrição:	O presente documento diz respeito ao relatório final da Carta Social de Cabeceiras de Basto.
Data de produção:	06/05/2025
Versão:	7ª
Equipa técnica:	ÉRRE LRB: João Coelho; António Silva; João Rodrigues; Ricardo Silva; Jorge Novais.
Nome do ficheiro digital:	LRB.RF.001.2023.CABECEIRAS_DE_BASTO_07



Esta página foi deixada propositadamente em branco

ÍNDICE

Parte I – Notas Introdutórias.....	6	7.2.3 Período de Vigência	50
1 Siglas e Acrónimos	7	7.3 Enquadramento Teórico das Respostas Sociais	50
2 Mensagem da Vereadora.....	8	7.3.1 Infância e Juventude.....	50
3 Sumário Executivo.....	9	7.3.2 População Adulta.....	52
4 Introdução	10	Parte III – Diagnóstico da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.....	58
5 Metodologia.....	12	8 Diagnóstico da Rede de Serviços	59
Parte II – Enquadramento.....	20	8.1 Análise Geral	59
6 Caracterização Territorial	21	8.1.1 Entidades Gestoras	59
6.1 Caracterização Demográfica	23	8.1.2 Equipamentos Sociais.....	60
6.2 Caracterização Socioeconómica	30	8.1.3 Respostas Sociais	61
6.3 Caracterização Física.....	38	8.2 Análise das Respostas Sociais Por População-Alvo.....	64
7 Enquadramento	42	8.2.1 Infância e Juventude.....	64
7.1 Enquadramento Legal.....	42	8.2.1.1 Crianças e Jovens	64
7.2 Enquadramento Conceptual.....	49	8.2.2 População Adulta.....	69
7.2.1 Conceito.....	49	8.2.2.1 Pessoas Idosas.....	69
7.2.2 Objetivos	49	8.2.2.2 Pessoas Adultas com Deficiência.....	74



8.2.2.3	Pessoas em Situação de Dependência	77
8.2.3	Família e Comunidade	83
8.2.3.1	Família e Comunidade em Geral	83
8.3	Outros Projetos	88
Parte IV – Análise Prospetiva		89
9	Análise Prospetiva 2011 a 2031	91
Parte V - Síntese do Diagnóstico e Análise SWOT		98
10	Síntese do Diagnóstico	99
11	Análise SWOT	102
Parte VI – Programação e Plano de Monitorização		105
12	Programação da rede de serviços e equipamentos sociais	106
12.1	Visão e Princípios Orientadores	106
12.2	Estratégias de Intervenção	109
12.3	Plano de monitorização e avaliação	116
Notas Conclusivas		118
Anexos		119

Anexo I – Questionários	119
-------------------------------	-----

Anexo II - Entrevista	128
-----------------------------	-----

PARTE I – NOTAS INTRODUTÓRIAS



1 SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADIB	Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto
ARCA	Associação Recreativa e Cultural do Arco de Baúlhe
APU	Área Predominantemente Urbana
AMU	Área Mediamente Urbana
APR	Área Predominantemente Rural
CAARPD	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CACI	Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCL	Centro de Convívio e Lazer
CLAS	Concelho Local de Ação Social
CM	Câmara Municipal
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
COS	Carta de Ocupação do Solo
CSB	Centro Social de Bucos
CSCB	Centro Social de Cabeceiras de Basto
CVP – CB	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Cabeceiras de Basto
CVP - DAB	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arco de Baúlhe
CSPA	Centro Social e Paroquial de Abadim
CSPC	Centro Social da Paróquia de Cavez
ECL	Espaço de Convívio e Lazer
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
FAJGC	Fundação António Joaquim Gomes da Cunha

GNR	Guarda nacional Republicana
Hab	Habitantes
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
Lda	Limitada
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais
NE	Nordeste
OE	Objetivos Estratégicos
PORDATA	Estatística, Gráficos e Indicadores
SAAS	Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SNIPi	Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância
SW	Sudoeste
SWOT	<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats</i>
TIPAU	Tipologia de Áreas Urbanas
UCC	Unidade de Cuidados Continuados
UCCI	Unidade de Cuidados Continuados Integrados
UF	União de Freguesias
ULDM	Unidade de Longa Duração e Manutenção
UMDR	Unidade de Média Duração e Reabilitação
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana

2 MENSAGEM DA VEREADORA

É com sentido de dever cumprido que apresentamos a Carta Social de Cabeceiras de Basto, um documento estruturante que visa promover a inclusão e facilitar o acesso a serviços e equipamentos sociais, essenciais para todos os habitantes do concelho.

A elaboração da Carta Social envolveu a avaliação das políticas e estratégias de intervenção social, com um foco específico na identificação de tendências atuais e futuras, desafios e oportunidades emergentes, antecipando as necessidades a médio e longo prazo.

Este instrumento identifica-se como uma ferramenta estratégica, fruto de um levantamento minucioso, desenvolvido através da auscultação de diversas entidades, com o objetivo de definir as reais necessidades do nosso concelho.

Os investimentos realizados nesta área têm sido significativos, refletindo um percurso consistente de progresso e desenvolvimento, sempre com o bem-estar da nossa população no centro das nossas prioridades. O nosso

compromisso é garantir que as políticas sociais são ajustadas às necessidades concretas da nossa população, assegurando que o concelho dispõe de uma rede de serviços e equipamentos adequados, que respondem com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

A Carta apresentada não é um documento fechado, mas um instrumento essencial para o planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais do Município, pois só através de um planeamento eficaz é possível responder às necessidades identificadas e antecipar desafios futuros.

Cabeceiras de Basto prossegue, assim, um caminho de evolução social sustentada, assente em estratégias sólidas, que visam proporcionar melhores condições de vida a todos os seus munícipes, consolidando uma comunidade mais coesa, justa e preparada para os desafios do futuro.



3 SUMÁRIO EXECUTIVO

A Carta Social Municipal é um documento do setor social com o intuito de organizar e localizar os equipamentos sociais existentes no município, e com isto pretende-se que constitua uma ferramenta oficial e de fácil acesso, dispondo de informação relevante à rede de serviços e equipamentos sociais.

O presente documento materializa a Carta Social do Município de Cabeceiras de Basto, assumindo-se como uma ferramenta estratégica para o planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais. Destina-se a orientar os investimentos no concelho nos próximos quatro anos e inclui também uma projeção até 2031.

Com o desenvolvimento deste instrumento de planeamento, visa ser uma ferramenta essencial para analisar a rede de serviços e equipamentos com o intuito de criar novos espaços sociais e distribuídos pelo território, pretendendo responder com eficácia às necessidades e problemas sociais existentes.

Para além disso, as mudanças promovidas pela globalização tornam a sociedade mais complexa, sendo fundamental a existência de um diagnóstico real das necessidades do município para uma tomada de decisão mais eficaz e ponderada.

4 INTRODUÇÃO

O progresso das sociedades contemporâneas tem possibilitado aos cidadãos desfrutarem de elementos de modernidade e de uma maior qualidade de vida. Contudo, de igual modo, tem gerado significativas fragilidades e desigualdades sociais que deixam a sua marca na vida de muitas pessoas. Estas, conduzem para situações crescentes de pobreza e exclusão social, bem como desigualdades que promovem situações de isolamento e de desproteção dos mais idosos e dos mais dependentes, como crianças, pessoas com deficiência e doentes.

Neste sentido, a proteção social assume uma importância vital, seja através de prestações sociais que garantem rendimentos mínimos, seja através de instalações sociais que oferecem serviços e respostas sociais, assegurando assim o bem-estar, a reabilitação e a integração social, contribuindo para uma considerável redução das desigualdades sociais.

A rede de serviços e equipamentos sociais corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e

Conceitos das Respostas Sociais em vigor. Isso resulta na oferta de um conjunto abrangente de respostas sociais, direcionadas a toda a população, com o objetivo de atender às diferentes necessidades sociais, mas, principalmente, de proteger os grupos sociais mais vulneráveis.

Constitui-se, a Carta Social, como um elemento fundamental no desenvolvimento da proteção social, tendo um papel importante no combate às situações de pobreza e exclusão social, na promoção da inclusão e coesão social e na conciliação entre a vida pessoal, a familiar e a atividade profissional.

De acordo com a Portaria N.º 66/2021, compete às autoridades locais, isto é, às Câmaras Municipais produzir, manter atualizada e divulgar a Carta Social Municipal, em pronunciação com o Conselho Local de Ação Social (CLAS), procedendo a uma programação que incida, sobretudo, nas respostas sociais que apresentam claramente um carácter inframunicipal.

A Carta Social sintetiza e relaciona as várias dimensões de análise relevantes de forma a garantir coerência no planeamento do alargamento da rede de serviços e



equipamentos sociais já existentes no município, nomeadamente no aspeto físico, perfil demográfico, socioeconómico e diagnóstico da rede de serviços.

A Carta Social de Cabeceiras de Basto, caracteriza-se por ser um instrumento de informação, de caracterização, de análise da rede de serviços e equipamentos sociais de carácter global e de fácil acesso.

Este documento, enquanto instrumento de referência para o planeamento estratégico da política social do Município, é o resultado de uma extensa discussão e análise conduzida por técnicos e decisores políticos. Além disso, envolve diversos intervenientes e participantes relacionados com a rede social de Cabeceiras de Basto.

Este processo abrange o levantamento minucioso dos equipamentos e respostas sociais existentes, bem como a aplicação de inquéritos por questionário e entrevista junto das instituições da rede solidária, pública e privada estabelecidas no concelho e nas juntas de freguesia.

5 METODOLOGIA

A criação da Carta Social do Município de Cabeceiras de Basto surge na sequência da aceitação da transferência de competências na área de Ação Social, tal como estipulado pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.

Esta carta foi desenvolvida de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria 66/2021, de 17 de março, que regulamenta a elaboração das cartas sociais municipais e intermunicipais, definindo os seus conteúdos, as regras de atualização, divulgação e os procedimentos de revisão correspondentes.

A primeira fase do trabalho começou com a revisão da literatura e a análise de regulamentos legais e outros documentos técnicos considerados pertinentes para o planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível local, bem como a recolha de dados de fontes oficiais como o MTSSS. Isso foi realizado com o objetivo de fornecer uma base conceptual e metodológica sólida e sustentada em evidências.

A fase seguinte consistiu numa análise das várias dimensões consideradas importantes para o planeamento estratégico e prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais, bem como dos indicadores a recolher abrangendo as diferentes áreas. A seleção dos indicadores tem em consideração critérios de desagregação espacial, privilegiando as fontes de dados oficiais.

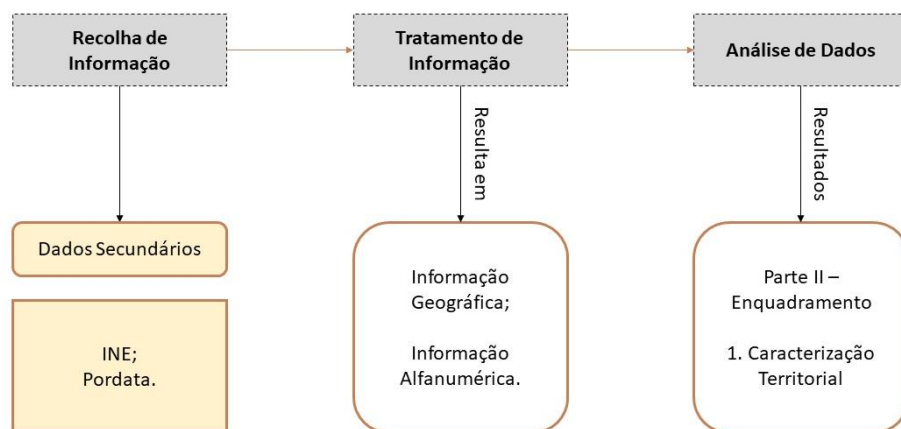
A caracterização territorial é um processo essencial no estudo e compreensão das particularidades de uma determinada região, área geográfica ou território.

Esta análise envolveu a identificação e descrição pormenorizada de diversos elementos que compõem o território em questão, como a sua localização, extensão, relevo, recursos naturais, população, atividades económicas e aspetos culturais.

Através da caracterização territorial, foi possível obter uma visão abrangente das características físicas, sociais e económicas do município de Cabeceiras de Basto, o que é fundamental para o planeamento e gestão do território, bem como para a tomada de decisões políticas e estratégicas. Este processo permitiu uma melhor compreensão das



potencialidades e desafios do município, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da comunidade local. A caracterização territorial, consistiu na recolha de informação dos principais indicadores a ter em consideração utilizando os dados mais recentes disponíveis, privilegiando as fontes de dados oficiais, como por exemplo o INE (recenseamento da população nos últimos anos) e o PORDATA (estimativas demográficas).



Caracterização Demográfica;

Caracterização Socioeconómica;

Caracterização Física (Altitude, Declives, Hidrografia).

Na terceira fase, realizou-se a recolha de informações estatísticas, tanto quantitativas como qualitativas, relacionadas com os indicadores previamente escolhidos. A falta de informação sobre certas variáveis de caracterização da rede de serviços e equipamentos sociais levou à criação e implementação de questionários e inquéritos direcionados aos responsáveis técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) presentes no município. O inquérito por questionário é uma técnica amplamente utilizada nas Ciências Sociais, devido à sua capacidade de quantificar uma variedade de dados e realizar análises extensas de correlação, permitindo assim comparações precisas dos resultados. A entrevista, por outro lado, é uma técnica valiosa para uma ampla gama de projetos de pesquisa social, uma vez que permite a recolha de dados

teóricos mais enriquecidos e aprofundados. Após esta recolha, fez-se o tratamento de dados, análise da informação estatística e outra relativa aos aspetos físicos, demográficos, socioeconómicos e à rede de serviços e equipamentos sociais.

Na quarta fase, procedeu-se ao processamento e análise dos dados estatísticos (tanto quantitativos quanto qualitativos) e de outras informações recolhidas relacionadas com os aspetos físicos, demográficos, socioeconómicos e à rede de serviços e equipamentos sociais.

O diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais, na sua elaboração, consistiu-se como um processo crucial para obter uma visão abrangente da situação atual e para identificar os desafios e oportunidades existentes, tendo por base os seguintes métodos:

1. Recolha de Dados: reuniu-se informações relevantes sobre a rede de serviços e equipamentos sociais existente. Estes dados incluem os tipos de serviços, as localizações, a capacidade, os recursos humanos, o financiamento e as áreas de atuação, de forma a obter

uma compreensão mais profunda do funcionamento da rede de serviços sociais existentes.

2. Questionários e Entrevistas: Foram auscultadas as entidades responsáveis, de forma a recolher informações quantitativas e qualitativas, bem como perceções sobre a operação da rede e as necessidades futuras.
3. Análise Quantitativa: A análise estatística foi usada para avaliar dados numéricos, como taxas de utilização, dados demográficos e outros indicadores.
4. Mapeamento Geográfico: Resultou na elaboração de um mapa da distribuição geográfica dos serviços e equipamentos sociais para avaliar a cobertura territorial e identificar eventuais falhas na distribuição.
5. Avaliação das Necessidades da População: Com base em dados demográficos e sociais, foram identificadas as necessidades da população e dos grupos que necessitam particularmente de serviços sociais.



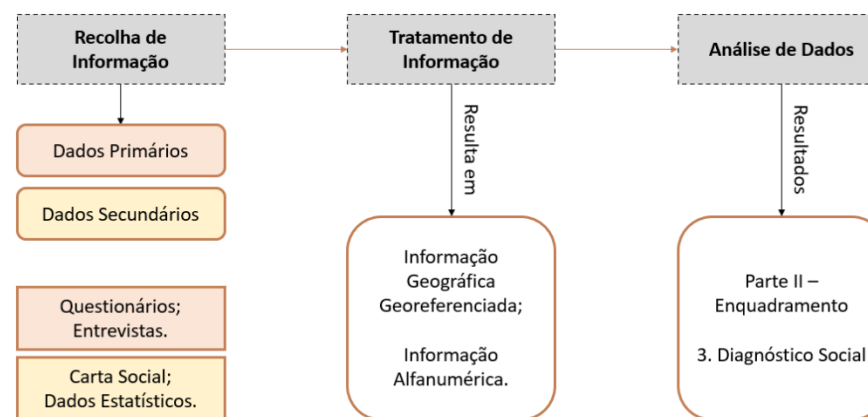
A análise das respostas sociais por população-alvo implicou uma avaliação minuciosa das políticas e serviços sociais destinados a satisfazer as necessidades específicas de diversos grupos populacionais.

Esta análise compreendeu a avaliação das medidas, programas e serviços implementados para satisfazer as carências e requisitos de cada grupo. Assim, engloba a análise da qualidade, da acessibilidade, da eficácia dos serviços existentes, a identificação de lacunas, as necessidades não atendidas e a monitorização da evolução das condições de vida e do bem-estar das populações-alvo.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada uma análise sobre o número de utentes que usufrui das respostas sociais, o número de utentes que se encontram em lista de espera, bem como as freguesias de abrangência das respostas sociais.

Este processo relevou-se essencial para assegurar que as políticas sociais se ajustem e melhorem de acordo com as necessidades reais de cada população, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz.

Para além disso, a análise das respostas sociais por população-alvo visa desempenhar um papel crucial na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.



Na quinta fase, foram desenvolvidas projeções demográficas utilizando as dinâmicas naturais e migratórias. Esse método enfatiza a importância da natalidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional.

A análise prospetiva da Cartas Social envolveu a avaliação das políticas sociais e das estratégias de intervenção social, com um foco específico na identificação de tendências futuras,

desafios emergentes e oportunidades. Essa análise procurou antecipar as necessidades e mudanças que poderão afetar as políticas e serviços sociais a longo prazo.

A análise prospetiva terá como objetivo identificar riscos e desafios, bem como destacar as necessidades de intervenção ou apoio por parte da autoridade municipal. Com informações recolhidas dos dados oficiais do INE, serão realizadas projeções para o futuro, dos principais indicadores.

Esta análise, contribuiu para uma melhor adaptação e inovação nas políticas sociais, permitindo que o sistema de bem-estar social responda às necessidades em constante evolução da sociedade.

Em suma, esta análise visa promover uma abordagem estratégica, com a finalidade de preparar Cabeceiras de Basto para os desafios e oportunidades futuras, no âmbito das políticas sociais, assegurando que essas sejam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

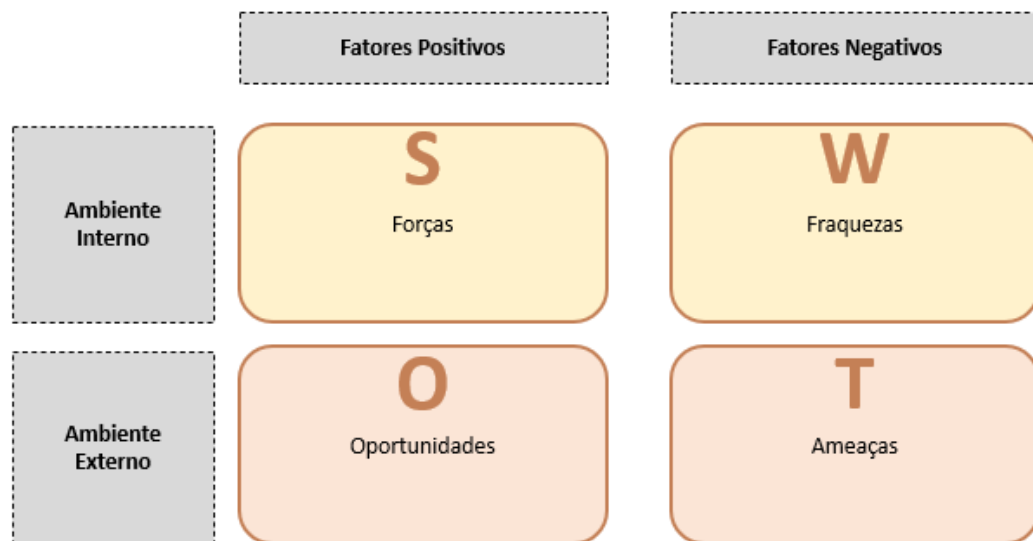


A sexta etapa consistiu na elaboração da análise SWOT ao diagnóstico realizado. Assim, através de um conjunto vasto de indicadores de diferentes dimensões, foi fornecido:

- uma base de evidências e de enquadramento necessário à identificação dos principais problemas e necessidades da rede de serviços e equipamentos sociais;
- uma observação dos indicadores demográficos mais relevantes, relativos à população;



- quais as oportunidades que deverão ser aproveitadas de modo a melhorar a rede de serviços;
- e quais as ameaças que poderão surgir face à natalidade e ao envelhecimento futuro.



Por último, com base no diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais apresentado, que serviu como base de evidências e conhecimento, foi estabelecido o quadro de referência para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais, que inclui visão, princípios

orientadores e critérios de programação, bem como a estratégia de intervenção, composta por eixos, objetivos e linhas de ação estratégica.

Este processo é fundamental para garantir que os serviços sociais estejam disponíveis e acessíveis quando necessário. Nesta etapa propõe-se a identificação das necessidades da população-alvo, realiza-se a avaliação dos recursos disponíveis (pessoas, financiamento, instalações e equipamentos) e serão ainda definidos os objetivos e metas para a rede de serviços sociais.

A metodologia para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais da Carta Social assentou num processo estratégico detalhado que visa garantir a adequação e eficiência dos serviços sociais disponíveis.

1. Avaliação das Necessidades: Realizou-se uma avaliação abrangente das necessidades da população, identificando áreas e grupos que requerem serviços sociais específicos.
2. Análise da Oferta Existente: Realizou-se uma análise minuciosa da oferta existente de serviços sociais e

equipamentos, para determinar se estão preparados para atender às necessidades identificadas anteriormente.

3. Estabelecimento de Objetivos e Metas: Com base na avaliação das necessidades e da oferta existente, foram definidos objetivos e metas claros para a rede de serviços e equipamentos sociais. Esses objetivos são específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e estabelecidos com prazos.
4. Planeamento da Rede: A rede de serviços e equipamentos sociais foi projetada de acordo com os objetivos e metas estabelecidos, o que envolveu a criação de novos serviços, a expansão dos já existentes.

A consulta de todas as entidades sociais com responsabilidade na rede de serviços e equipamentos sociais ocorreu por meio de dois processos: preenchimento de um questionário online e em reuniões presenciais individuais.

Para facilitar a compreensão do diagnóstico, os diversos indicadores estão apresentados em gráficos, tabelas e mapas.

Em todo o processo de elaboração da Carta Social de Cabeceiras de Basto foi considerada a Lista de Nomenclatura e Conceitos das Respostas Sociais e respetiva legislação em vigor aplicável aos serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir o cumprimento dos princípios, objetivos e parâmetros técnicos previstos legalmente.

As entidades que participaram, foram as seguintes:

- ADIB – Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto;
- ARCA – Associação Recreativa e Cultural do Arco de Baúlhe;
- Basto Vida – Serviços de Ação Social e Cuidados de Saúde, Cirl;
- Centro Social de Cabeceiras de Basto;
- Centro Social e Paroquial de Abadim;
- Centro Social e Paroquial de Bucos;
- Centro Social da Paróquia de Cavez;
- Centro Social e Paroquial de St. André de Riodouro;
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Arco de Baúlhe;



- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Cabeceiras de Basto;
- Fundação António Joaquim Gomes da Cunha;
- Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos;
- Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto;
- Serenity Dynasty – LDA;
- ULS do Alto Ave;
- Instituto da Segurança social de Braga – serviço local de Cabeceiras de Basto;
- PROBASTO – Associação de Desenvolvimento de Basto;
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cabeceiras de Basto;
- Junta de Freguesia de Abadim;
- União de Freguesias de Alvite e Passos;
- União de Freguesias do Arco de Baúlhe e Vila Nune;
- Junta de Freguesia de Basto (Sta. Senhorinha);
- Junta de Freguesia de Bucos;
- Junta de Freguesia de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau);
- Junta de Freguesia de Cavez;
- Junta de Freguesia da Faia;
- União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela;
- Junta de Freguesia de Pedraça;
- Junta de Freguesia de Riodouro;
- União de Freguesias de Gondíães e Vilar de Cunhas;
- Ministério Público – secção de Cabeceiras de Basto;
- Centro de Emprego do Médio Ave – Serviço de Emprego de Basto;
- CM de Cabeceiras de Basto;
- GNR – Posto Territorial de Cabeceiras de basto.

Nota – Os questionários foram aplicados às IPSS e as entrevistas às entidades acima referidas.

PARTE II – ENQUADRAMENTO

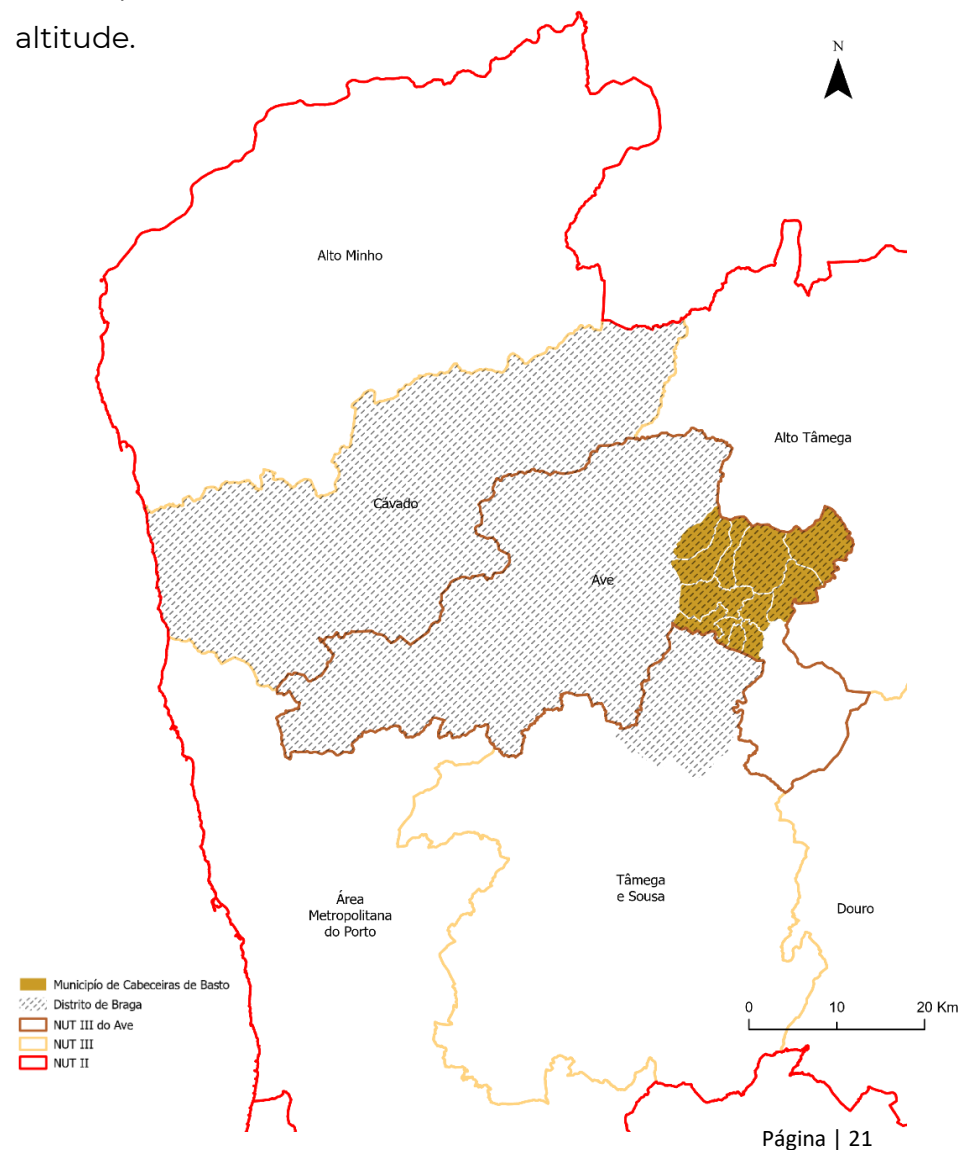


6 CARATERIZAÇÃO TERRITORIAL

O concelho de Cabeceiras de Basto insere-se, desde abril de 2008, na NUTS III do Ave, deixando assim de integrar a unidade geográfica do Tâmega para passar a integrar a unidade geográfica do Ave. O município está dividido em 12 freguesias: Abadim; Basto (Santa Senhorinha); Bucos; Cavez; Faia; Pedraça; Riodouro; Cabeceiras de Basto (S. Nicolau); UF de Alvite e Passos; UF de Arco de Baúlhe e Vila Nune; UF de Gondães e Vilar de Cunhas; e UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela. Com a CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal) em vigor, o concelho possui cerca 242 Km² de área e 15.558 habitantes em 2021, o que conduz a uma densidade populacional de 64 habitantes por km².

Os seus limites fazem fronteira com os concelhos de Celorico de Basto e Mondim de Basto a sul, Montalegre e Boticas a norte, Vieira do Minho a noroeste, Fafe a poente e Ribeira de Pena a nascente. Como limites naturais, a norte, as Serras da Cabreira e Barroso, a este, o Rio Bessa, a sul e sudeste, em grande parte o Rio Tâmega e a oeste a Serra da Lameira. Na Serra da Cabreira encontra-se situado o ponto mais alto do

município, no Alto das Torrinheiras, com 1 197 metros de altitude.



Área Predominantemente Urbana (APU)

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área Mediamente Urbana (AMU)

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área Predominantemente Rural (APR)

Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

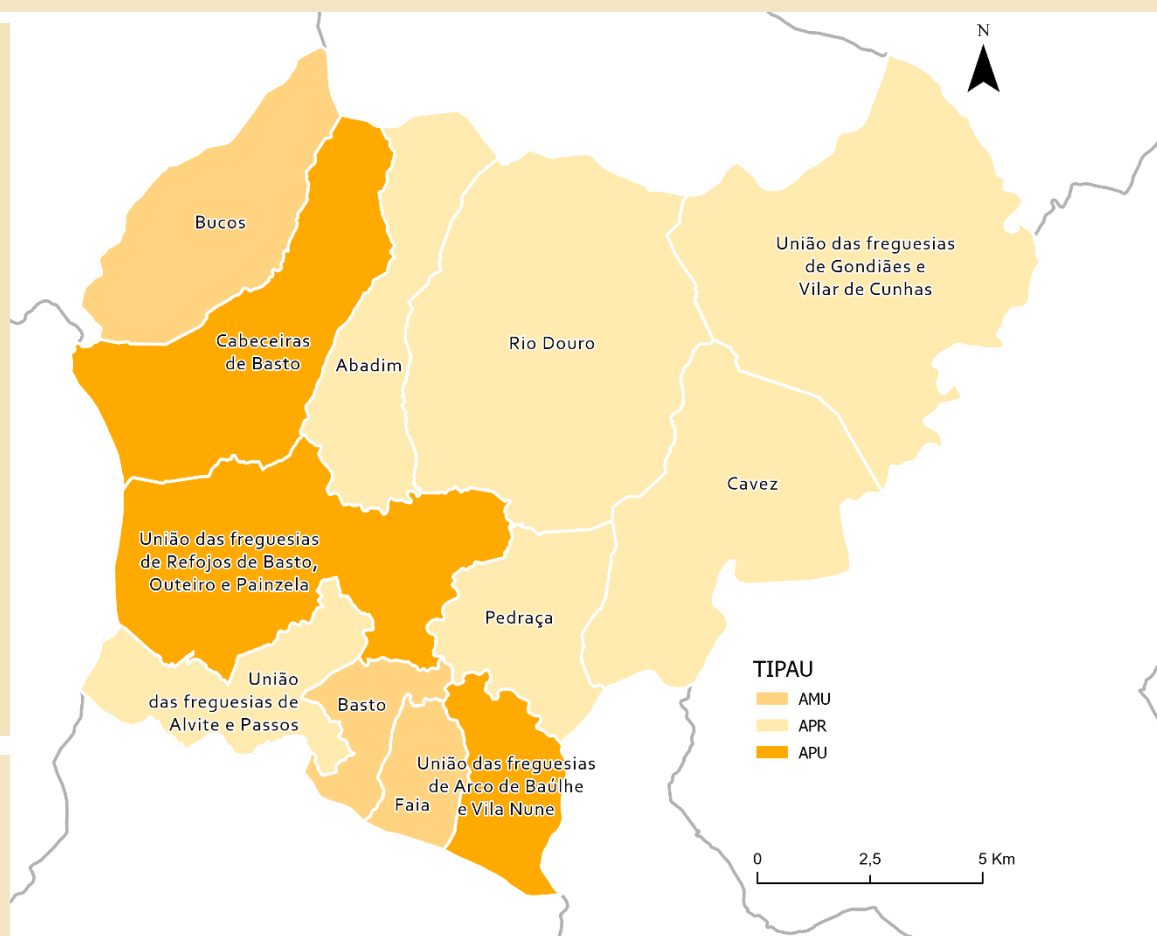


Figura 2. Mapa TIPAU de Cabeceiras de Basto

6.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

No que concerne à população residente, o município de Cabeceiras de Basto tem vindo a registar uma quebra populacional, entre o período de 2011 e 2021, sendo que, em 2011 habitavam no município 16 710 residentes e em 2021 15 558, o que perfaz uma diferença negativa de 1 152 habitantes.

Observando a Tabela 1, é possível concluir que todas as freguesias do município de Cabeceiras de Basto têm registado uma perda da população, com particular destaque para a União de Freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas e a Freguesia de Abadim que obtiveram uma perda de 17.6% e 17.3%, respetivamente. Em oposição, destacam-se, as que perderam menos população como a Freguesia da Faia com uma perda a rondar os 0,5%, bem como a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, a freguesia de Basto e a União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune que completam o quadro das freguesias que registaram uma perda populacional inferior a 5%.

Freguesia	2011	2021	Variação %
Município de Cabeceiras de Basto	16710	15558	-6,9
Abadim	571	472	-17,3
Basto	938	893	-4,8
Bucos	554	469	-15,3
Cabeceiras de Basto	711	616	-13,4
Cavez	1268	1133	-10,6
Faia	558	555	-0,5
Pedraça	760	694	-8,7
Riodouro	942	816	-13,4
União das freguesias de Alvite e Passos	1184	1039	-12,2
União das freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune	2048	1950	-4,8
União das freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas	421	347	-17,6
União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	6755	6574	-2,7

Tabela 1. População Residente por Freguesia (2011 - 2021)

Fonte: INE, 2023

De acordo com a Tabela 2, valores da densidade populacional, Cabeceiras de Basto registou um declínio de mais de 4 pontos percentuais, o que se traduz 64.2 habitantes por km², em 2021. Comparativamente aos restantes níveis territoriais representados, existe a mesma tendência para ambos. Todos estes valores destacam-se pela diminuição de população.

Tabela 2. Densidade Populacional do Município em Relação à Região (2011 - 2021)

Região	2011 n° hab. / km ²	2021 n° hab. / km ²
Portugal	114.5	113.0
Norte	173.1	169.6
Cabeceiras de Basto	68.6	64.2

Fonte: INE, 2023

No que diz respeito à população residente por género (tabela 3), observa-se que no município de Cabeceiras de Basto, habitam mais mulheres do que homens, existindo uma diferença de 480 habitantes, em 2011 e de 440, em 2021. Quer seja no recenseamento de 2011 quer no de 2021.

Tabela 3. População Residente por Género (2011 – 2021)

Região	Homem	Mulher
2011	8 115	8 595
2021	7 559	7 999

Fonte: INE, 2023

No que concerne à estrutura etária da população residente, esta constitui um indicador importante para a caracterização demográfica do município de Cabeceiras de Basto, pois fornece informação relevante sobre a sua composição e necessidades sociais, permitindo realizar uma análise, num horizonte temporal de médio prazo, no que diz respeito à capacidade endógena de reposição geral e ao potencial de recursos humanos.

De acordo com a Tabela 4, existe um acentuado envelhecimento da população, sendo este um dos aspetos que caracteriza a realidade demográfica de Cabeceiras de Basto. Quando se aborda o envelhecimento populacional, não significa que existam idosos a mais, mas sim a existência insuficiente de jovens na estrutura etária da população residente no município de Cabeceiras de Basto.



No último recenseamento populacional, no município de Cabeceiras de Basto, a freguesia de Basto é a única a registar mais jovens entre os 0 e os 14 anos do que idosos (136 jovens para 111 idosos). Nas restantes freguesias, acontece o inverso, existindo mais idosos que jovens, destacando-se a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela com uma diferença de 303 habitantes, a Freguesia de Cavez com 293 e a União de Freguesias de Gondíães e Vilar de Cunhas com 118 habitantes, que em 2011 ainda possuíam mais jovens que idosos.

A proporção de idosos recenseados em 2021 representa 22.7% do total da população do concelho, em oposição a proporção de jovens representa cerca de 12,3% do total da população do concelho. De realçar que, em 2021, a freguesia de Basto continua a ser a que tem mais jovens do que idosos (136 e 111, respetivamente). Em sentido oposto, a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, que apresentava em 2011 mais jovens que idosos, passou em 2021 a registar mais idosos que jovens no seu território, sendo que em 2011 possuía um saldo positivo para os jovens de 152

habitantes, passando a ter um saldo negativo de 303 habitantes, em 2021.

Tabela 4. População Residente por Grandes Grupos Etários (2021)

Freguesia	Grande Grupo Etário			
	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Abadim	40	60	264	108
Basto	136	133	513	111
Bucos	48	40	235	146
Cabeceiras de Basto	61	63	317	175
Cavez	98	104	540	391
Faia	67	65	280	143
Pedraça	68	88	372	166
Riodouro	66	82	416	252
União das freguesias de Alvite e Passos	141	130	563	205
União das freguesias de Arco de Baulhe e Vila Nune	255	219	1007	469
União das freguesias de Gondíães e Vilar de Cunhas	19	24	167	137
União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	918	818	3617	1221
Total	1917	1826	8291	3524

Fonte: INE, 2023

Tabela 5. População Residente por Grandes Grupos Etários (2011)

Freguesia	Grande Grupo Etário			
	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Abadim	86	71	288	126
Basto	211	129	486	112
Bucos	59	72	271	152
Cabeceiras de Basto	92	93	356	170
Cavez	152	137	627	352
Faia	99	77	267	115
Pedraça	124	117	377	142
Riodouro	121	107	448	266
União das freguesias de Alvite e Passos	201	163	605	215
União das freguesias de Arco de Baulhe e Vila Nune	331	263	1101	353
União das freguesias de Gondiaes e Vilar de Cunhas	34	48	182	157
União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	1213	884	3597	1061
Total	2723	2161	8605	3221

Fonte: INE, 2023

Comparativamente ao recenseamento de 2011 (tabela 5), a percentagem de jovens no município sofreu alterações, pois em 2011 habitavam mais jovens em Cabeceiras de Basto do que em 2021. Isto traduz, como referido anteriormente, a perda, em termos absolutos, de jovens no município. Por sua vez, é a classe da população com 65 e mais anos que regista um aumento populacional

Esta dinâmica de perda de população jovem e ganho de população idosa, mostra um duplo envelhecimento que caracteriza as sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou rapidamente, resultante numa grande mudança na população e nos seus estilos de vida.

Observando a pirâmide etária na figura 3, no município de Cabeceiras de Basto, a população entre os 40 e os 65 anos é bastante numerosa, o que é comprovado pelas tabelas anteriores.



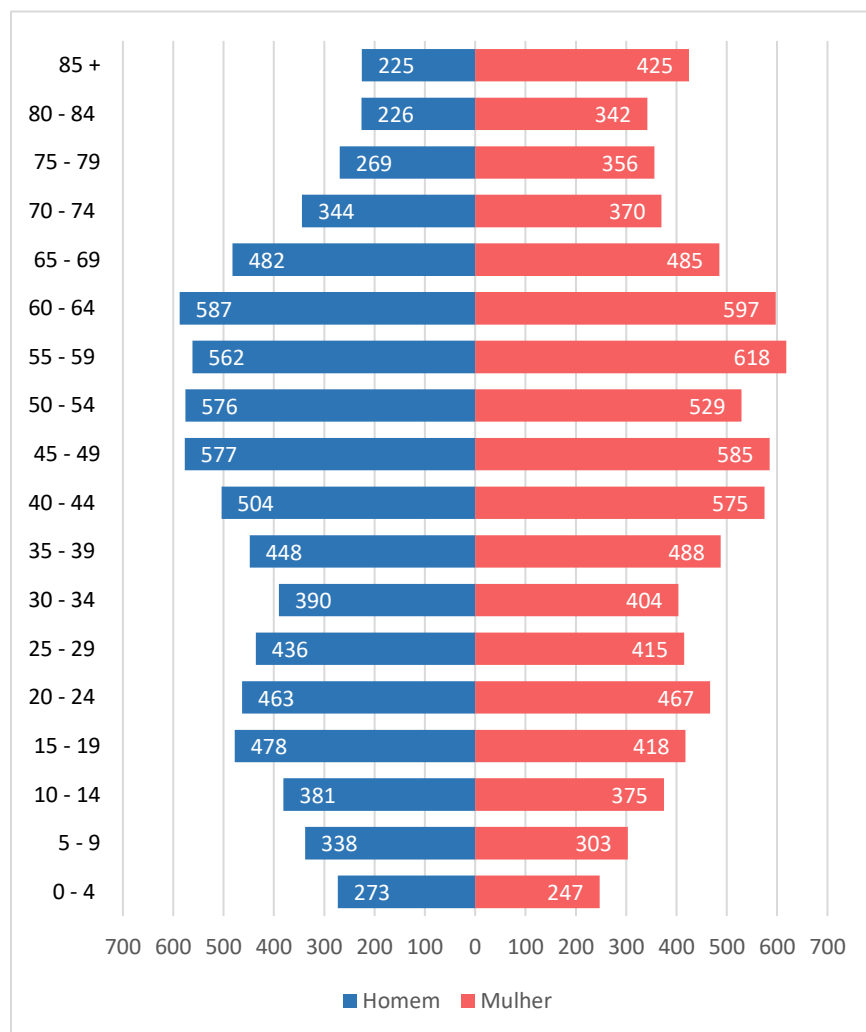


Figura 3. Pirâmide Etária da População no Município (2021)

Fonte: INE, 2023

No que concerne ao valor do índice de envelhecimento, este relaciona-se com população residente entre os 0 e 14 anos e a população idosa com 65 ou mais anos.

Na tabela 6, no último recenseamento populacional, este evidencia um aumento de população idosa em relação aos jovens no município de Cabeceiras de Basto, destacando-se a União de Freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas com 721 idosos a cada 100 jovens, sendo que, comparativamente ao recenseamento realizado em 2011, este índice era inferior, com 461 idosos.

Por outro lado, o índice de envelhecimento não é notório na Freguesia de Basto, na União de Freguesia de Alvite e Passos, na União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune e na União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, que registam valores inferiores a 184 idosos a cada 100 jovens.

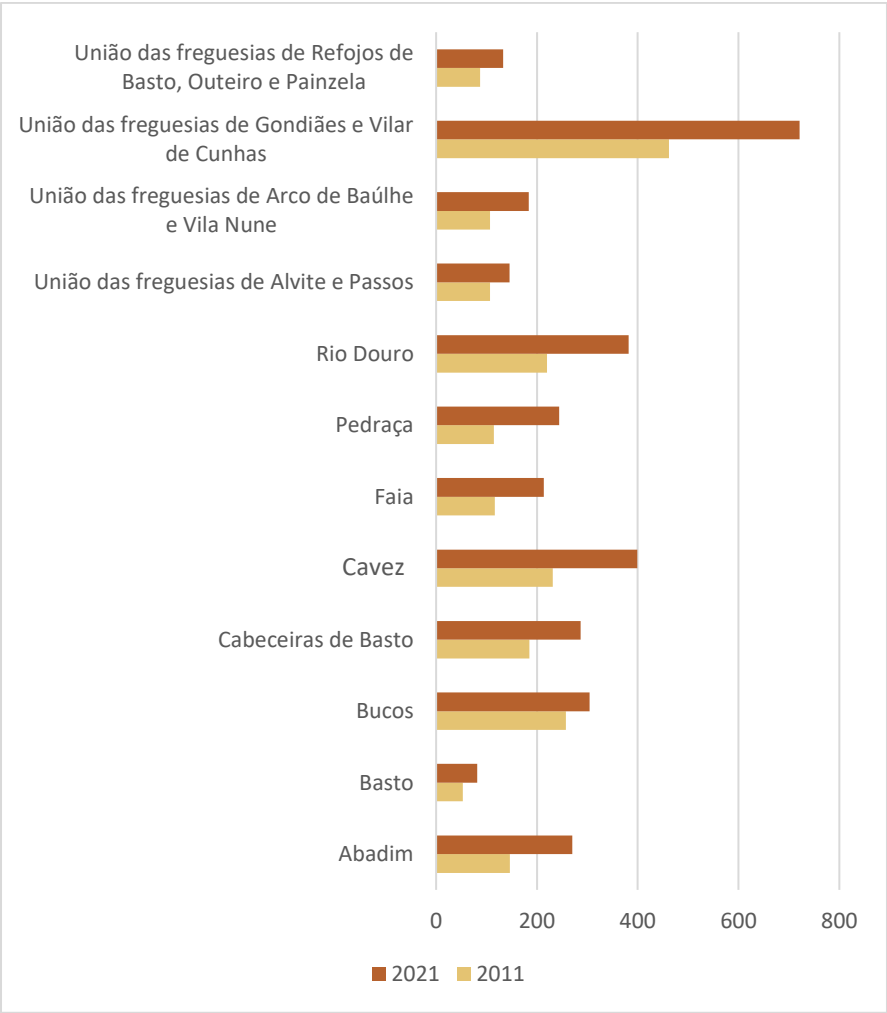


Figura 4. Índice de Envelhecimento por Freguesia

Fonte: INE, 2023

No que diz respeito ao índice de dependência total, este relaciona-se com a população jovem e idosa a par da população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades entre os 0 e 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idade entre 15 e os 64.

No município de Cabeceiras de Basto (tabela 6) verifica-se um pequeno aumento da população dependente, sendo que em 2011 este índice representava cerca de 54,1% da população e, em 2021, passou para 54,7%, o que significa, que em cada 100 pessoas potencialmente ativas, existem 54,7 pessoas não ativas.

Tabela 6. Índice de Dependência Total (2011 – 2021)

Região	2011	2021
Portugal	51.9	57.9
Região do Ave	43.5	50.7
Cabeceiras de Basto	54.1	54.7

Fonte: INE, 2023



No que concerne ao Índice de Dependência de Idosos, este relaciona-se com a população idosa e a população em idade ativa.

De acordo com a tabela 7, o índice de dependência de idosos registou um aumento, em que, no município de Cabeceiras de Basto existem 35,9 idosos a cada 100 pessoas em idade ativa, comparativamente ao recenseamento de 2011, este índice era de 29,1.

Tabela 7. Índice de Dependência de Idosos

Região	2011	2021
Portugal	29.1	37.3
Região do Ave	21.2	31.9
Cabeceiras de Basto	29.1	35.9

Fonte: INE, 2023

Quanto ao índice de dependência de jovens que relaciona a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o coeficiente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos e o número de pessoas com idades entre os 15 e 64 anos, no município de Cabeceiras de Basto, observando a tabela 8, é possível observar-se um decréscimo de dependência jovem,

existindo a cada 100 pessoas em idade ativa 18,8 jovens dependentes, em 2021.

Tabela 8. Índice de Dependência de Jovens em 2011 e 2021

Região	2011	2021
Portugal	22.8	20.6
Região do Ave	22.3	18.8
Cabeceiras de Basto	24.9	18.8

Fonte: INE, 2023

Em suma, o município de Cabeceiras de Basto tem vindo a envelhecer, evidência que é notória nos últimos recenseamentos (2011 e 2021).

6.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Relativamente à caracterização da população ativa no município de Cabeceiras de Basto, em 2021, de modo geral, contabiliza-se um total de 6 681 pessoas ativas, dos quais 54.3% são homens e 45.7% são mulheres. Analisando por freguesia (figura 5), destaca-se a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela que apresenta o maior número de empregados do município (3 014 ativos). Já a União de Freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas e a Freguesia de Bucos, em oposição, destacam-se por ter o menor número de ativos, sendo estes inferiores a 200.

Comparativamente à distribuição da população ativa por grupo etário, descrita na figura 6, o grupo etário dos 40 aos 54 anos apresenta 2 579 empregados (38.6%) e o dos 25 aos 39 anos 2 192 (32.8%). Salienta-se que a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela com 1 223 ativos (41%) entre os 40 e 54 anos, 1 006 (33%) compreendidos entre os 25 e 39 anos, 556 (18%) com idades superiores a 55 anos e 229 (8%) entre 15 e 24 anos, possuindo assim os dados mais positivos.

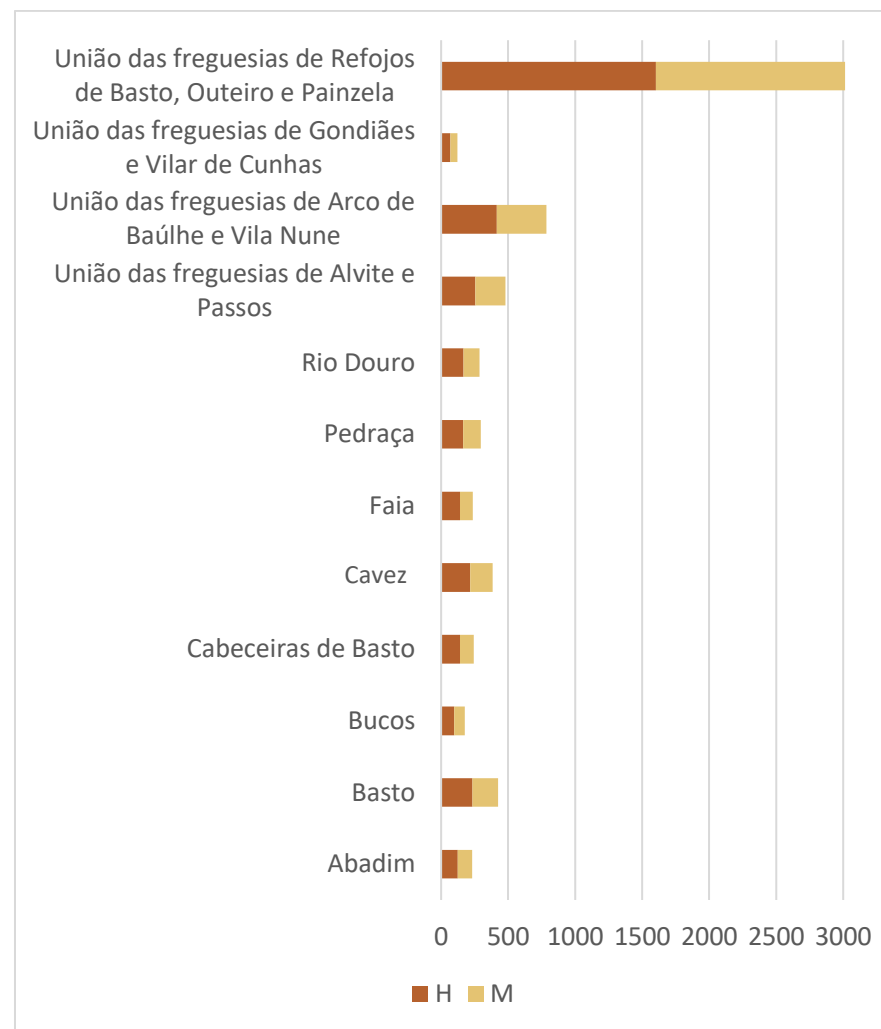


Figura 5. População Ativa Segundo o género

Fonte: INE, 2023

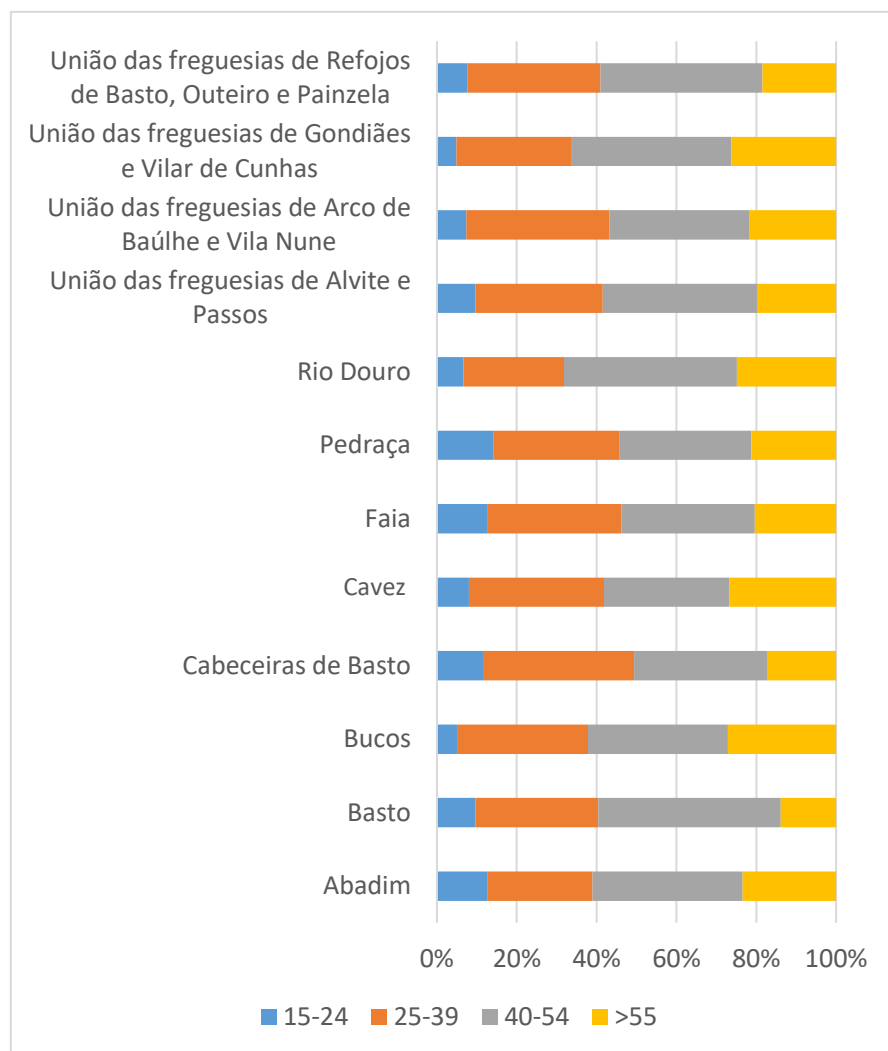


Figura 6. População ativa por freguesia e grupo etário em 2021

Fonte: INE, 2023

No que concerne à população empregada no município de Cabeceiras de Basto, em 2021 existiam 6 107 empregados, dos quais 3 385 homens e 2 722 mulheres (Figura 7).

Em termos de distribuição territorial, na figura 7 observa-se, que a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela apresenta os valores mais elevados de pessoas empregadas (1507 homens e 1273 mulheres), seguindo-se a União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune com 386 homens e 319 mulheres, a União de Freguesias de Alvite e Passos com um total de 431 empregados, Basto com 393 empregados e a Freguesia de Cavez com 352 empregados.

Em oposição, a União de Freguesias de Gondiaães e Vilar de Cunhas e a Freguesia de Bucos, apresentam valores de população empregada mais baixos, sendo estes inferiores a 200.

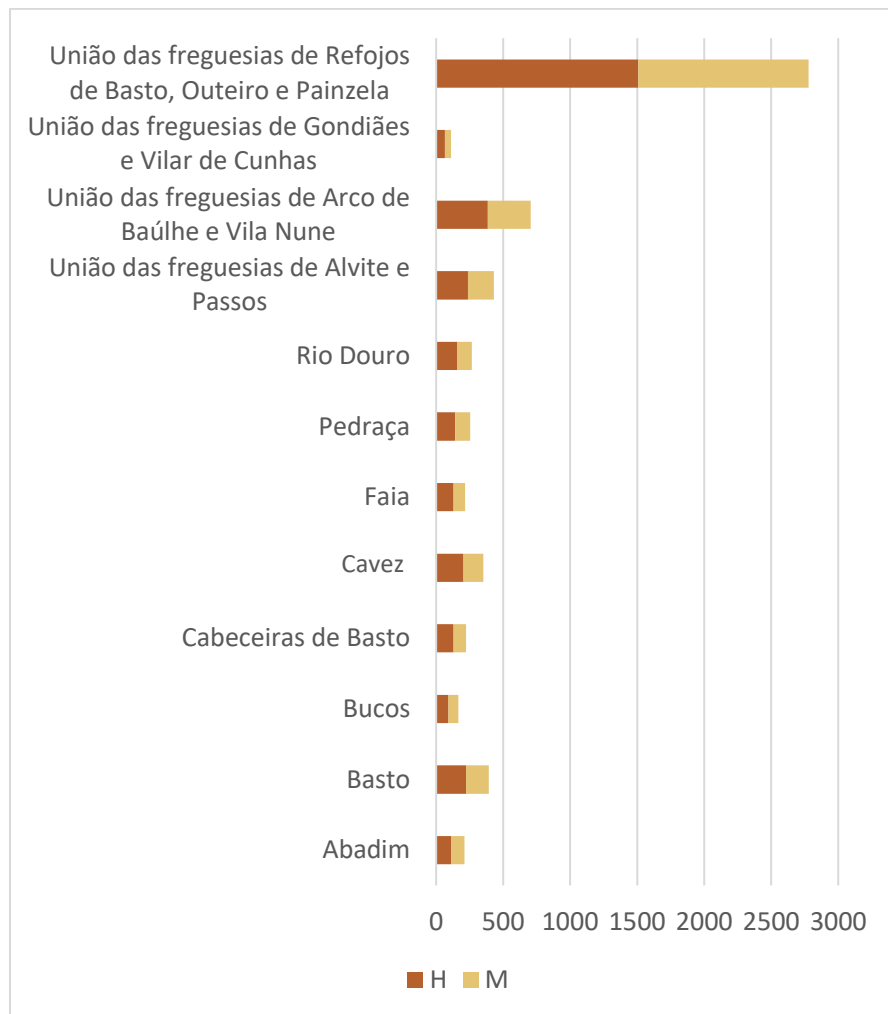


Figura 7. População empregada por freguesia e género em 2021

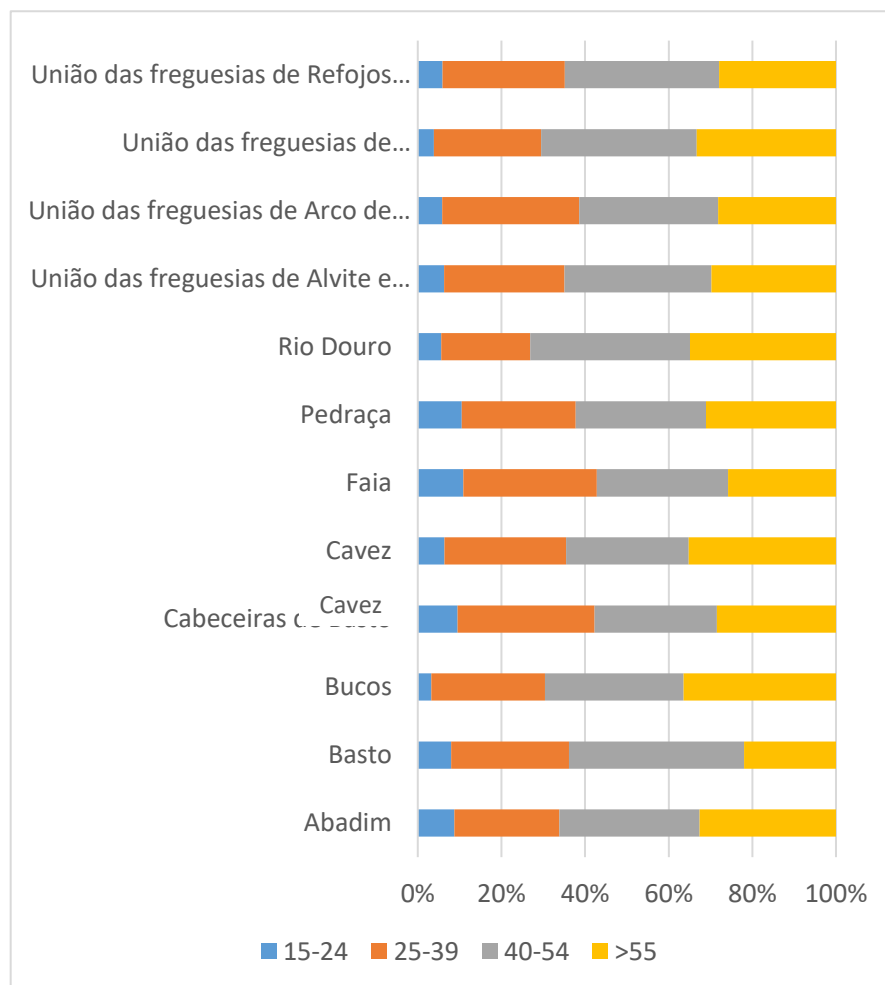
Fonte: INE, 2023

Por seu turno, a faixa etária dos 40 aos 54 anos com 35.4% da população, continua a predominar na caracterização da população empregada, bem como à semelhança da população ativa.

No município de Cabeceiras de Basto, as faixas etárias entre os 25 e 39 anos e superior a 55 anos são equivalentes, com 29% da população ativa nestas idades. Observando a figura 8, destaca-se a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, com 3121 empregados, sendo que, 1152 (37%) situa-se na faixa dos 40 aos 54 anos, 914 (29%) entre os 25 e 39 anos e superior a 55 anos estão empregados 871 (28%) pessoas.

A União de Freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas destaca-se de forma menos positiva, onde 33 ativos estão na faixa dos 25 aos 39 anos, 43 ativos na faixa superior a 55 anos e 48 ativos na faixa etária dos 40 aos 54 anos.





Fonte: INE, 2023

Figura 8. População empregada por freguesia e grupo etário em 2021

Numa perspetiva da população empregada pelo seu nível de escolaridade em 2021 (figura 9), grande parte da população residente no município de Cabeceiras de Basto tem o ensino básico, o que equivale a 51.3% da população. Com o ensino secundário, encontram-se 1 604 pessoas, o que equivale a 26.3% Cavez da população; com ensino superior há 1 171 indivíduos, ou seja 19,2%, e há 92 pessoas que não têm nenhum nível de escolaridade, o que equivale a 1.5% da população.

No que diz respeito à atividade económica que se reparte por 3 setores, segundo o recenseamento de 2021, conclui-se que o setor terciário é o que mais população emprega, tendo 3 638 ativos, de seguida o setor secundário que conta com 2 133 ativos e, por fim, o setor primário com 336 ativos.

Comparativamente aos recenseamentos de 2011, os setores secundário e terciário obtiveram um aumento de ativos, já o setor primário regrediu.

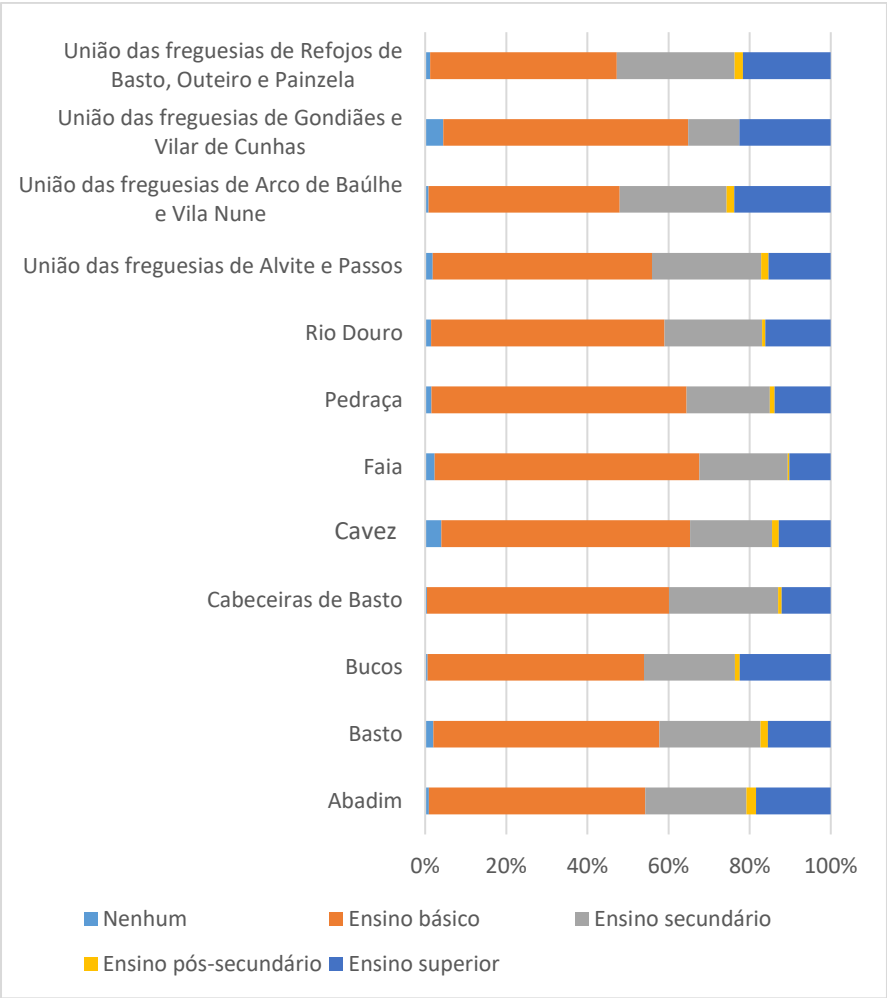


Figura 9. População empregada segundo a freguesia e nível de escolaridade em 2021

Fonte: INE, 2023

No que diz respeito à atividade económica que se reparte por 3 setores, (tabela 9), segundo o recenseamento de 2021, conclui-se que o setor terciário é o que mais população tem empregada, tendo 3 638, já o setor secundário conta com 2 133 e o setor primário com 336. Comparativamente aos recenseamentos de 2011, os setores secundário e terciário obtiveram um aumento de empregados, já o setor primário registou uma diminuição da população empregada.

Tabela 9. Sector de Atividade (2011 - 2021)

Sector de atividade	Primário	Secundário	Terciário
2011	420	2 035	3 287
2021	336	2 133	3 638

Fonte: INE, 2023

Observando a tabela 10, que exhibe a população empregada segundo a situação profissional do município de Cabeceiras de Basto, conclui-se que 75% da população trabalha por conta de outrem e 11% da população trabalha por conta própria. Além disso, 7% da população são empregadores numa empresa com menos de 10 empregados e 4% da população são empregadores em empresas com mais de 10 trabalhadores.



Tabela 10. População Empregada Segundo a Situação Profissional (2021)

Freguesia	Empregador/ patrão com menos de 10 empregados		Empregador /patrão com 10 ou mais empregados		Trabalha dor por conta própria ou isolado		Trabalha dor por conta de outrem		Outra situação		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Abadim	11	5,2	8	3,8	23	10,8	160	75,5	10	4,7	212
Basto	31	7,9	8	2,0	28	7,1	318	80,9	8	2,0	393
Bucos	8	4,8	5	3,0	18	10,9	128	77,6	6	3,6	165
Cabeceiras de Basto	7	3,1	3	1,3	28	12,6	177	79,4	8	3,6	223
Cavez	18	5,1	14	4,0	48	13,6	257	73,0	15	4,3	352
Faia	15	6,9	9	4,2	20	9,3	168	77,8	4	1,9	216
Pedraça	23	9,1	41	16,2	38	15,0	145	57,3	6	2,4	253
Riodouro	14	5,3	8	3,0	43	16,2	187	70,3	14	5,3	266
União das freguesias de Alvite e Passos	35	8,1	29	6,7	42	9,7	317	73,5	8	1,9	431
União das freguesias de Arco de Báulhe e Vila Nune	51	7,2	20	2,8	79	11,2	533	75,6	22	3,1	705
União das freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas	14	12,6	2	1,8	31	27,9	53	47,7	11	9,9	111
União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	175	6,3	112	4,0	253	9,1	2150	77,3	90	3,2	2780

Fonte: INE, 2023

Analisando a população empregada por grupos profissionais (tabela 11), no município de Cabeceiras de Basto, destacam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices com 1 408 empregados, representando 23,1%, seguindo-se os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores com 1 058 empregados, o que representa 17,3% da população e que 16,3% dos empregados são trabalhadores não qualificados. A profissão que menos está representada, em 2021, são os profissionais das forças armadas, com 24 empregados.

Fazendo uma análise a nível da região do Ave, existem 42 556 trabalhadores qualificados na indústria, construção e artífices; cerca de 15,8% são trabalhadores não qualificados; e cerca de 14,7% (27 832 ativos) são trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores. Na zona norte continuam a ser os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices os que maior número de trabalhadores empregam, representando 18,2% da população, seguindo-se especialistas das atividades intelectuais e científicas e os trabalhadores dos serviços pessoais com 16,9% e 16,8%, respetivamente.

Tabela 11. População Empregada Por Grupos Profissionais (2021)

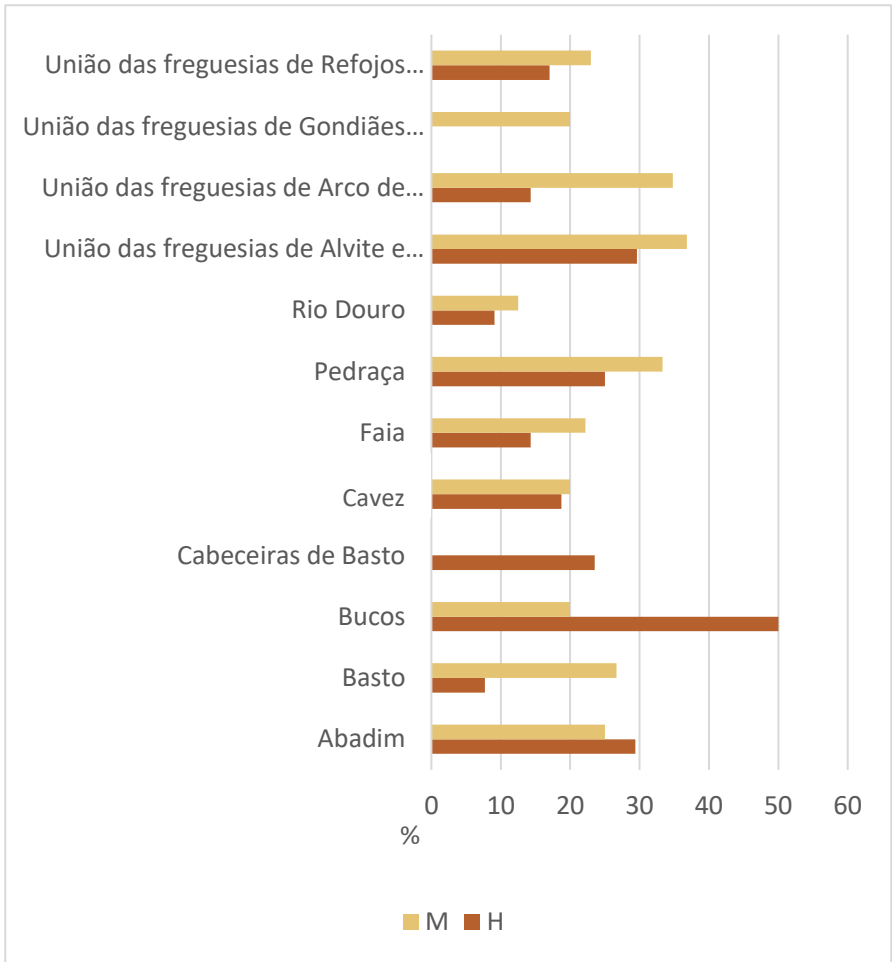
Grupos Profissionais	Cabeceiras de Basto		Ave		Norte	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Profissões das Forças Armadas	24	0,4	344	0,2	3832	0,2
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	223	3,7	10 221	5,4	90 223	5,8
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	741	12,1	24 158	12,8	260 906	16,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	414	6,8	16 459	8,7	148 284	9,6
Pessoal administrativo	418	6,8	15 243	8,1	135 307	8,7
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1 058	17,3	27 832	14,7	260 498	16,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	324	5,3	2 497	1,3	30 638	2,0
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	1 408	23,1	42 556	22,5	281 569	18,2
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	504	8,3	19 841	10,5	100 908	6,5
Trabalhadores não qualificados	993	16,3	29 869	15,8	234 404	15,2
Total	6 107	3,2	189 020	12,2	1 546 569	34,9

Fonte: INE, 2023

A taxa de desemprego define a relação entre a população desempregada e a população ativa. No município de Cabeceiras de Basto, e fazendo uma comparação entre os recenseamentos de 2011 e 2021, na generalidade, a taxa de desemprego baixou (figura 10) nomeadamente nas Freguesias de Cabeceiras de Basto; Faia; União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune; Bucos; e Basto. Em destaque, a Freguesia de Abadim registou a menor descida da taxa de desemprego, seguindo-se a União de Freguesias de Gondiaes e Vilar de Cunhas e a União de Freguesias de Alvite e Passos

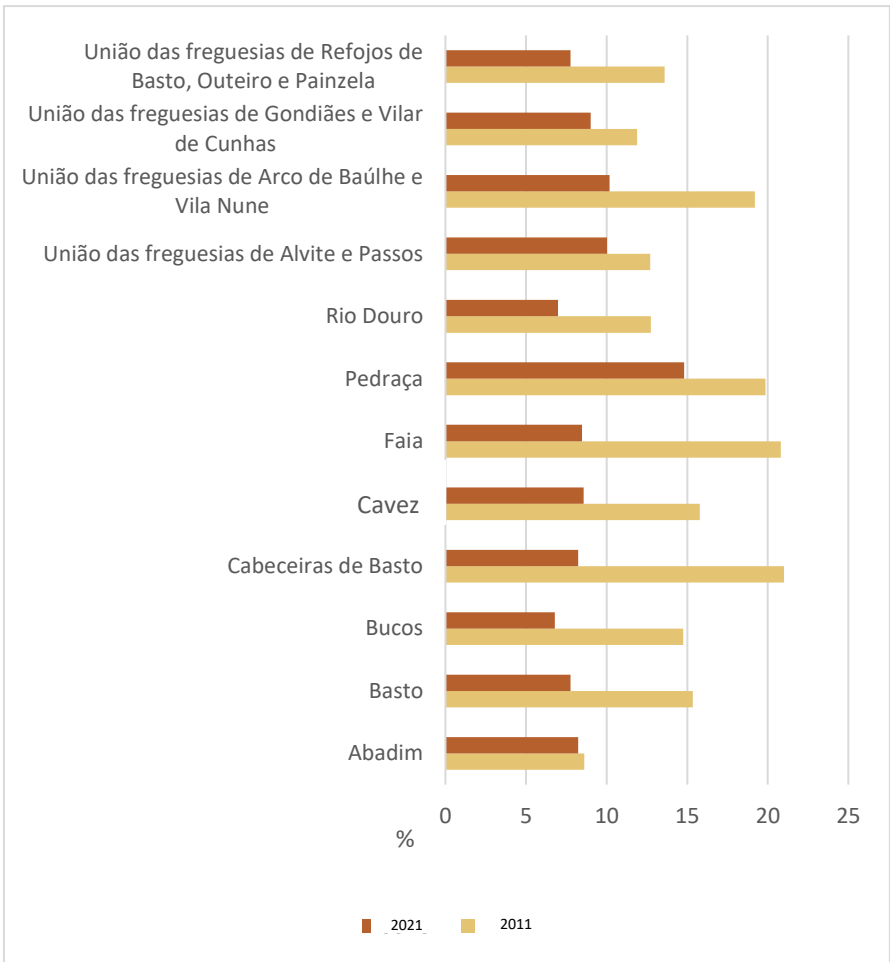
Observando a figura 11, a taxa de desemprego por género no município de Cabeceiras de Basto, destaca-se a Freguesia de Bucos onde a taxa de desemprego no homem é de 50%, já a taxa de desemprego do sexo feminino é predominante na União de Freguesias de Alvite e Passos e na União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune, com, respetivamente, 37% e 35%.





Fonte: INE, 2023

Figura 10. Taxa de Desemprego por Freguesia e Género (2021)



2021 2011

Figura 11. Taxa de Desemprego por Freguesia (2011-2021)

Fonte: INE, 2023

6.3 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

O Município de Cabeceiras de Basto é uma localidade ancestral e diversificada, onde se entrelaçam as influências do Minho e de Trás-os-Montes.

De um lado, há riquezas, do outro, abundância, resultando num vasto património paisagístico e arquitetónico que reflete as marcas do tempo, conhecimentos e sabores tradicionais, todos eles testemunhos da história desse povo. Cabeceiras de Basto é um lugar essencialmente verde, com rios sinuosos de águas cristalinas.

Aqui, as tradições são profundamente enraizadas e entrelaçam-se nos caminhos percorridos, envolvendo e estimulando os cinco sentidos. Neste lugar, encontramos uma perfeita simbiose entre o homem e a natureza, onde a paisagem e as majestosas montanhas exibem a sua grandiosidade, coexistindo com a maior riqueza deste município. Em Cabeceiras de Basto, o Rio Tâmega mistura-se com a exuberante paisagem verde, abrindo caminhos que nos conduzem ao antigo Mosteiro de São Miguel de Refojos e à Praça da República, onde encontramos a estátua do guerreiro lusitano "O Basto", assim como a Casa do Barão.

Altitude

A morfologia orográfica da região norte é marcada essencialmente pela existência de grandes aglomerados rochosos de origem hercínica. Cabeceiras de Basto está localizada numa região extremamente acidentada por pertencer a três bacias hidrográficas, sendo elas a Bacia do Ave, a Bacia do Cávado e a Bacia do Douro, confluentes no noroeste do município, na Serra das Torrinheiras.

A superfície do concelho é bastante irregular, com uma hipsometria que vai desde os 160 metros a uma cota máxima de 1 262 metros.

As cotas são mais elevadas na separação das Bacias do Rio Cávado e do Rio Ave, sendo este no vértice geodésico de 1ª ordem chamado de "Cabreia".



A nordeste, as cotas sobem até aos 1 074 metros na União de Freguesias de Gondiaães e Vilar de Cunhas. Para além destas elevações, existem outras importantes como a Serra das Torrinheiras a 1 191 metros, a Serra da Ceira a 1 090 metros, o marco geodésico das Antas a 1 038 metros, a Serra do Viso com 985 metros, o Outeiro da Varela a 984 metros, a Serra da Custódia a 961 metros, O Nariz do Mundo a 893 metros, a Serra da Sra. Da Orada a 778 metros e Ervideiro a 773 metros. Já na região sul do concelho, as características de altimetria são relativamente baixas, nunca superiores a 400 metros, sendo o ponto mais baixo com 160 metros, situado no leito do Rio Tâmega.

O Município de Cabeceiras de Basto é um território muito acidentado, com declives acentuados e vales encaixados pois passa dos 160 metros de altitude para 1 262 metros em pouca distância. O concelho, apresenta um clima marítimo húmido a super-húmido, com uma estação mais chuvosa; no verão

passa a ser considerado quente, coincidindo com a estação seca.

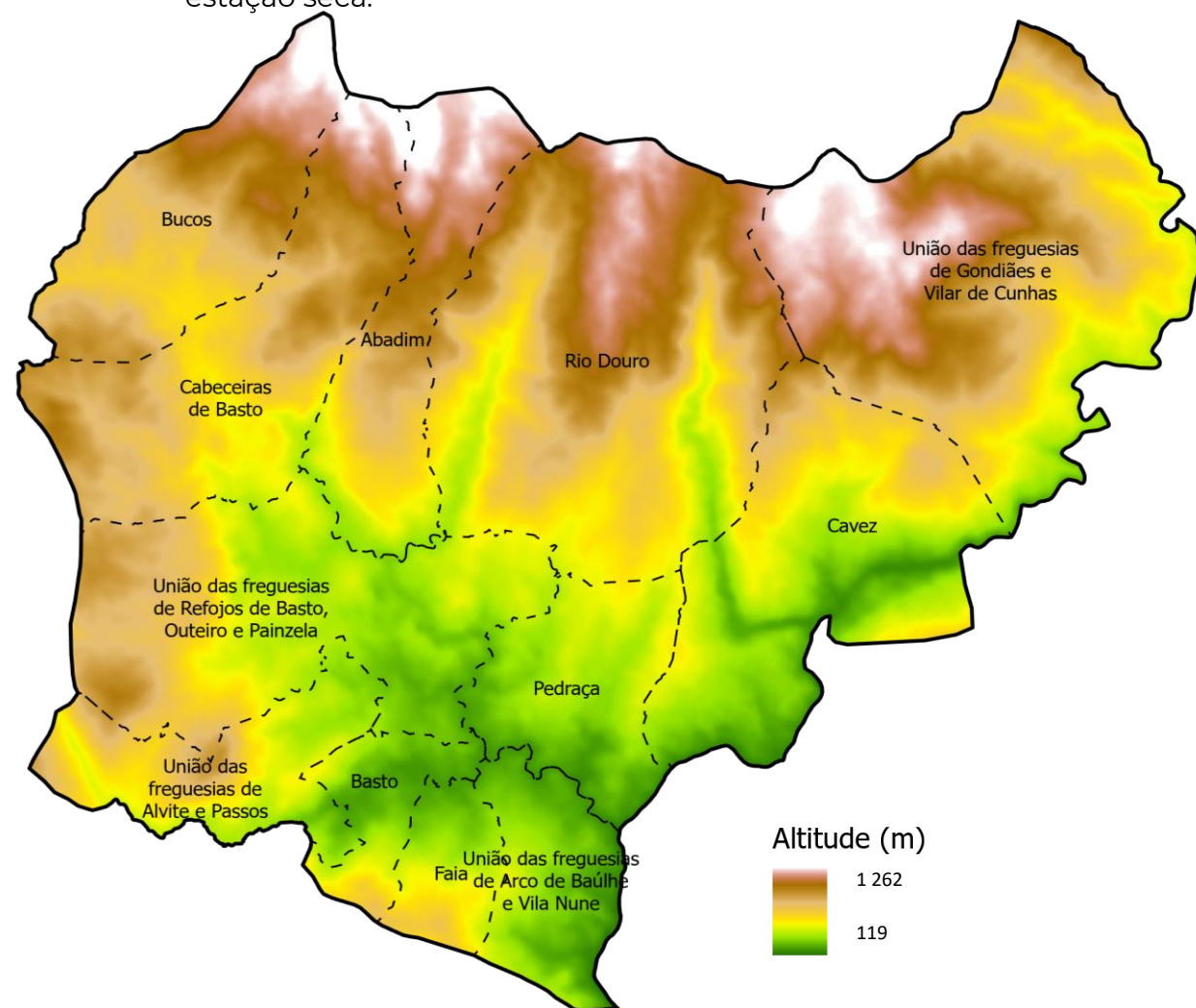


Figura 12. Mapa de Altitude

Declive

O concelho de Cabeceiras de Basto é caracterizado por ter declives que variam de médios a elevados, situando-se principalmente na faixa de 20% a 40%. De acordo com a Carta de Ordenamento Agrário, essas áreas representam solos que não são adequados para uso agrícola e são destinadas a pastagens, vegetação rasteira ou plantações florestais. Aproximadamente 27% do território possui declives entre 10% e 20%, enquanto cerca de 16% apresenta declives entre 40% e 60%. As áreas com declives inferiores a 5% abrangem apenas 4% do território. As regiões mais declivosas estão localizadas nas freguesias mais a norte do concelho, o que as torna mais suscetíveis à erosão. Nas áreas mais planas, os riscos e desafios geralmente são menores, à exceção de áreas com extensas florestas.

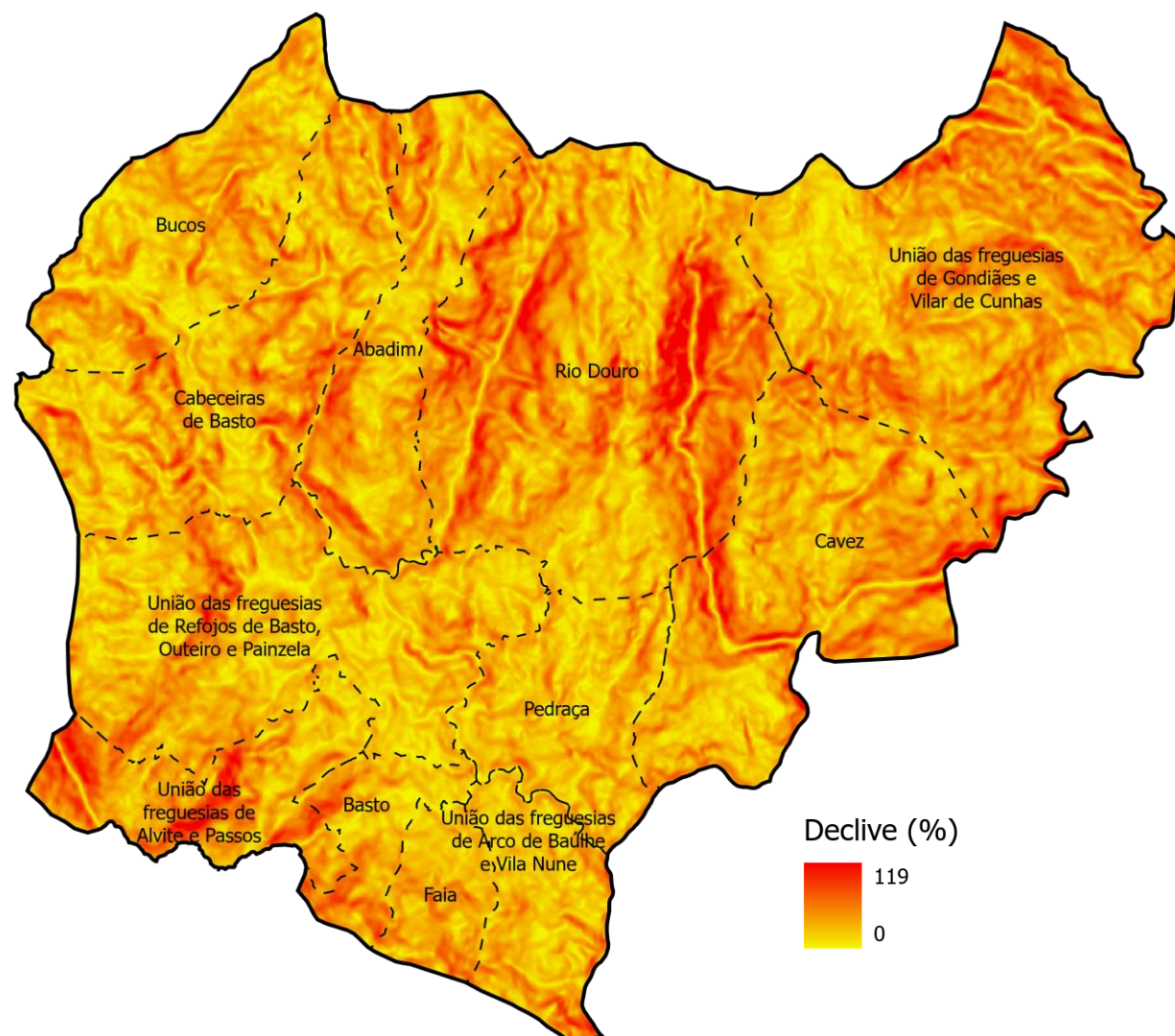


Figura 13. Mapa de Declives

Hidrografia

O concelho de Cabeceiras de Basto abrange áreas pertencentes a duas bacias hidrográficas, a Bacia do Douro e uma pequena percentagem da Bacia do Ave, onde ocupa a zona ocidental do concelho. Através do mapa hidrográfico, verifica-se que a norte situa-se uma pequena parte de uma sub-bacia do Rabagão, oriunda do Rio Cávado, cujos afluentes da margem esquerda correm de sul para norte. A restante rede hidrográfica é ocupada pela sub-bacia do Tâmega, afluente do Rio Douro, que corre no sentido NE-SW, tendo como afluentes mais importantes na margem direita, o Rio Beça e o Rio de Ouro, e na margem esquerda o Rio Louredo. Podemos constatar que o concelho pertence quase na sua totalidade à bacia hidrográfica do Douro. O vale do Rio Tâmega, constitui o único canal de saída para esta enorme bacia densamente drenada e recortada pelos seus afluentes. Durante o verão, existe uma diminuição do caudal das linhas de água, devido ao tempo quente e seco.

Clima

O clima no município de Cabeceiras de Basto é relevante, já que condiciona uma série de usos em ordenamento, o uso urbano, agrícola e florestal, visto que tem um papel importante ao nível do balanço hídrico do solo e da capacidade erosiva. Devido à sua localização geográfica, Cabeceiras de Basto caracteriza-se por elevados quantitativos pluviométricos que se devem à frequente passagem de superfícies frontais, conjugadas com os efeitos das montanhas. É uma região com características mediterrâneas, mas com forte influência atlântica, traduzindo-se num clima húmido e relativamente fresco no inverno, com verões quentes e secos. A influência atlântica garante uma distribuição equilibrada da precipitação ao longo do ano.

7 ENQUADRAMENTO

7.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

A ação social desempenha um papel importante e imprescindível na sociedade, num contexto onde existe um crescente pela multidimensionalidade das dinâmicas sociais, pela mudança social e pela natureza dos problemas, necessidades, direitos e expectativas das pessoas. Desta forma, colocam-se todos os dias novos desafios que originam a necessidade de implementar novas estratégias e soluções diferenciadas no sentido de garantir os princípios e valores sociais básicos.

Atualmente, o que está em causa é a capacidade de a ação social responder de forma atempada e adequada às transformações a que se tem assistido, de modo a mitigar os problemas sociais.

No atual contexto, com o reforço da transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local, a área social entra numa nova fase, onde a proximidade garantirá uma resposta mais eficaz e um melhor atendimento aos cidadãos mais vulneráveis.

A **Lei nº 50/2018, de 16 de agosto**, estabeleceu a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Assim, na alínea b) e c) do artigo 12.º refere que compete às câmaras municipais elaborar as cartas sociais e articular, estas, com as prioridades definidas a nível nacional e regional. A **Lei 55/2020, de 12 de agosto**, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, onde oferece os princípios para as cartas sociais.

Segundo a **Portaria nº 66/2021, de 17 de março**, a carta social, enquanto instrumento de diagnóstico prospetivo, terá os seguintes elementos:

- Caracterização do território (demográfica, socioeconómica e física);
- Mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes (incluindo georreferenciação dos mesmos);



- Uma prospeção que, face às necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada concelho.

Abaixo, nos seguintes quadros, estão apresentadas as leis aplicáveis às respostas sociais.

Creches
Portaria n.º 266/2023, de 18 de agosto - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 39/2022, de 17 de janeiro, que aprova as taxas aplicáveis ao procedimento de autorização de funcionamento das respostas sociais e forma de comunicação respetiva.
Despacho n.º 7637-A/2023, de 21 de julho - Procede à primeira alteração do Despacho n.º 14837-E/2022, de 28 de dezembro, que estabelece os critérios de definição de falta de ofertas de vagas gratuitas da rede solidária e social.
Portaria n.º 190-A/2023, de 5 de julho - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto, que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.
Despacho n.º 14837-E/2022 de 29 de dezembro de 2022 - Estabelece os critérios de definição de falta de oferta de vagas gratuitas da rede social e solidária.

Portaria n.º 305/2022, de 22 de dezembro - Procede ao alargamento da aplicação da medida da gratuidade das creches às crianças que frequentem creches licenciadas da rede privada lucrativa.
Portaria n.º 304/2022, de 22 de dezembro - Procede à primeira alteração à Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, que regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuidade das creches.
Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho - Regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.
Lei n.º 2/2022, de 3 janeiro - Alargamento progressivo da gratuidade das creches e das amas do Instituto da Segurança Social, I. P.
Portaria n.º 199/2021, de 21 de setembro - Define as condições específicas do alargamento da gratuidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 159.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.
Portaria n.º 271/2020, de 24 de novembro - Define as condições específicas do princípio da gratuidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 146.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março.
Portaria n.º 411/2012, de 14 de dezembro - Primeira alteração à Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto que estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.
Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto - Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.

Creche Familiar

Portaria n.º 232/2015, de 6 de agosto - Define os termos a que obedece o exercício da atividade de ama no âmbito de uma instituição de enquadramento.

Centro de Atividades de Tempos Livres

Despacho Normativo n.º 96/89, 21 de outubro - Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento dos centros de atividades de tempos livres com fins lucrativos.

Amas

Despacho n.º 11239/2022, de 19 de setembro - Estabelece e regula a atribuição de um subsídio mensal destinado à alimentação das crianças que se encontrem a frequentar amas integradas no Instituto da Segurança Social, I. P.

Decreto-Lei n.º 94/2017, de 9 de agosto - Altera os termos e as condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de ama.

Portaria n.º 226/2015, de 31 de julho - Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes pessoais das crianças em ama.

Despacho n.º 8243/2015, de 28 de julho - Procede à definição do equipamento e do material necessários ao exercício da atividade de ama e as condições de higiene e de segurança habitacionais.

Portaria n.º 213/2015, de 17 de julho - Fixa as taxas pela emissão da autorização para o exercício da atividade de Ama, bem como à aprovação dos modelos de formulários relativos ao requerimento e autorização para o exercício de atividade de ama.

Decreto-Lei n.º 115/2015, de 22 de junho - Estabelece os termos e as condições para o acesso à profissão e o exercício da atividade de ama, bem como o regime sancionatório aplicável à referida atividade.

Casa de Acolhimento para Resposta em Situações de Emergência e casas de Acolhimento

Lei n.º 23/2023, de 25 de maio - Prevê a retoma das medidas de acolhimento e o estabelecimento de programas de autonomização de crianças e jovens em perigo.

Decreto-lei n.º 164/2019, de 25 outubro - Estabelece o regime de execução do acolhimento residencial, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo.

Lei n.º 26/2018, de 5 de julho - Regulariza o estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidas em instituição do Estado ou equiparadas.

Lei n.º 23/2017 de 23 de maio - Terceira alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos.

Lei n.º 142/2015 de 08 de setembro - Segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Lei n.º 147/99 de 01 de setembro - Estabelece a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.



Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

Lei n.º 23/2017, de 23 de maio - 3.ª alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos.

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro - 2.ª alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Lei n.º 147/99 de 01 de setembro - Estabelece a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Centro de Dia

Guião Técnico do Centro de Dia - Elaborado pela Direção-Geral de Ação Social, aprovado por Despacho do SEIS, de 29 de novembro de 1996.

Centro de Noite

Portaria n.º 96/2013, de 4 de março - Estabelece as condições de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de apoio social - Centro de Noite.

Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens

Portaria n.º 278-A/2020, de 4 de dezembro - Define os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, bem como o respetivo reconhecimento.

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16 de setembro - Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo.

Lei n.º 39/2019 de 18 de junho - Estabelece inibições no acolhimento de crianças e jovens.

Lei n.º 47/2019, de 8 de julho - 1.ª alteração ao Regime de Execução do Acolhimento Familiar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, estabelecendo benefícios fiscais e laborais para as famílias de acolhimento.

Lei n.º 23/2017, de 23 de maio - 3.ª alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, alargando o período de proteção até aos 25 anos.

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro - 2.ª alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Lei n.º 147/99 de 01 de setembro - Estabelece a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

Serviço de Apoio Domiciliário

Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro - Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário, e revoga o Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro.

Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril - Define o regime jurídico e de proteção social dos ajudantes familiares.

Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas

Despacho Conjunto n.º 727/99, de 23 de agosto - Estabelece as condições de formação para as famílias de acolhimento para pessoas idosas e adultas com deficiência.

Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro - Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Portaria n.º 67/2012, de 21 de março - Define as condições de organização, funcionamento e instalação das estruturas residenciais para pessoas.

Centro de Atividades e a Capacitação para a Inclusão

Portaria n.º 70/2021, de 26 de março - Regulamenta as condições gerais do edificado, os termos e as condições técnicas de instalação e de organização, funcionamento e instalação a que deve obedecer a resposta social do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

Lar de Apoio

Guião Técnico de Lar de apoio - Elaborado por Direção-Geral de Ação Social, dezembro de 1996.

Lar Residencial

Portaria n.º 59/2015 de 2 de março - Define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma.

Acolhimento Familiar de idosos e Adultos com Deficiência

Despacho Conjunto n.º 727/99, de 23 de agosto - Estabelece as condições de formação para as famílias de acolhimento para pessoas idosas e adultas com deficiência.

Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro - Disciplina o regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência.

Residência de Autonomização e Inclusão

Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro - Estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Residência de Autonomização e Inclusão.

Serviços de Apoio Domiciliário

Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro - Estabelece as condições de instalação e funcionamento do serviço de apoio domiciliário, e revoga o Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de novembro.

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Portaria n.º 60/2015, de 2 de março - Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD).



Intervenção Precoce

Portaria n.º 293/2013 de 26 de setembro - Alarga o Programa de Apoio e Qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro - Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância.

Comunidade de Inserção

Portaria n.º 199/2022 de 29 de julho - estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a Comunidade de Inserção.

Portaria n.º 324/2021, de 29 de dezembro - Estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a Comunidade de Inserção.

Centro Comunitário

Guião Técnico de Centro Comunitário - Elaborado Direção-Geral de Ação Social, setembro de 2000.

Centro de Férias e Lazer

Guião Técnico de Colónia de Férias - Elaborado pela Direção-Geral de Ação Social, dezembro de 1996.

Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social

Portaria n.º 63/2021 de 17 de março - Regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais.

Decreto-Lei n.º 55/2020 - Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Portaria n.º 188/2014 de 18 de setembro - Regulamenta as condições de organização e de funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Centro de Alojamento temporário

Portaria n.º 120/2021, de 8 de junho - Define o modelo de funcionamento e de gestão da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/2021, de 31 de março.

Decreto-Lei n.º 26/2021, de 31 de março - Proceda à criação da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

Habitação Colaborativa e Comunitária

Portaria n.º 269/2023, de 28 de agosto - Estabelece as condições de instalação, organização e funcionamento a que deve obedecer a resposta social Habitação Colaborativa e Comunitária.

Apartamentos de Reinserção Social

Despacho Conjunto n.º 363/99 de 29 de abril – Fixa os requisitos a observação na celebração de acordos de cooperação entre o Estado, através dos centros regionais de segurança social, e instituições particulares sem fins lucrativos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades no âmbito do apoio e reinserção social de toxicodependentes.

Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de março - Revê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes.

Lei n.º 17/98 de 21 de abril - Regula as condições de financiamento público de projetos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência.

Centro de Apoio à Vida

Portaria n.º 446/2004 de 30 de abril - Define as condições de criação, organização, instalação e funcionamento dos centros de apoio à vida no âmbito de um Projeto piloto de Ação social.

Casas de Abrigo

Decreto-Lei n.º 101/2020 de 26 de novembro - Procede à criação de uma licença especial para reestruturação familiar e do respetivo subsídio, no âmbito do crime de violência doméstica.

Lei n.º 54/2020 de 26 de agosto – Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro

Decreto Regulamentar n.º 3/2020, de 14 de agosto - Altera as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas

de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Despacho n.º 1470/2019 de 11 de fevereiro de 2019 - Define os critérios, regras e formas de apoio público prestado pelo Estado às entidades promotoras das estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência e casas de abrigo, nos termos do artigo 50.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

Portaria n.º 197/2018 de 6 de julho - Procede à regulamentação do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro.

Decreto Regulamentar n.º 2/2018 de 24 de janeiro - Regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro - Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro.

Equipas de Intervenção Direta

Despacho Conjunto n.º 363/99 de 29 de abril – Fixa os requisitos a observação na celebração de acordos de cooperação entre o Estado, através dos centros regionais de segurança social, e instituições particulares sem fins lucrativos, tendo em vista o desenvolvimento de atividades no âmbito do apoio e reinserção social de toxicodependentes.

Decreto-Lei n.º 72/1999 de 15 de março - Revê o quadro jurídico de apoio às instituições privadas, na área do tratamento e da reinserção social de toxicodependentes.

Lei n.º 17/98 de 21 de abril - Regula as condições de financiamento público de projetos de investimento respeitantes a equipamentos destinados à prevenção secundária da toxicodependência.

7.2 ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

7.2.1 Conceito

A Carta Social Municipal é um instrumento de diagnóstico, de planeamento estratégico e de ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais existentes no município, que por seu turno constitui-se como um documento consideravelmente importante no apoio à decisão pública, em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais de um determinado território.

Por forma a assegurar a rede de serviços para que seja possível responder às carências e problemas sociais identificados, este documento estratégico estará articulado com a rede de serviços a nível supramunicipal e nacional, de maneira a garantir coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas ao nível regional e nacional.

Com o desenvolvimento deste instrumento de planeamento estratégico, perspetiva-se a criação de espaços sociais/territoriais coesos de maneira que exista uma rede de

serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes.

Para além disso, este documento visa antecipar-se às carências que vão surgindo a um ritmo acelerado, em resultado das transformações da sociedade.

7.2.2 Objetivos

De modo geral, os objetivos da Carta Social procuram, em função das necessidades diagnosticadas, assegurar, adequar, otimizar e racionalizar todos os serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, de maneira a garantir uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos existentes.

Com uma dupla vertente de diagnóstico e intervenção planeada, a Carta Social permite realizar um planeamento com as entidades intervenientes.

Assim, pretende-se que esta Carta Social promova, por parte das entidades competentes, a realização de uma gestão mais eficiente e racional dos recursos, consertando a sua articulação entre as entidades com responsabilidade social.

7.2.3 Período de Vigência

A carta social tem uma vigência de quatro anos sendo revista, obrigatoriamente quando termina este período (art. 9º da Portaria 66/2021, de 17 de março), Para além da obrigatoriedade anteriormente referida, caso se verifiquem a existência de transformações significativas no planeamento estratégico e no ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais aprovados anteriormente, bem como alteração das políticas públicas nacionais ou locais, a carta social deverá ser revista quando é reconhecido que a rede de serviços e equipamentos está desconforme os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento técnico.

A carta social municipal deve manter-se atualizada em consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social aprovado pelo CLAS, e quando ocorra o encerramento ou a criação de novos serviços e equipamentos sociais.

7.3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO DAS RESPOSTAS SOCIAIS

Neste estudo, consideram-se Entidades Proprietárias qualquer entidade, coletiva ou individual, que seja gestora de equipamentos onde existem respostas sociais. Estas entidades estão classificadas, no âmbito deste estudo, como entidades com fins lucrativos e entidades sem fins lucrativos, sendo que a estas últimas correspondem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). As nomenclaturas e conceitos estão redigidos segundo as definições da Segurança Social.

7.3.1 Infância e Juventude

Crianças e Jovens

Ama - Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).



Creche familiar – Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama quando desenvolvida no âmbito de uma instituição de enquadramento, destinada ao cuidado de crianças até aos três anos de idade, ou até atingirem a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais.

Creche – Resposta social de natureza sócio-educativa, para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar – Resposta social orientada para o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família.

Centro de Atividade de Tempos Livres – Resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das

responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – Resposta desenvolvida através de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.

Equipas de Rua de Apoio a Crianças e Jovens – Resposta desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens – Consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando proporcionar à criança ou jovem a integração em

meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e ao seu bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral.

Acolhimento Residencial - O acolhimento residencial tem lugar em casas de acolhimento as quais são estabelecimentos de apoio social que asseguram resposta a situações que impliquem o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo, podendo incluir unidades residenciais e/ou unidades residenciais especializadas, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher.

7.3.2 População Adulta

População Idosa

Serviço de Apoio Domiciliário - Resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação

das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Centro de Convívio – Resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes numa determinada comunidade.

Centro de Dia – Resposta social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia.

Centro de Noite – Resposta social que funciona em equipamento de acolhimento noturno, dirigido a pessoas idosas com autonomia que, durante o dia permaneçam no seu domicílio e que por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite.

Acolhimento Familiar de Idosos - Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente,



peessoas idosas em famílias capazes de lhes proporcionar um ambiente estável e seguro.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Resposta social destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos.

Centro de Férias e Lazer - Resposta social destinada a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade para satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

População Adulta com Deficiência

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social – Resposta social destinada a assegurar o atendimento, acompanhamento e o processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade e a disponibilizar serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

Serviço de Apoio Domiciliário – Resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas

que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Centro de Atividade Ocupacional – Resposta social destinada a promover atividades para jovens e adultos, a partir dos 16 anos, com deficiência grave

Acolhimento Familiar – Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente pessoas adultas com deficiência, em famílias capazes de lhes proporcionar um ambiente estável e seguro.

Estabelecimento Residencial – Equipamento destinado a pessoas com deficiência e incapacidade, com as seguintes modalidades:

Lar residencial - Estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade, de idade igual ou superior a 16

anos, que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

Residência autónoma - Estabelecimento de alojamento temporário ou permanente em apartamento, moradia ou outra tipologia similar, destinado a pessoas com deficiência e incapacidade, de idade igual ou superior a 18 anos, que, mediante apoio, têm capacidade para viver de forma autónoma.

Transporte de Pessoas com Deficiência – Serviço de transporte e acompanhamento personalizado, para pessoas com deficiência, independentemente da idade

Intervenção Precoce na Infância - O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) consiste num conjunto organizado de entidades institucionais com a missão de garantir de forma integrada a Intervenção Precoce na Infância (IPI), funcionando através da atuação coordenada dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com envolvimento das famílias e da comunidade, estipulando a universalidade do acesso das crianças e suas famílias a este tipo de intervenção.

Apoio em Regime Ambulatório - Resposta social destinada a desenvolver atividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, junto de pessoas com deficiência a partir dos 7 anos de idade.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio Ocupacional – Resposta destinada a jovens e adultos com moderado e reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizados e que apresentem disfuncionalidades na área relacional, ocupacional e de integração social.

Unidade de Vida Autónoma – Resposta destinada a jovens e adultos com reduzido grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizadas e sem suporte familiar ou social adequado.

Unidade de Vida Apoiada – Resposta destinada a jovens e adultos com elevado grau de incapacidade psicossocial, clinicamente estabilizados sem autonomia suficiente para poderem organizar sem apoio as atividades de vida diária, sem suporte familiar ou social adequado e não precisem de intervenção médica psiquiátrica a tempo inteiro.



Unidade de Vida Protegida - Resposta destinada a jovens e adultos com moderado grau de incapacidade psicossocial clinicamente estabilizados, sem suporte familiar ou social adequado.

Pessoas sem Abrigo

Equipa de Rua - Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com as pessoas em situação de sem abrigo, visando melhorar as condições de vida desta população que não se desloca aos serviços.

Atelier Ocupacional - Resposta social destinada ao apoio à população adulta, em situação de sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas "estruturados" que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou "flexíveis" onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

Família e Comunidade

Família e Comunidade em Geral

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - Resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias, residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

Grupo de Autoajuda - Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, com vista a encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação, destinados a:

- Jovens e adultos com deficiência e suas famílias
- Jovens e adultos com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica e suas famílias
- Outros jovens e adultos com problemas específicos.

Centro Comunitário - Resposta social para pessoas e famílias de uma determinada área geográfica, onde se

prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

Centro de Férias e Lazer – Resposta social destinada a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade para satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

Refeitório/Cantina social – Resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Centro de Apoio à Vida – Resposta social vocacionada para apoio e acompanhamento a mulheres grávidas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

Comunidade de Inserção – Resposta social com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de pessoas e famílias vulneráveis que necessitam de apoio na sua integração social (mães solteiras, ex-reclusos e sem-abrigo) que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

Centro de Alojamento Temporário – Resposta social que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

Ajuda Alimentar – Resposta social que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou de entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas.

Pessoas com VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
– Resposta social dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes



de VIH/SIDA, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

Serviços de Apoio Domiciliário – Resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Residência para Pessoas com VIH/SIDA – Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas com VIH/SIDA e, em rutura familiar e desfavorecida socioeconómica.

Pessoas Toxicodependentes

Equipa de Intervenção Direta – Serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicodependência.

Apartamento de Reinserção Social – Alojamento temporário para pessoas toxicodependentes que, após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimento prisional, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, tenham dificuldades de reintegração na família ou comunidade, na escola ou no trabalho.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

Centro de Atendimento – Resposta social que é constituída por equipas técnicas de natureza multidisciplinar, com preferência por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com carácter de continuidade, o atendimento, apoio e reencaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua proteção.

Casa de Abrigo – Resposta social que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

PARTE III – DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS



8 DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS

A rede de serviços e equipamentos sociais tem vindo a adaptar-se, quer na quantidade quer na qualidade, às necessidades dos cidadãos, em virtude de uma realidade demográfica, social, económica e cultural em permanente evolução.

Contudo, atender aos problemas dos grupos sociais mais vulneráveis, que é cada vez mais abrangente, exige uma intervenção mais próxima da pessoa, capaz de resolver ou diminuir as diversas necessidades nas diferentes áreas.

O diagnóstico da rede de serviços e equipamentos sociais permite avaliar a capacidade de resposta municipal e, por consequência, corrigir necessidades, sendo esta uma ferramenta importante para o planeamento estratégico da intervenção territorial, com vista à satisfação das necessidades das gerações atuais, sobretudo nas gerações idosas e futuras, tratando-se de uma matéria com impactos nos direitos sociais fundamentais dos cidadãos, na qualidade de vida e no desenvolvimento local.

8.1 ANÁLISE GERAL

8.1.1 Entidades Gestoras

Natureza Jurídica

As entidades gestoras de equipamentos sociais são de natureza diversa, podendo ser agrupadas segundo a natureza jurídica, em entidades não lucrativas e entidades lucrativas. As entidades não lucrativas correspondem às IPSS e outras entidades particulares sem fins lucrativos, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

No município de Cabeceiras de Basto identificam-se 13 entidades gestoras de equipamentos sociais, dos quais, **12 são entidades Não Lucrativas (92,3%)** e **1 Lucrativas (7,7%)**.

As entidades Não Lucrativas existentes no município de Cabeceiras de Basto são: o Centro Social da Paróquia de Cavez; o Centro Social e Paroquial de Bucos; o Centro Social e Paroquial de St. André de Riodouro; a Basto Vida; a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Cabeceiras de Basto; a Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto; a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arco de Baúlhe; a Fundação António Joaquim Gomes da Cunha; a Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baúlhe; o Centro Social e Paroquial de Abadim, o Centro Social de Cabeceiras de Basto e a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos.

A Entidade Lucrativa existente no município é a Serenity Dynasty, Lda (Lar Nirvana Faia).

Total 13 Entidades

Com Fins Lucrativos

1

Sem Fins Lucrativos

12

8.1.2 Equipamentos Sociais

Natureza Jurídica

No município de Cabeceiras de Basto existem 13 equipamentos sociais, dos quais, 12 pertencem a entidades que não têm fins lucrativos e 1 a entidades que têm fins lucrativos. É de realçar que 1 equipamento é de cariz particular.

Distribuição Territorial

A análise da distribuição territorial, mostra que dos 17 equipamentos sociais existentes no município de Cabeceiras de Basto, 6 estão localizadas na União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, seguindo-se a União de



Freguesia de Arco de Baúlhe e Vila Nune com 2, 1 na Freguesia de Riodouro, 1 na Freguesia da Faia, 2 na Freguesia Cavez, 1 na Freguesia de Bucos, 3 na Freguesia de Cabeceiras de Basto (S. Nicolau) e 1 na Freguesia de Abadim. Posto isto, é possível observar que 4 freguesias não apresentam nenhum tipo de resposta social, no entanto, não significa que a população residente esteja desprotegida.

Equipamentos Sociais

Estruturas Físicas (Edificado) onde se desenvolve as respostas sociais.

8.1.3 Respostas Sociais

No que concerne às respostas sociais existentes no município de Cabeceiras de Basto, apesar de não existirem espaços físicos em todas as freguesias, estes têm capacidade de dar resposta a todos os lugares, incluindo os pequenos, distantes e isolados, afastados do centro urbanos.

Distribuição Territorial

No município de Cabeceiras de Basto existe uma grande oferta de respostas sociais, apresentando-se estas dispersas pelo território. Destaque para a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela que conta com o maior número de resposta sociais (10), seguindo-se a União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune com 4 respostas

Respostas Sociais

Desenvolvidas em equipamentos, com ou sem alojamento, dirigida a grupos de indivíduos e/ou famílias que se encontram em situação de exclusão, marginalização ou vulnerabilidade social, onde se desenvolve um conjunto de ações integradas, mediante apoio técnico adequado.

Resposta Social por População Alvo

No que concerne às respostas sociais, as pessoas idosas são a população alvo que tem maior percentagem de respostas à sua disposição. Acima dos 10%, estão as respostas às crianças e jovens, onde estão englobadas as creches, e as respostas à família e comunidade em geral. De forma geral, as respostas sociais estão bem distribuídas face à caracterização demográfica. No entanto, é importante perceber a capacidade de resposta das mesmas.

Gráfico 1. Percentagem de Respostas Sociais por Valência

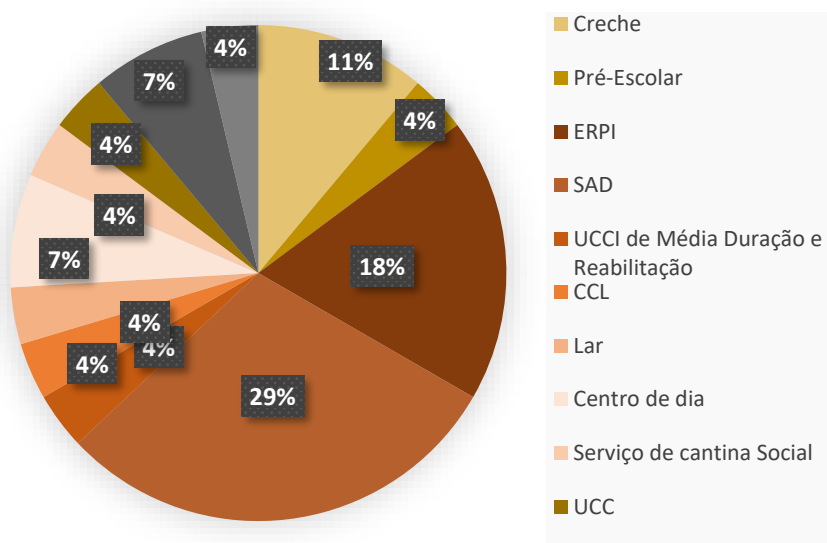


Gráfico 2. Respostas Sociais Por Grupo-Alvo

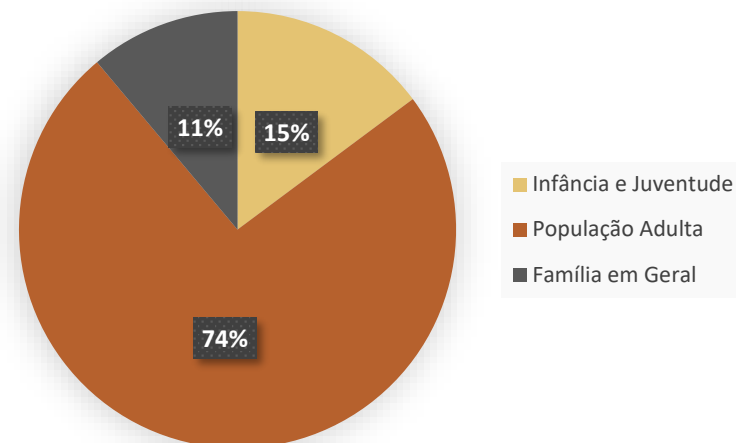
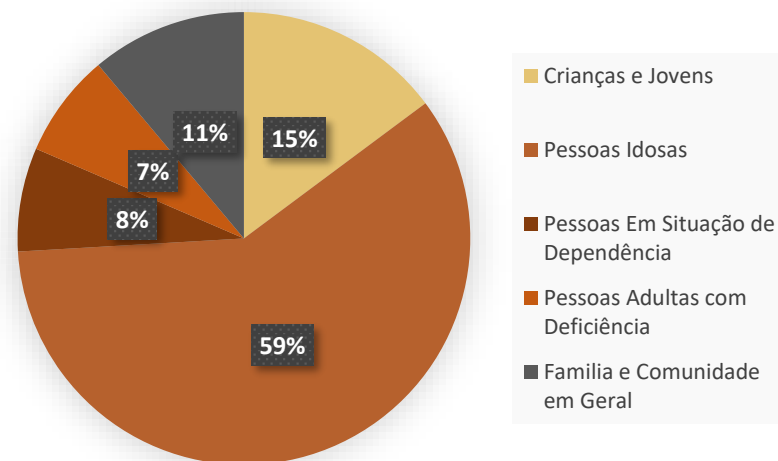


Gráfico 3. Respostas Sociais por População-Alvo



Data de Criação

No município de Cabeceiras de Basto, o primeiro estabelecimento a surgir foi a Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos fundada em 1877. Em 1980, é fundado o **Centro Social de Cabeceiras de Basto**, tornando-se na primeira resposta social especialmente dedicada a crianças. Na década 90, começaram a surgir os primeiros **Serviços de Apoio ao Domicílio** para apoiar os idosos na sua alimentação e higiene. A Fundação António Joaquim Gomes da Cunha abriu o primeiro **Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão** no município, em 1998. Na mudança de século, começam a surgir as **primeiras Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas**. Com o evoluir da população cada vez mais envelhecida e a necessitar de ajuda, começam a ser criadas outras valências para a população idosa nas diversas instituições já existentes no município.

< 2000

46,2%

2000 – 2010

26,9%

> 2010

26,9%

Capacidade e Utentes

No que concerne à capacidade instalada das respostas sociais, que constitui uma das principais vertentes da análise da carta social, para a Infância e Juventude é de 268 utentes, para a População Adulta é de 764 utentes e para a Família Geral é de 40 de capacidade máxima. No entanto, existe uma lista de espera de 422 utentes, devido à lotação de várias valências, nas diferentes instituições de apoio social.

Área de Influência

A área de influência das respostas sociais de proximidade, na generalidade vocacionadas para colmatar as necessidades das famílias durante o período diário, é maioritariamente municipal, acolhendo utentes, essencialmente, residentes do município, principalmente utentes que residem na freguesia onde os equipamentos sociais se situam.

8.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOCIAIS POR POPULAÇÃO-ALVO

8.2.1 Infância e Juventude

8.2.1.1 Crianças e Jovens

Respostas Sociais

No município de Cabeceiras de Basto estão identificadas 4 respostas sociais para crianças e jovens, das quais 3 são **creches** e 1 estabelecimento de educação **Pré-Escolar**.

As respostas sociais das **creches**, foram desenvolvidas para acolher crianças até aos três anos de idade durante o período diário que corresponde ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda, proporcionado apoio à criança e à família. Já os estabelecimentos de educação **Pré-escolar** foram desenvolvidos para crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, proporcionando-lhes atividades educativas e promovendo atividades de apoio à família.

Capacidade e Utentes

Relativamente à capacidade e utentes nas **creches**, constata-se que a capacidade e o número de utentes a usufruir das instalações existentes no município de Cabeceiras de Basto encontram-se na lotação máxima. No que se refere ao **pré-escolar**, no setor público, a capacidade encontra-se praticamente no limite máximo.

As três **creches** existentes no município têm uma capacidade para acolher 161 crianças, nas quais o Centro Social Paroquial de Cavez com uma capacidade para 26 utentes, o Centro Social de Cabeceiras de Basto com uma capacidade para 90 utentes e a Creche da A.R.C.A. com uma capacidade para 45 utentes, encontrando-se os três com a sua taxa de utilização máxima.

No que concerne ao **Pré-Escolar** pertencente ao Centro Social de Cabeceiras de Basto, este encontra-se com uma taxa de utilização de 97%, tendo uma capacidade instalada para 100 utentes.



CRECHES

Entidades	Capacidade Total
3	161
Utentes	Lista de Espera
161	44*
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
47,1%	100%

*lista de espera total das creches

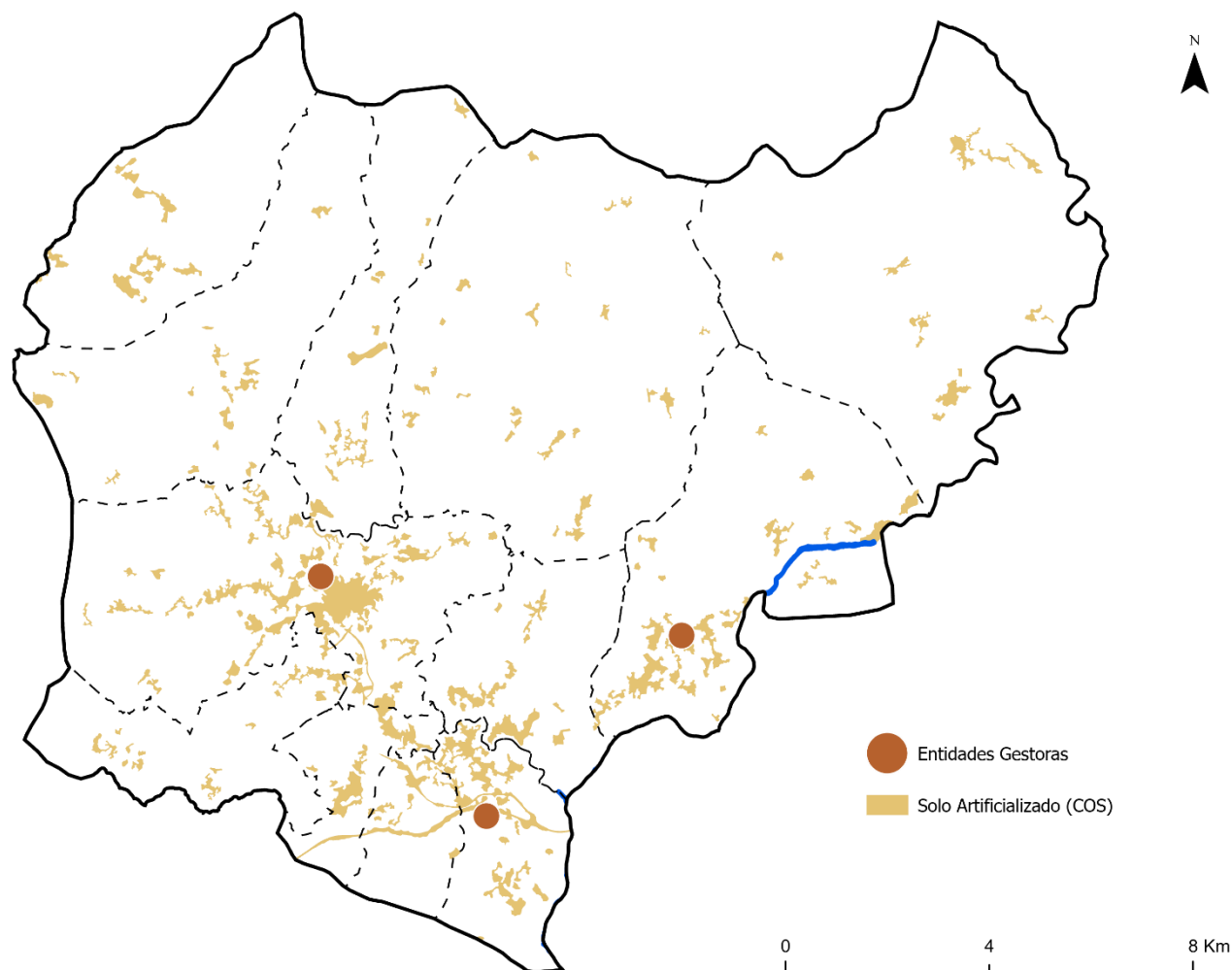


Figura 14. Mapa de Localização das Creches

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Entidades	Capacidade Total
1	100
Utentes	Lista de Espera
97	0
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
28,1%	97%

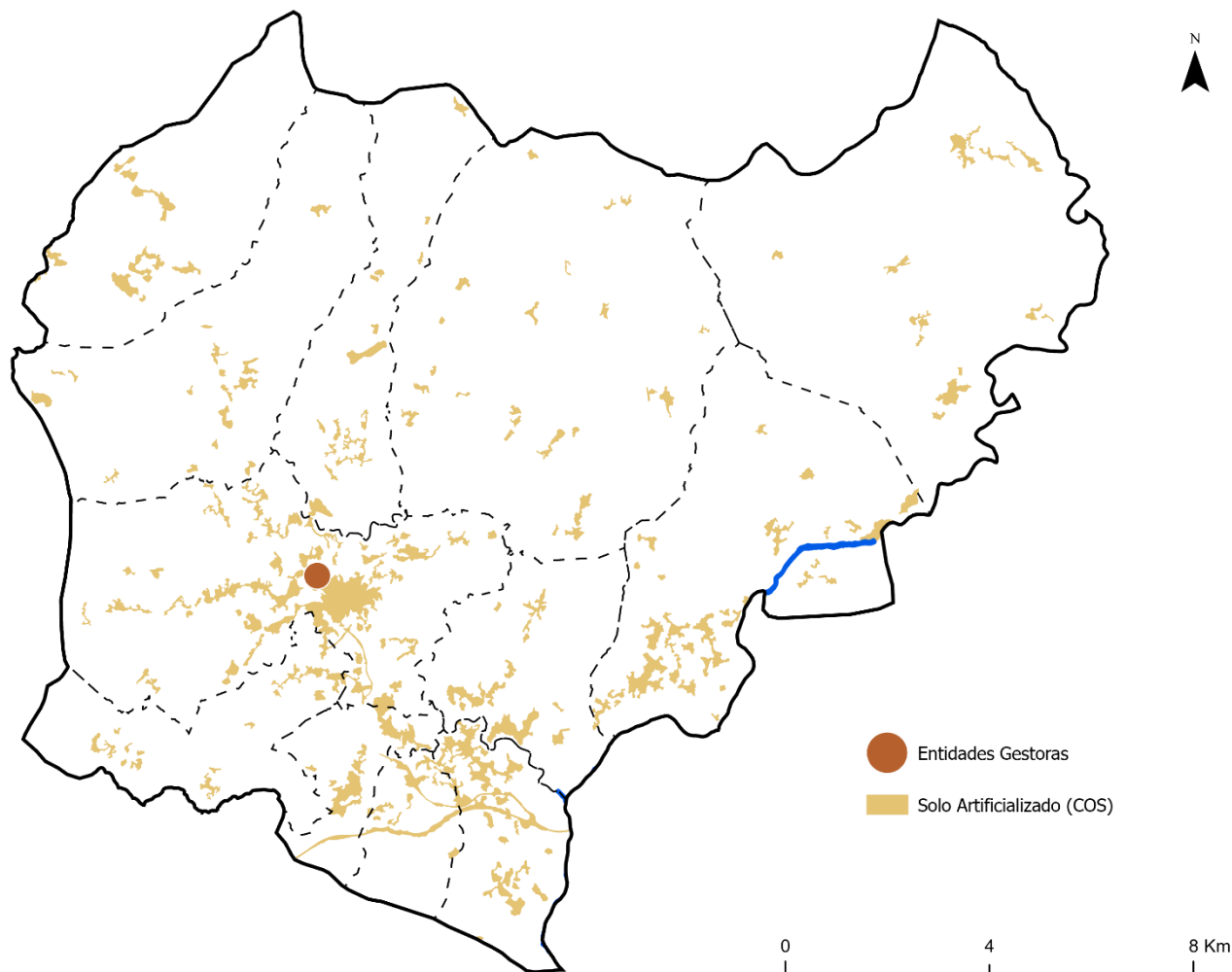


Figura 15. Mapa de Localização do estabelecimento Pré-Escolar

Listagem em Funcionamento | Infância e Juventude

Valência	Entidade Gestora	Capacidade	Utentes	Lista de Espera	Horário	Ano de Criação
Crianças e Jovens						
Creche	Centro Social de Cabeceiras de Basto	90	90	11	7h30 – 19h15	1980
Creche	Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baúlhe	45	45	28	7h30 – 19h30	2011
Creche	Centro Social da Paróquia de Cavez	26	26	5	7h45 – 18h30	2012
Educação Pré-Escolar	Centro Social de Cabeceiras de Basto	100	97	0	7h30 – 19h15	1980
2	3	261	258	44	---	---

Inquéritos às Entidades | Crianças e Jovens

Alterações na Capacidade de Resposta

66,6% - Não prevê alterações na capacidade;
33,3% - Prevê aumentar a capacidade de resposta (creche);

Mensalidade

100% - Tem Acordo com a Segurança Social;

Utentes

52,7 - Sexo Masculino
47,3% - Sexo Feminino
85,7% - Tem Acordo
14,3% Não tem Acordo

Edificado

100 % - Tem Certificado Energético;
100% - Funciona em Instalações Contruídas de Raiz;
50 % - Dispõe de Espaço Exterior;

Recursos Humanos

94,7 % - Vínculo Permanente;
5,3 % - Vínculo temporário;
42,1% - Ensino Superior;
57,9% Ensino Secundário;

15,8% - Formação Especializada
92,1% - Sexo Feminino
7,9% - Sexo Masculino

Nota – Nestes resultados, constam os dados das entidades da listagem da página 69.



8.2.2 População Adulta

8.2.2.1 Pessoas Idosas

Resposta Social

Os **serviços de apoio ao domicílio** são uma resposta desenvolvida para prestar serviços e cuidados às famílias ou pessoas que se encontram nos seus domicílios, sendo que o município de Cabeceiras de Basto tem 8 entidades a prestar esse serviço. Existem, também, 2 **Centros de Dia** capacitado para prestar um conjunto de serviços vocacionados para proporcionar o bem-estar das pessoas idosas.

As estruturas residenciais para pessoas idosas consistem no alojamento coletivo de pessoas idosas em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia, sendo que no município tem em funcionamento 5 entidades onde as pessoas podem recorrer. Para além destas 3 valências, existe no município o **centro de convívio e lazer**, na freguesia de Abadim.

Capacidade e utentes

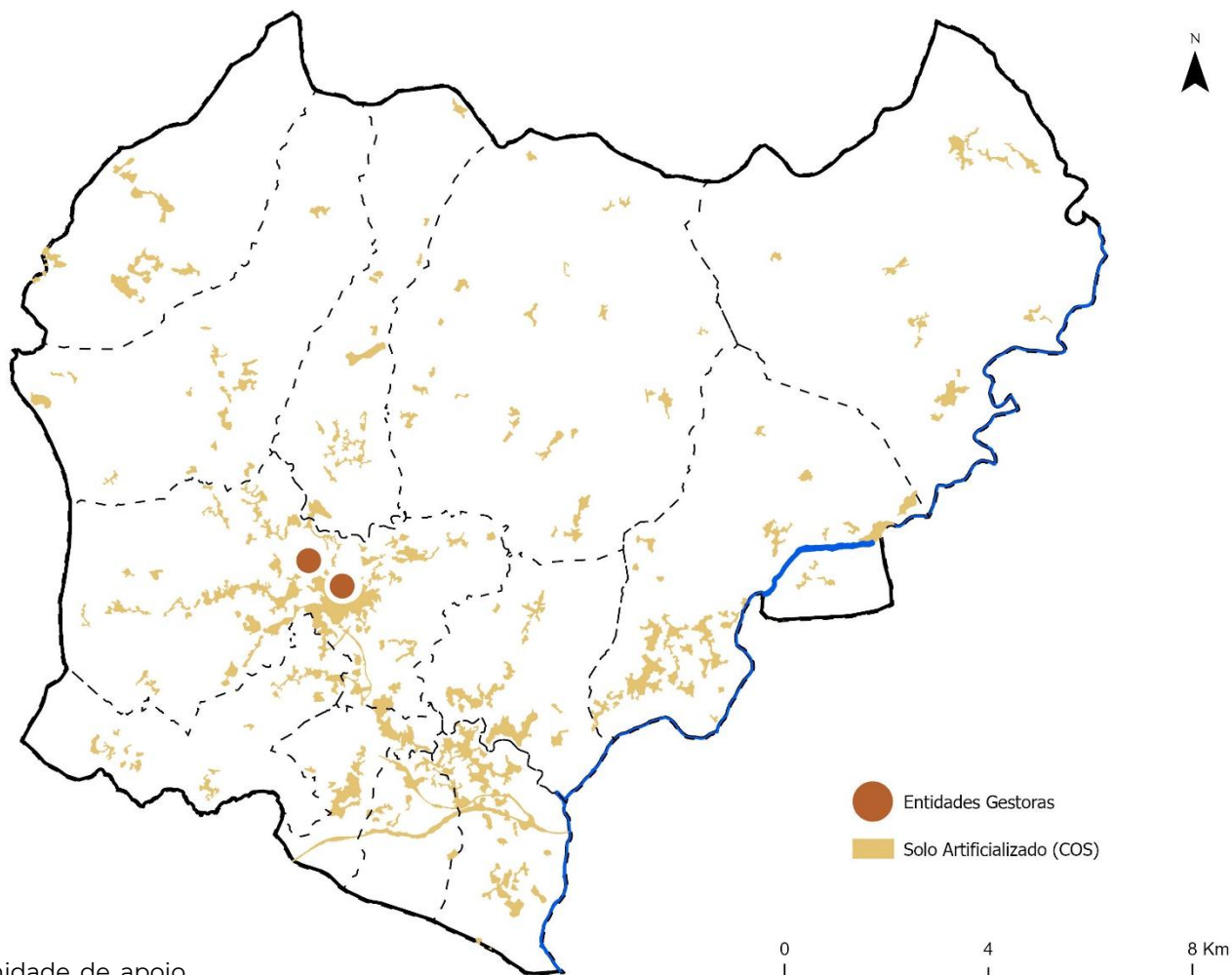
No que concerne à capacidade e à taxa de utilização por parte da população idosa de Cabeceiras de Basto, o **Serviço de Apoio Domiciliário** encontra-se com uma taxa de utilização de 80,6%, com capacidade para 325 utentes, isto é, o Centro Social Paroquial de St.º André de Riodouro, a ADIB, e o Centro Social da Paróquia de Abadim encontram-se na sua capacidade máxima; as restantes entidades gestoras de serviços de apoio domiciliário encontram-se com capacidade praticamente lotada (Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Cabeceiras de Basto, o Centro Social e Paroquial de Bucos e o Centro Social da Paróquia de Cavez), exceto Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Arco de Baúlhe e Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos que possuí cerca de 26 e 6 vagas, respetivamente.

Quanto ao **Centro de Convívio e Lazer**, este pertence ao Centro Social e Paroquial de Abadim, sendo que a taxa de utilização do mesmo é de 45%. Já os **Centros de Dia** apresentam uma taxa de utilização de 68,5%. No que diz respeito às **Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas**, estas encontram-se na sua capacidade máxima.



Centro de Dia

Entidades	Capacidade Total
2	54
Utentes	Lista de Espera
37	5*
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
1%	68,5%



*Os 5 utentes em lista de espera, estão associados à unidade de apoio social que se encontra já lotada.

Figura 16. Mapa de Localização do Centro de Dia

CCL

(Centro de Convívio e Lazer)

Entidades	Capacidade Total
1	20
Utentes	Lista de Espera
9	0
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
0,2%	45%

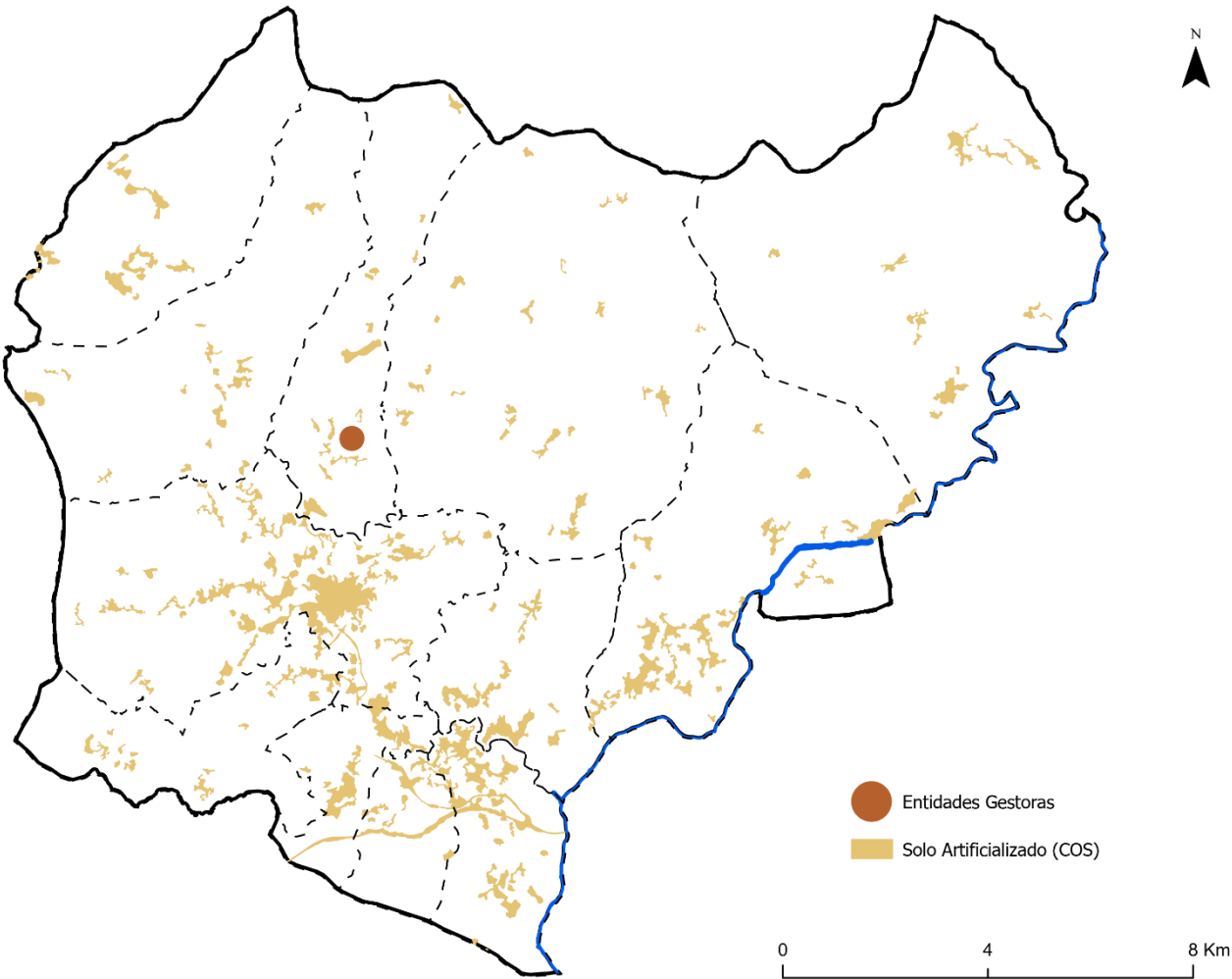


Figura 17. Mapa de Localização do Centro de Convívio

ERPI

(Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas)

Entidades	Capacidade Total
5	197
Utentes	Lista de Espera
197	271
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
10,9%	100%

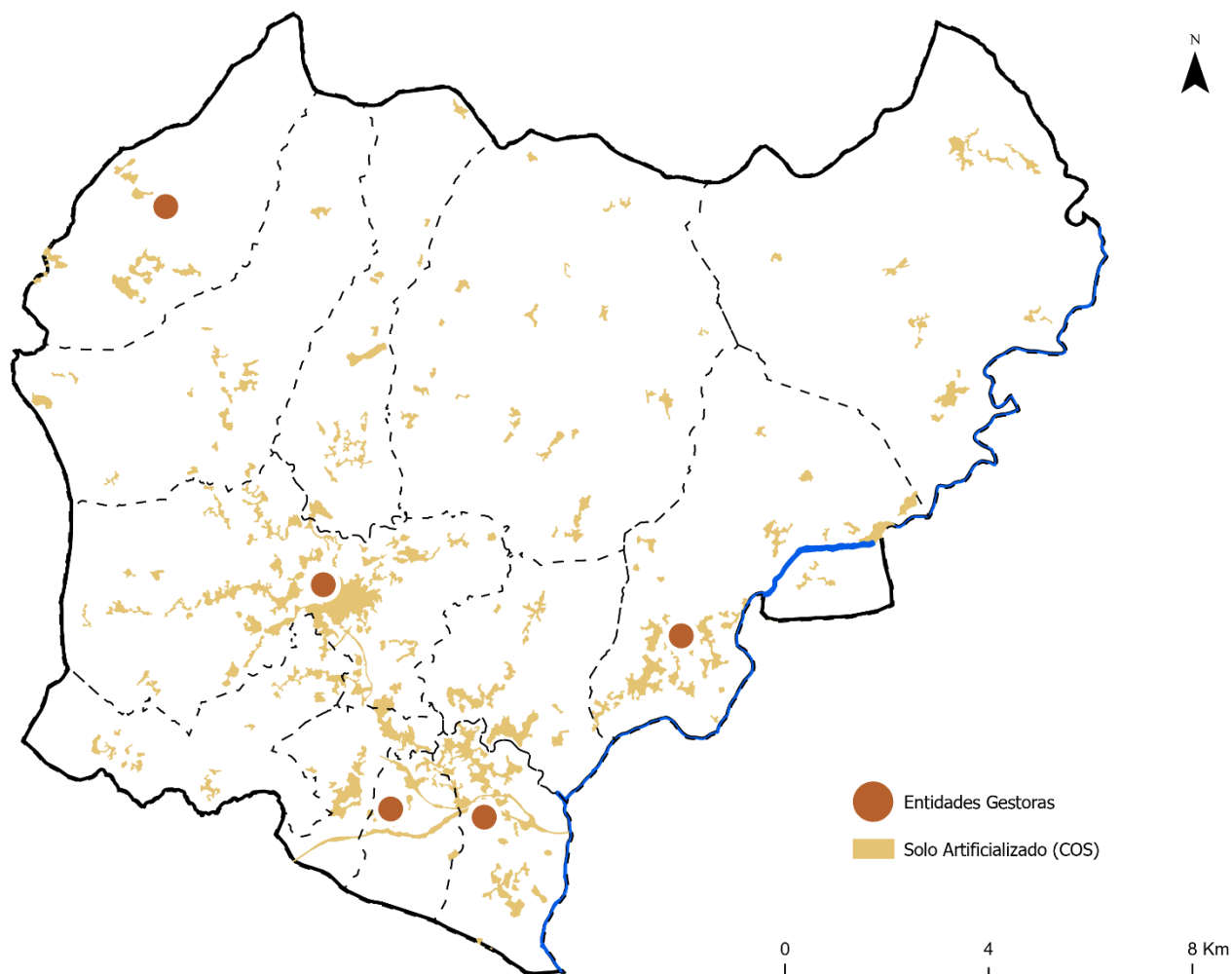


Figura 18. Mapa de Localização das ERPI

SAD

(Serviço de Apoio Domiciliário)

Entidades	Capacidade Total
8	325
Utentes	Lista de Espera
262	0
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
7,1%	80,6%

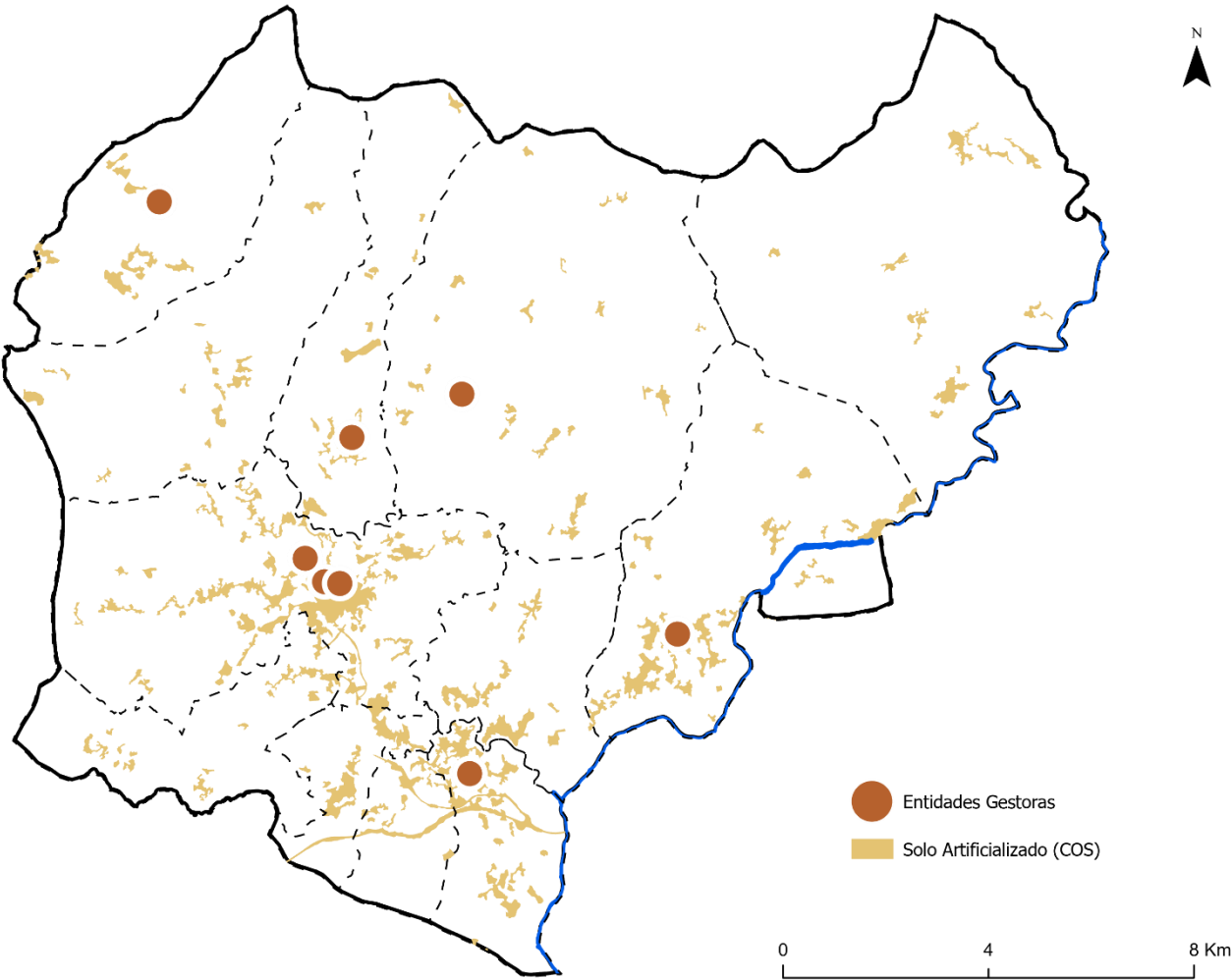


Figura 19. Mapa de Localização dos SAD

8.2.2.2 Pessoas Adultas com Deficiência

Resposta Social

Os **centros de atividade e capacitação para a inclusão** são instituições que se dedicam a promover a inclusão social e a capacitação de pessoas com deficiência ou outras necessidades especiais. Esses centros geralmente oferecem uma variedade de serviços e recursos para ajudar as pessoas a participarem plenamente na sociedade e alcançarem o seu potencial máximo. Além disso, existe o lar residencial que é destinado a alojar jovens e adultos com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporariamente ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

No município de Cabeceiras de Basto existem duas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, um **CACI (Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão)** e um **Lar Residencial**, sendo que estas duas respostas pertencem à mesma instituição, a Fundação António Joaquim Gomes da Cunha.

Capacidade e utentes

No que concerne às respostas sociais para Pessoas Adultas, a Fundação António Joaquim Gomes da Cunha possui um **Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão** com capacidade para 40 utentes, encontrando-se na sua lotação máxima. Por sua vez, o **Lar Residencial** tem nas suas instalações, à data, 24 utentes.

Por outro lado, existe uma grande procura por estes cuidados, sendo que o **Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão** tem 25 pessoas em lista de espera, e o **Lar Residencial** tem 73 pessoas à espera de uma vaga para usufruir destas instalações.



CACI

(Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão)

Entidades	Capacidade Total
1	40
Utentes	Lista de Espera
40	25
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
0,3%	100%

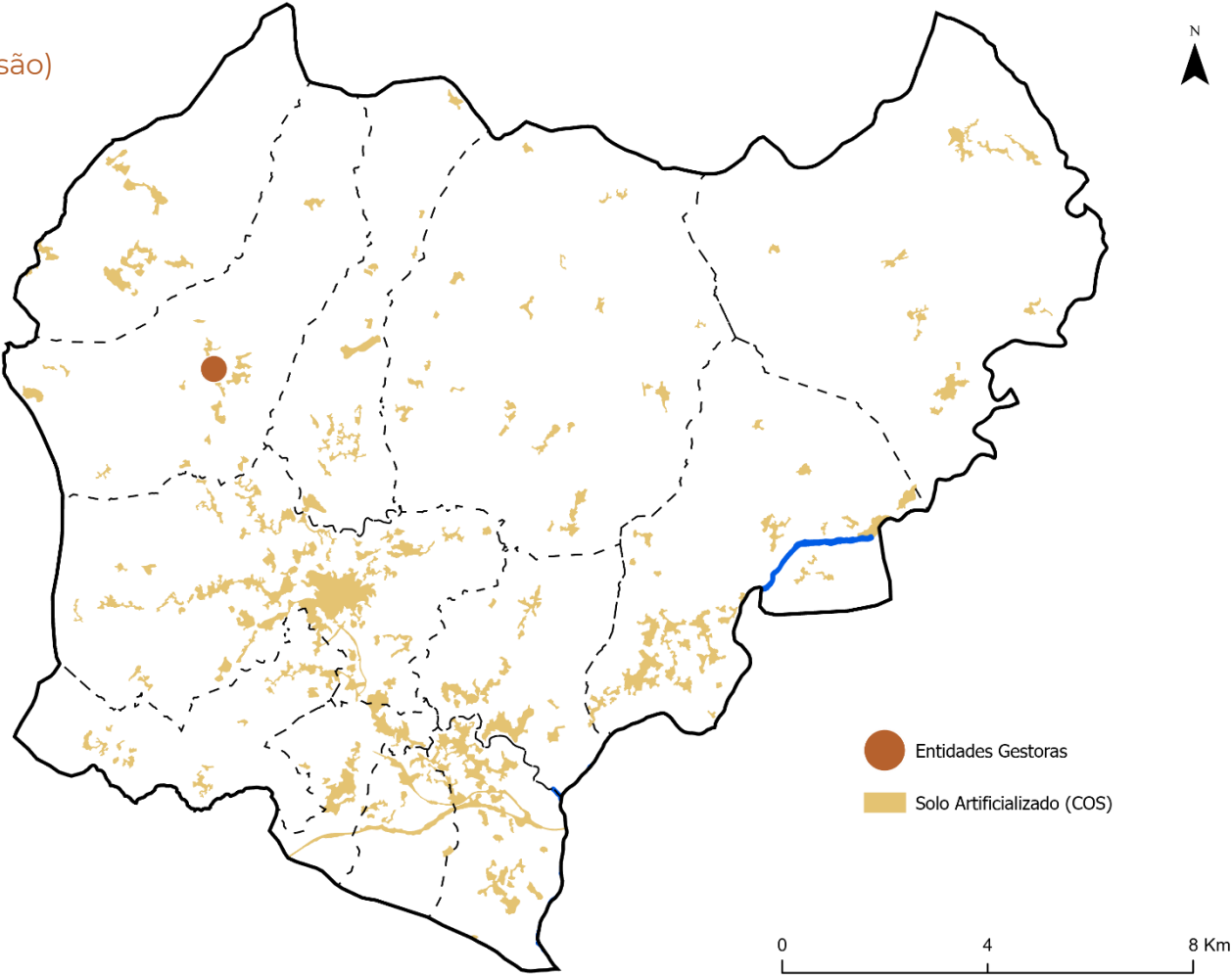


Figura 20. Mapa de Localização do CACI

Lar Residencial

Entidades	Capacidade Total
1	24
Utentes	Lista de Espera
24	73
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
0,2%	100%

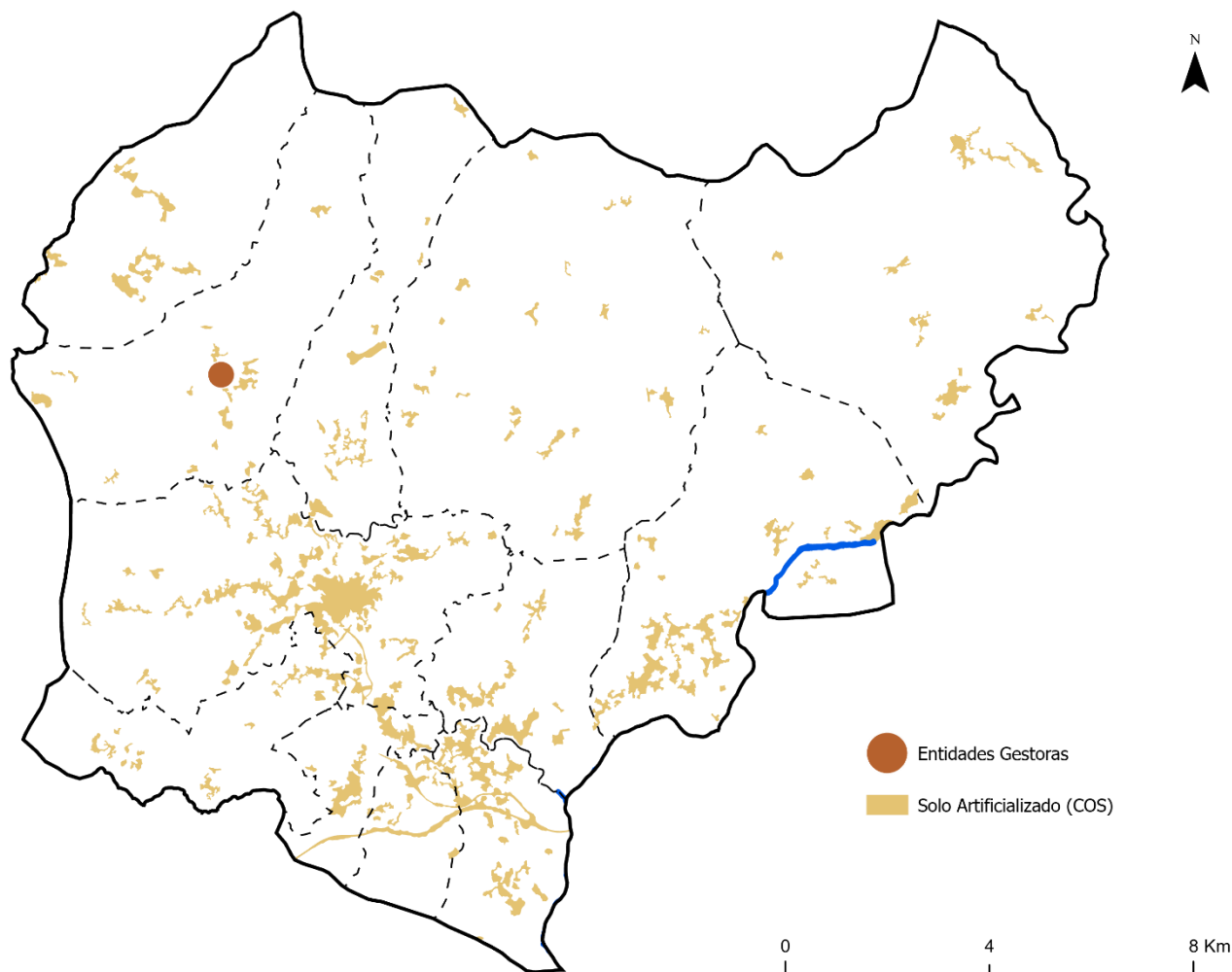


Figura 21. Mapa de Localização do lar Residência

8.2.2.3 Pessoas em Situação de Dependência

Resposta Social

No município de Cabeceiras de Basto existem 2 respostas sociais para pessoas em situação de dependência, uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) e uma Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR). Estas duas instituições estão centralizadas na União das Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela.

A **ULDM** são destinadas a pessoas com doenças ou processos crónicos que apresentam diferentes níveis de dependência e diversos graus de complexidade clínica e que não podem ser atendidas no domicílio por falta de apoio social, dificuldades de apoio familiar ou descanso familiar.

A **UMDR** são destinadas a doentes com uma doença de base aguda ou crónica, que se encontrem em fase de recuperação, necessitem de continuação do tratamento ou de supervisão clínica continuada.

Capacidade e utentes

A **Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**, a cargo da Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos, tem uma capacidade para 31 utentes. Relativamente à **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**, existente na entidade Basto Vida, possui uma capacidade para 30 utentes. Ambas as respostas encontram-se na sua capacidade máxima.

ULDM

(Unidade de Longa Duração e Manutenção)

Entidades	Capacidade Total
1	31
Utentes	Lista de Espera
31	Não aplicada
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
0,2%	100%

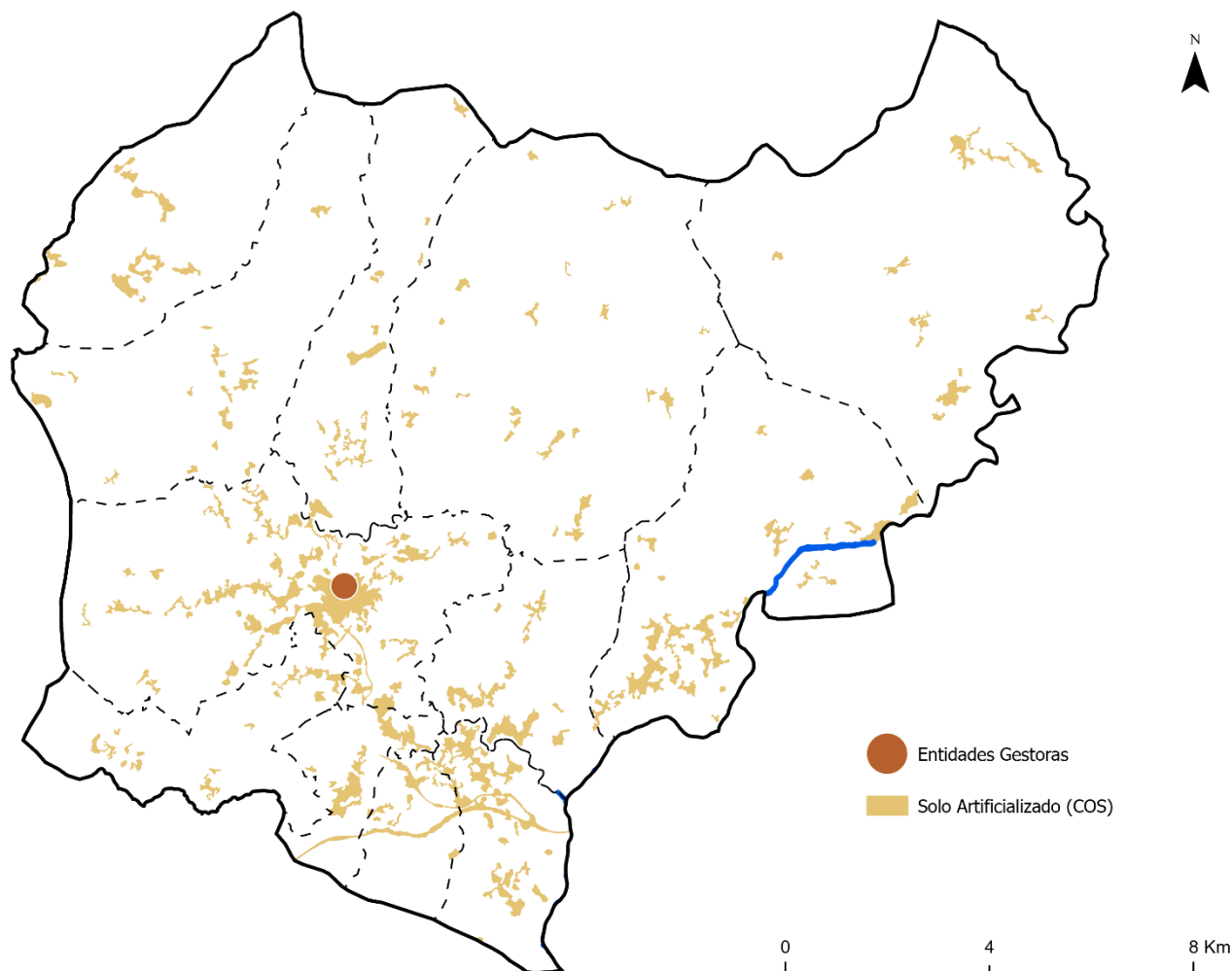


Figura 22. Mapa de Localização da ULDM

UMDR

(Unidade de Média Duração e Reabilitação)

Entidades	Capacidade Total
1	30
Utentes	Lista de Espera
30	Não aplicada
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
0,2%	100%

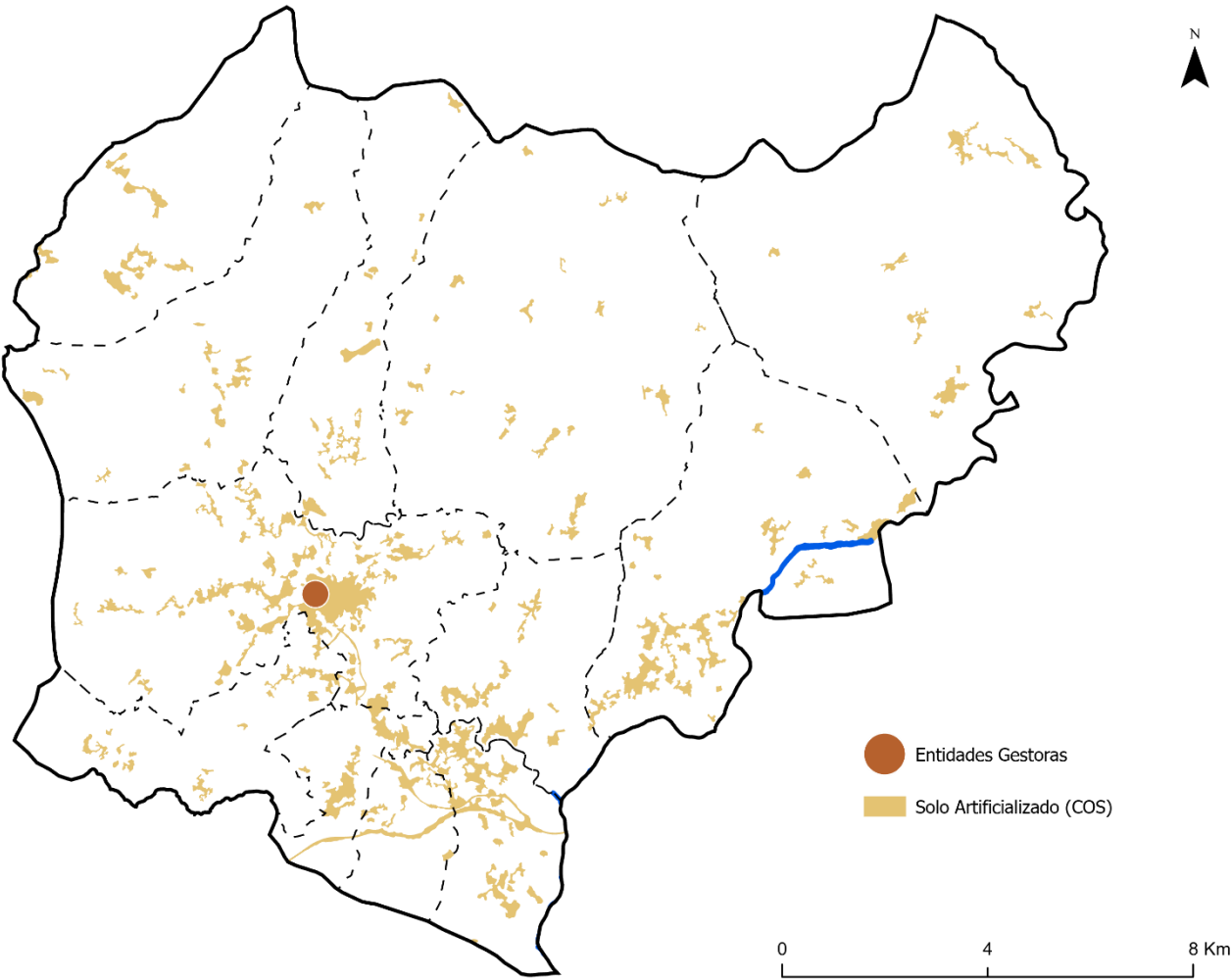


Figura 23. Mapa de Localização da UMDR

Listagem em Funcionamento | Pessoas Adultas

Valência	Entidade Gestora	Capacidade	Utentes	Lista de Espera	Horário	Ano de Criação
Pessoas Idosas						
Centro de Dia	Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto	34	34	5	08h30 –18h00	2009
Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	20	3	0	10h-17h	2024
CCL	Centro Social e Paroquial de Abadim	20	9	0	14h30 – 17h00	2009
ERPI	Centro Social e Paroquial de Bucos	12	12	23	24h	2007
ERPI	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	68	68	82	24h	1989
ERPI	Centro Social da Paróquia de Cavez	50	50	120	24h	2000
ERPI	Associação Recreativa e Cultural de Arco de Baúlhe	48	48	46	24h	2011
ERPI	Serenity Dynasty, Lda	19	19	0	24h	2018
SAD	Centro Social da Paróquia de Cavez	55	50	0	08h20-17h00 8h00-13h00*	1992
SAD	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	45	24	0	08h00–20h00	Década de 90
SAD	Centro Social e Paroquial de St. André de Riodouro	30	30	0	09h00-17h30 8h00-13h00*	1996
SAD	Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Cabeceiras de Basto	25	20	0	08h30-17h30 08h30-13h00*	1997
SAD	Centro Social e Paroquial de Abadim	40	40	0	09h00-17h00 8h00-13h00*	1996
SAD	Associação Dinamizadora dos Interesses de Basto	40	40	0	08h30-18h00 08h30-13h00+	2009
SAD	Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Arco de Baúlhe	60	34	0	8h00-17h00 08h00-13h00*	1996
SAD	Centro Social e Paroquial de Bucos	30	24	0	09h00-16h00 08h00-16h00*	1994
Total		596	505	276		



Listagem em Funcionamento | População Adulta

Valência	Entidade Gestora	Capacidade	Utentes	Lista de Espera	Horário	Ano de Criação
Pessoas Adultas com Deficiência						
CACI	Fundação António Joaquim Gomes da Cunha	40	40	25	09h00-17h00	1998
Lar Residencial	Fundação António Joaquim Gomes da Cunha	24	24	73	24h	2009
Pessoas em Situação de Dependência						
ULDM	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	31	31	N/A	09h00-18h00 14h00-18h00	2015
UMDR	Basto Vida	30	30	N/A	24h	2018
Total		128	128	98		

* Horário de fim-de-semana

Inquéritos às Entidades | População Adulta

Alterações na Capacidade de Resposta

41,7% - Não prevê alterações na capacidade
58,3% - Prevê aumentar a capacidade de resposta

Mensalidade

94,7% - Paga Mensalidade
94,7% - Tem Acordo com a Segurança Social

Utentes

46,5% - Sexo Masculino
53,5% - Sexo Feminino
92,8% - Tem Acordo
7,2% - Sem Acordo

Edificado

68,4% - Tem Certificado Energético
57,9% - Funciona em Instalações de Raiz
42,1% - Funciona em Instalações adaptadas
21,1% - Dispõem de Espaço Exterior

Recursos Humanos

87% - Vínculo Permanente
13% - Vínculo Temporário
27,7% - Ensino Superior
63,7% - Ensino Secundário
6,6% - Formação Especializada
12,7% - Sexo Masculino
87,3% - Sexo Feminino

Nota – Nestes resultados, constam os dados das entidades da listagem da página 82 e 83.



8.2.3 Família e Comunidade

8.2.3.1 Família e Comunidade em Geral

Resposta Social

O Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social

é um serviço que visa fornecer apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias que enfrentam dificuldades de caráter social, emocional, econômico ou de saúde. Este serviço tem como objetivo promover o bem-estar, melhorar a qualidade de vida e garantir que as pessoas tenham acesso a recursos e apoio adequados.

No município de Cabeceiras de Basto existem 2 respostas sociais para dar apoio às famílias e comunidade em geral, nas quais 1 SAAS da tutela da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto com protocolo de cooperação com a Fundação António Joaquim Gomes da Cunha e com o Centro Social e Paroquial de Abadim, sendo que a fundação antes referida, ao abrigo do protocolo, dá respostas à população das freguesias/lugares de Alvite, Arco de Baúlhe, Basto, Bucos, Cabeceiras de Basto, Faia, Outeiro, Painzela, Passos e Vila de Nune. O Centro Social e Paroquial de Abadim, também ao

abrigo do protocolo de cooperação, dá resposta à população das freguesias/lugares de Abadim, Cavez, Pedraça, Riodouro, Condiães, Vilar de Cunhas e Refojos de Basto.

A ajuda alimentar a carenciados é um programa e iniciativa que têm como objetivo fornecer alimentos e apoio nutricional a pessoas ou famílias que enfrentam dificuldades financeiras e carências alimentares. Esta assistência é importante para garantir que as pessoas tenham acesso a uma alimentação adequada, especialmente em momentos de crise ou necessidade.

A IPSS responsável pela **Cantina Social** no município, é a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arco de Baúlhe que tem o serviço nas suas instalações.

Capacidade e utentes

No âmbito das respostas em apreço, à data, em acompanhamento tem como número total de utentes de 521, em que o SAAS, da tutela da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto possui 515 utentes. Além desta valência,

a **Cantina Social**, que pertencente à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arco de Baúlhe, contém nas suas instalações uma capacidade para 40 utentes, tendo uma utilização de 6 pessoas.



Família e Comunidade em Geral

Entidades	Capacidade Total
3	Não aplicada
Utentes	Lista de Espera
521	Não aplicada
Taxa de Cobertura	Taxa de Utilização
3,3%	Não aplicada

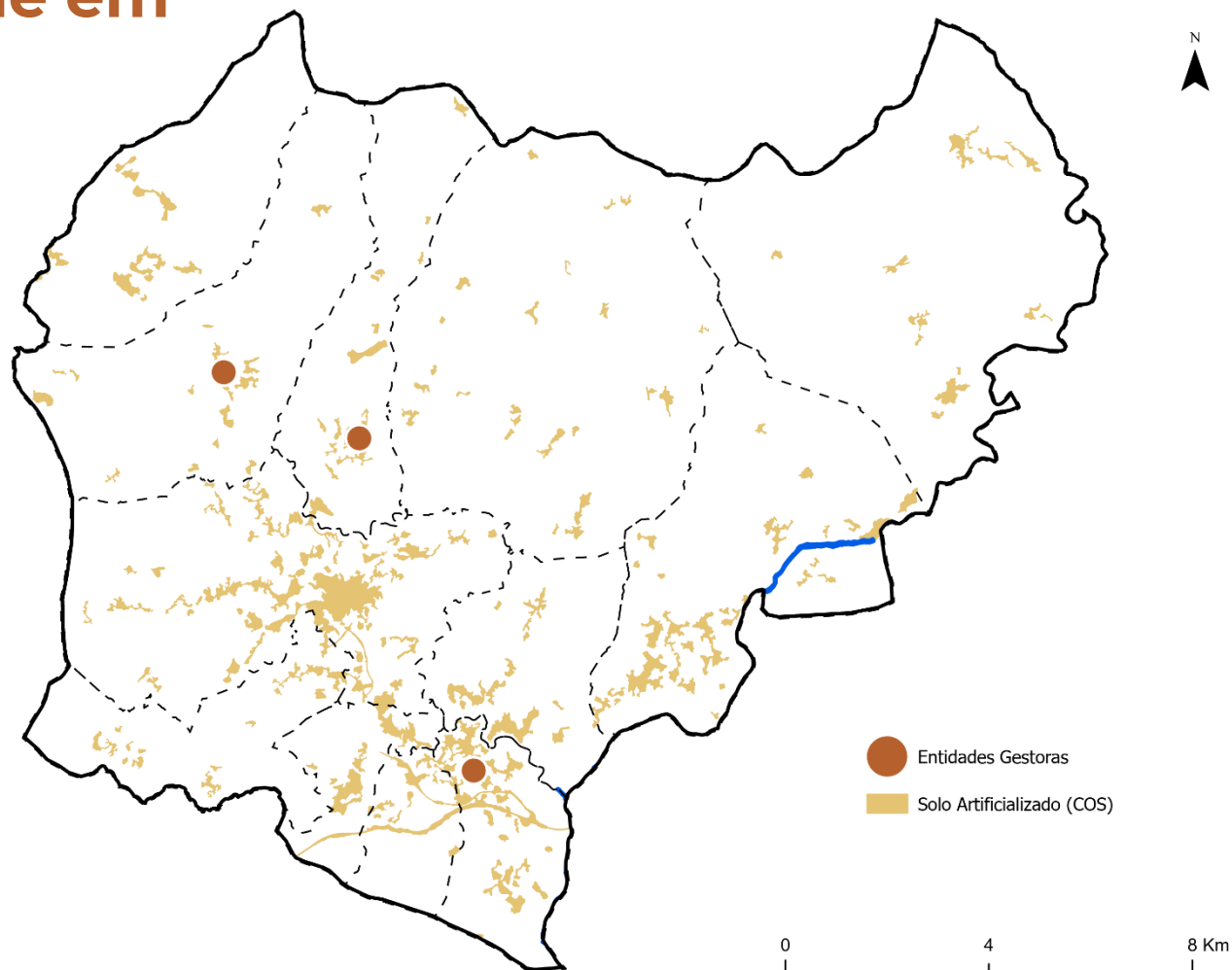


Figura 24. Mapa de Localização das Respostas Sociais para Família e Comunidade em Geral

Listagem em Funcionamento | Família e Comunidade

Valência	Entidade Gestora	Capacidade	Utentes	Lista de Espera	Horário	Ano de Criação
Família e Comunidade em Geral						
SAAS	Câmara Municipal (Centro Social e Paroquial de Abadim)	-	515	N/A	09h00-17h30	2009
	Câmara Municipal (Fundação António Joaquim Gomes da Cunha)			N/A	09h00-17h30	2006
Cantina Social	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arco de Baúlhe	40	6	N/A	08h00-17h00	2012
2	2	40	521	N/A		

Inquéritos às Entidades | Família e Comunidade

Alterações na Capacidade de Resposta

33,3% - Não prevê alterações na capacidade
66,6% - Prevê aumentar a capacidade de resposta

Mensalidade

33,3% - Paga Mensalidade
33,3% - Tem Acordo com a Segurança Social

Utentes

47,9% - Sexo Masculino
52,1% - Sexo Feminino
1,4% - Tem Acordo
98,6% - Protocolo com o município

Edificado

33,3% - Tem Certificado Energético
33,3% - Funciona em Instalações de Raiz
66,7% - Funciona em Instalações adaptadas
33,3% - Dispõem de Espaço Exterior

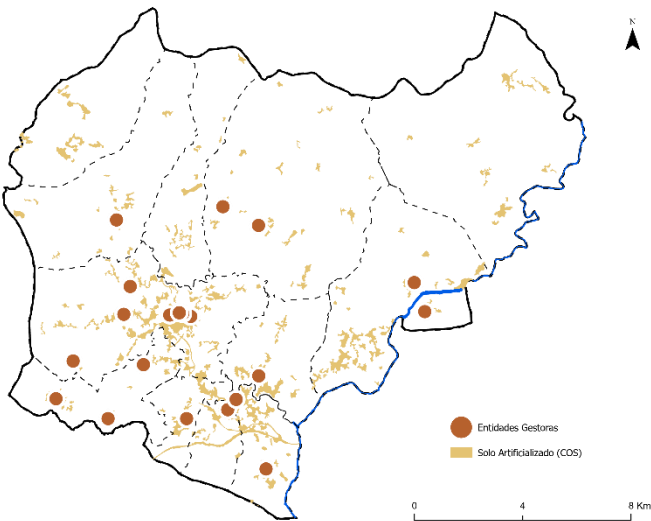
Recursos Humanos

94,1% - Vínculo Permanente	11,8% - Formação Especializada
5,9% - Vínculo Temporário	88,2% - Sexo Feminino
52,9% - Ensino Superior	11,8% - Sexo Masculino
47,1% - Ensino Secundário	

Nota – Nestes resultados, constam os dados das entidades da listagem da página 87.

8.3 OUTROS PROJETOS

No que concerne a outros projetos, estes foram criados no município de Cabeceiras de Basto para prestarem apoio às famílias que apresentem maiores dificuldades, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e para colmatar lacunas existentes no âmbito das respostas sociais existentes no município.



Projeto	Entidade Gestora	Ano de Criação
Loja Social	Basto Vida	2009
Loja Social	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos	----
ECL (17)	Basto Vida	2013
Medicamentos Sociais	Basto Vida	2006
Posto Móvel de Atendimento	Basto Vida	2013
Cuidar +	Basto Vida	2021
CLDS 5G	Basto Vida	2024
Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Arco de Baúlhe	2012

No que respeita aos projetos mencionados anteriormente, estes visam a prestação de serviços de interesse geral e a promoção do acesso dos cidadãos a bens e serviços essenciais nos setores da saúde e ação social.

Assim, a **Loja Social** visa o fornecimento de roupas e outros bens a indivíduos e/ou famílias carenciadas, contribuindo para a melhoria das condições de vida das mesmas.

Nos **Espaços de Convívio e Lazer**, 17 no concelho, o objetivo passa por combater o isolamento e promover a qualidade de vida da população idosa, estimulando uma vida mais ativa. Em simultâneo incentivam à participação e potenciam a inclusão social, fomentam as relações interpessoais e intergeracionais e contribuem para retardar ou evitar a institucionalização.

O programa **Medicamentos Sociais** pretende garantir o acesso a medicamentos prescritos em contexto de doença, às pessoas com menores recursos económicos. Beneficiam deste programa os cabeceirenses que apresentem menores recursos económicos e sociais em situação de doença

crónica, aguda, súbita, endémica ou relacionada com o processo de envelhecimento.

O **Posto Móvel de Atendimento** presta cuidados de saúde primários, permite a marcação de consultas, rastreios, check-up de vários parâmetros de saúde, bem como o pagamento de faturas, requerimentos e reclamações.

Em suma, estes projetos permitem uma resposta alargada e ambivalente no município, estendendo a rede de apoio além das outras valências prestadas pelos serviços de apoio social mencionados ao longo desta carta social.

PARTE IV – ANÁLISE PROSPETIVA



9 ANÁLISE PROSPETIVA 2011 A 2031

A análise prospetiva é uma ferramenta que potencializa as dimensões exploratórias e estratégicas do planeamento, marcada pelas mudanças, o risco e outras incertezas, e que desta forma auxilia nos processos de definição e construção de novas políticas no território. A finalidade principal passa por antecipar o futuro, porque o grande desafio reside na possibilidade de prever o futuro de forma participada, organizada, estruturada, consistente e útil.

Este modelo fundamenta a criação de instrumentos fortemente prospetivos e adaptativos, implicando uma reflexão prospetiva e participativa das diferentes entidades envolvidas sobre o futuro da população residente, natalidade, envelhecimento, entre outras. Com isto, podemos ter a visão para um futuro a médio e longo prazo, com o objetivo de tomar decisões no presente já com vista para o futuro.

A prospetiva enquadra-se sobre o futuro, afirmando-se como uma reflexão científica sobre o futuro do homem e da sociedade, contudo alargou-se este campo de reflexão para

diferentes áreas. Com este recurso, enquanto ferramenta de apoio, permite desenvolver capacidade de orientar as mudanças que poderão acontecer em diferentes cenários (pessimista e otimista), tendo este critério fundamento em correlação com os vários intervenientes.

População residente

Tendo por referência a população residente em 2011 e 2031, o município de Cabeceiras de Basto terá cerca de menos 2 956 habitantes em 2031 comparativamente com 2011, valor correspondente a cerca de -17,69%.

Por década, este crescimento negativo traduz-se num decréscimo populacional de menos 1152 indivíduos entre 2011 e 2021, o que representa cerca de -6,89%, passando de 16710 para 15558 habitantes. Entre 2021 e 2031, estima-se a perda de 1804 indivíduos, o que equivale a cerca de -11,60%, passando para 13754 indivíduos. De todas as freguesias do município, a União de freguesias de Refoios de Basto, Outeiro e Painzela, embora seja previsto um decréscimo entre 2011 e 2031, é a que apresentará a maior população residente que ronda os 6 000 habitantes. Entre 2011 e 2021, esta teve um

decréscimo de cerca de 2,98%, passando de 6 755 para 6 574, respetivamente; e entre 2021 e 2031 prevê-se um outro decréscimo com cerca de 2,14%, passando de 6574 em 2021 para 6433 em 2031. Já a União de Freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas com uma população residente de 347 habitantes em 2021, prevê-se uma diminuição para 263 habitantes em 2031, o que perfaz um decréscimo de cerca 17,58% de 2011 para 2021 e, entre 2021 e 2031, uma previsão de um decréscimo de cerca 24,21%. Para além disso, na freguesia de Cavez prevê-se um acentuado decréscimo da população residente com cerca de 33,45%, entre 2021 e 2031, passando de 1133 para 754 indivíduos.

Relativamente à taxa de variação da população entre 2011 e 2031, o município de Cabeceiras de Basto não apresenta uma variação positiva em nenhuma das suas Freguesias, apresentando uma evolução negativa resultante dessa diminuição da população residente. De salientar que a Freguesia de Cavez terá uma evolução mais negativa com cerca de 33%, enquanto a União das Freguesias de Alvite e Passos é a que terá uma evolução menos negativa de 4%.

Tabela 12. Projeções Demográficas da população residente para 2031

Freguesia	2011	2021	2031
Abadim	571	472	429
Basto	938	893	770
Bucos	554	469	378
Cabeceiras de Basto	711	616	451
Cavez	1 268	1 133	754
Faia	558	555	460
Pedraça	760	694	600
Riodouro	942	816	636
União das freguesias de Alvite e Passos	1 184	1 039	996
União das freguesias de Arco de Baulhe e Vila Nune	2 048	1 950	1 584
União das freguesias de Gondães e Vilar de Cunhas	421	347	263
União das freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	6 755	6 574	6 433
Município	16 710	15 558	13 754

Fonte: INE, 2023

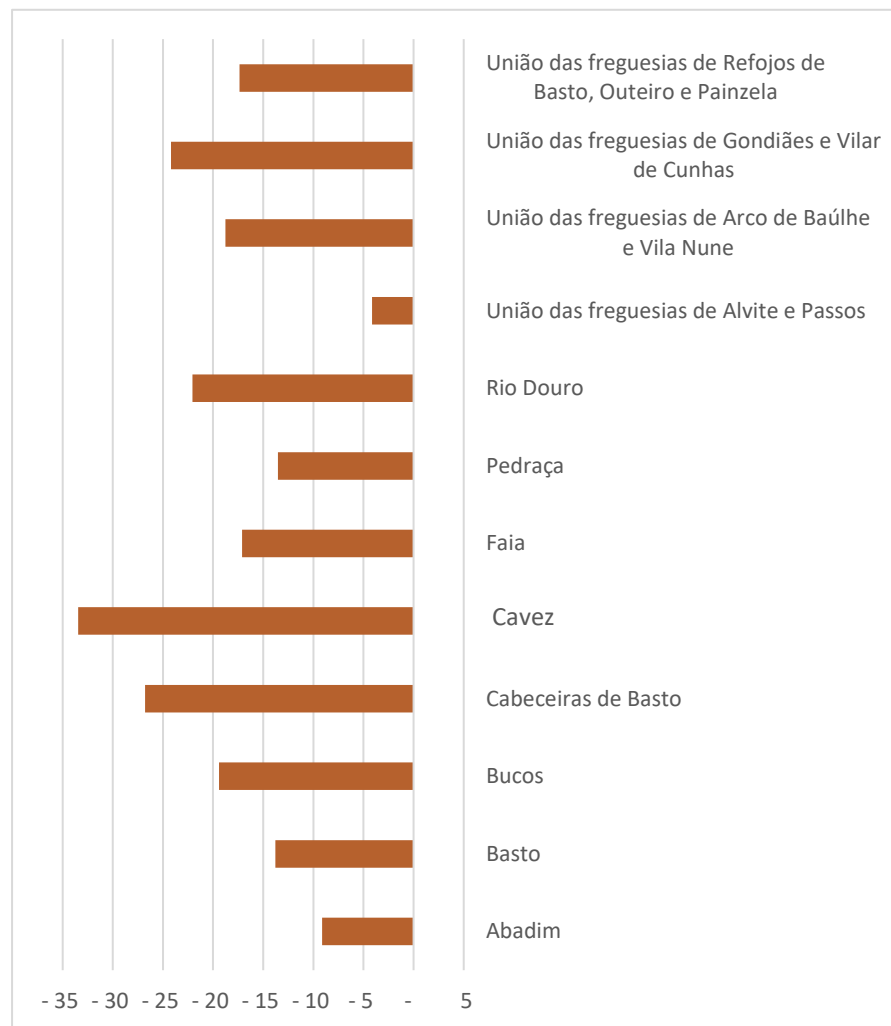


Figura 25. Taxa de Variação da População entre 2011 e 2031

Fonte: INE, 2023

Relativamente à disposição espacial do território, a taxa de variação da população entre 2011 e 2031, no município de Cabeceiras de Basto, verifica-se uma maior tendência de variação da população nas freguesias mais afastadas do centro urbano onde a densidade populacional é menor (Figura 25).

Contudo, apesar do grande afastamento, ao centro urbano, da União de Freguesias de Gondíães e Vilar de Cunhas, esta apresenta uma baixa taxa de variação (entre -9,99 e -4,00). Contrariamente, a União de Freguesias de Alvite e Passos e a União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune, apesar de se encontrarem mais perto do centro urbano, estas têm uma maior taxa de variação da população (entre -24,99% e -20,00%).

Taxa da Variação Populacional

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

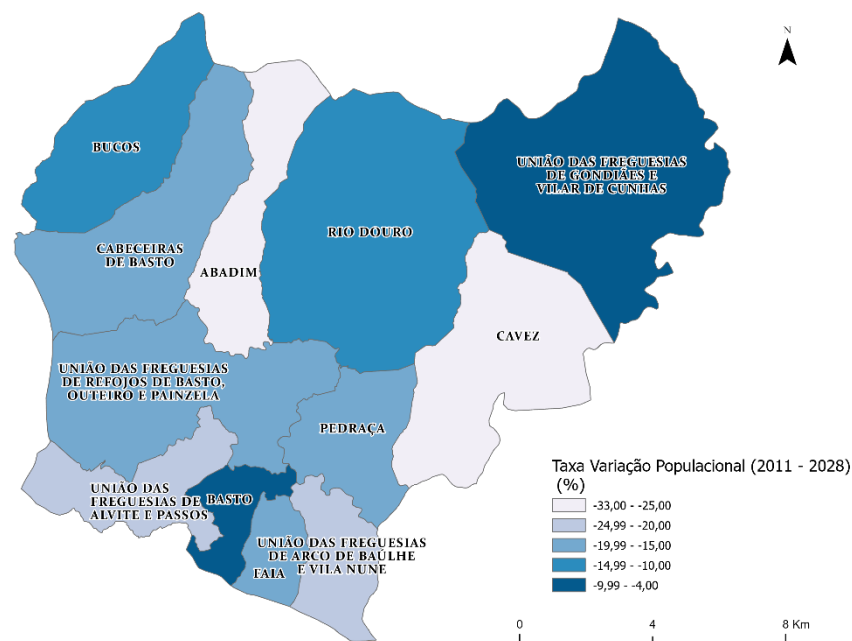


Figura 26. Mapa da Taxa Variação Populacional (2011-2029)

O mapa da figura 26 mostra que em 2021, a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela é a freguesia que apresenta o maior número de habitantes por quilómetro quadrado e, como foi referido anteriormente, com o maior número de população residente. Por outro lado, a União das Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune, também apresenta densidade populacional elevada.

Segundo a TIPAU (figura 27), ambas as freguesias se localizam em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), sendo que, dentro desta unidade territorial, também se encontra inserida a Freguesia de Cabeceiras de Basto. Já as restantes unidades territoriais (Área Mediamente Urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR)) são definidas pelas freguesias mais despovoadas e, consequentemente, mais afastadas do centro urbano do município de Cabeceiras de Basto.

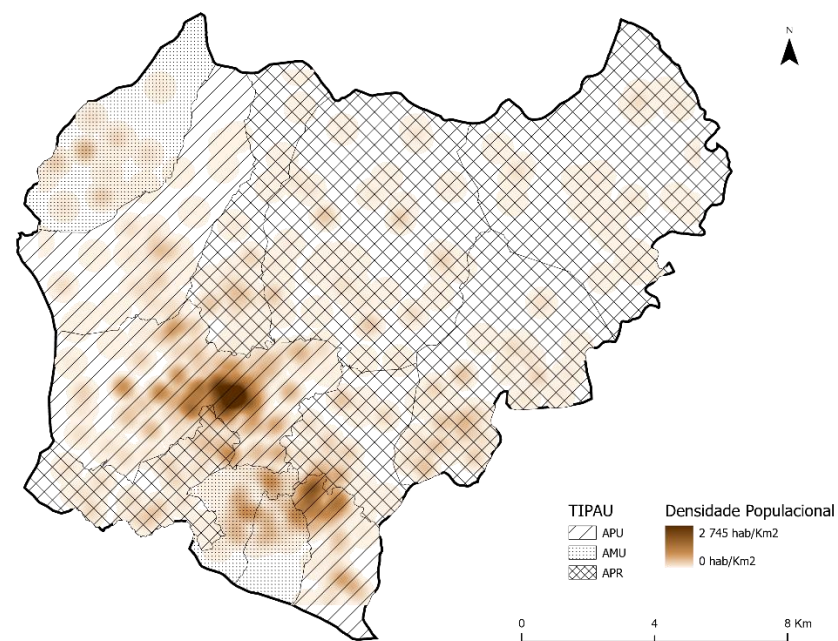
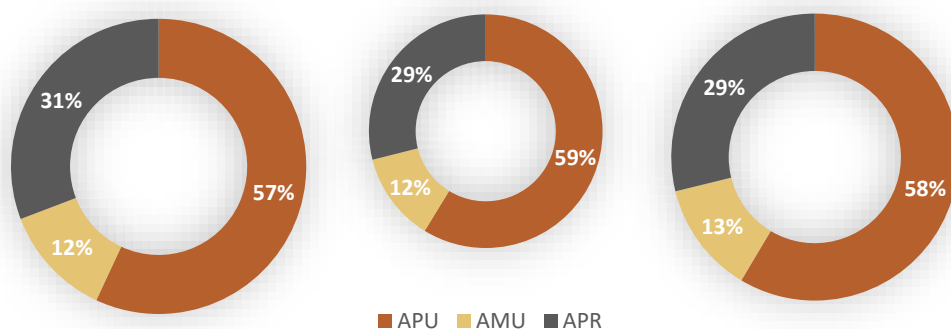


Figura 27. Mapa da Densidade Populacional por TIPAU

Segundo a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU), nos anos 2011 e 2021, as freguesias das Áreas Predominantemente Urbanas eram onde se encontrava a maioria da população com 57% e 59%, respetivamente. Já as freguesias que apresentavam a menor população são as que se integram nas Áreas Mediamente Urbanas com 12% em ambos os anos (2011 e 2021). No que diz respeito à projeção para 2031, ambas as unidades territoriais, APU e AMU, mantêm as prospetivas de seguirem as mesmas dinâmicas populacionais. Contudo, as APU com uma percentagem intermédia relativamente a 2011 e 2021 (58%) e as AMU com um crescimento de 1% (13%) em relação a 2011 e 2021. Por fim, as APR obtiveram uma diminuição da população de 2% entre 2011 e 2021 (31 e 29%, respetivamente) e uma projeção de estagnação nos 29% em 2031.

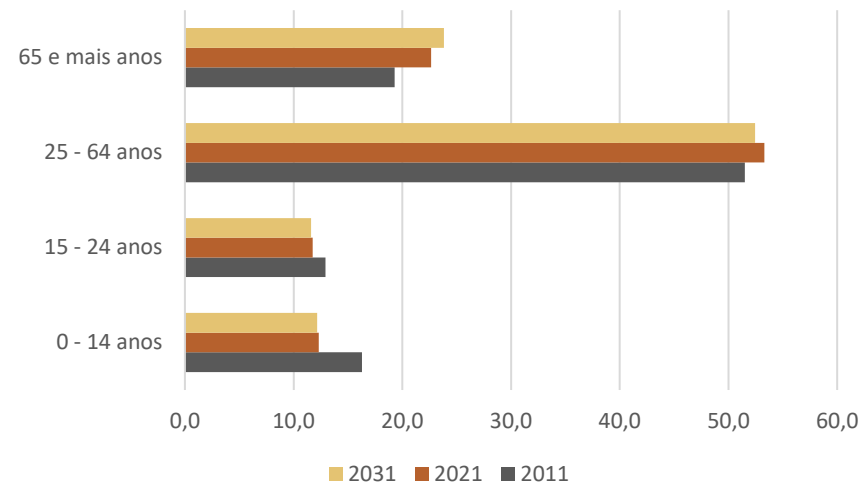
Gráfico 4. População Residente por TIPAU



Estrutura Etária

No que concerne à estrutura etária da população, do município, esta caracteriza-se, essencialmente, por população adulta compreendida entre os 25 e os 64 anos, seguida da população idosa com idades superiores a 64 anos de idade. Tanto na população jovem (entre os 0 e os 14 anos de idade) como na jovem adulta (entre os 15 e os 24 anos de idade), entre 2011 e 2031, prevê-se um decréscimo da população de 4,2% e 1,2%, respetivamente. Contudo na faixa etária dos 15 aos 24, entre 2021 e 2031 prevê-se uma estagnação nos 11,7%. Já na população adulta, na faixa etária entre os 25 e os 64 anos de idade, houve um aumento de 1,8%, entre 2011 e 2021 e prevê-se um decréscimo de 0,9% (inferior ao crescimento ocorrido) entre 2021 e 2031. Por fim, na população idosa com mais de 64 anos de idade prevê-se um aumento gradual entre 2011 e 2031, tendo havido um aumento de 3,4% entre 2011 e 2021 e uma projeção de mais um aumento de 1,1% entre 2021 e 2031. Com isto, pode-se afirmar que, no município de Cabeceiras de Basto, como em todo o país, perspectiva-se uma tendência para a predominância de uma população cada vez mais idosa.

Figura 28. População Residente (2011, 2021, 2031)



Grupos Etários	2011	2021	2031
0 – 14	16,3	12,3	12,1
15 – 24	12,9	11,7	11,7
25 – 64	51,5	53,3	52,4
>64	19,3	22,7	23,8

Fonte: INE, 2023

Taxa de Natalidade

$$y_{2028} = m \times (2028 - 2011) + \textit{Taxa de Natalidade em 2011}$$

Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes).

Relativamente à taxa de natalidade, no município de Cabeceiras de Basto, entre 2011 e 2021, verificou-se uma desaceleração da taxa de natalidade de 1,6%, tendo passado de 7,9% em 2011 para 6,3% para 2021. A prospetiva para 2031 é igualmente de um decréscimo de 1,6%, que se torna constante, passando de 6,3% em 2021 para 4,7% em 2031.

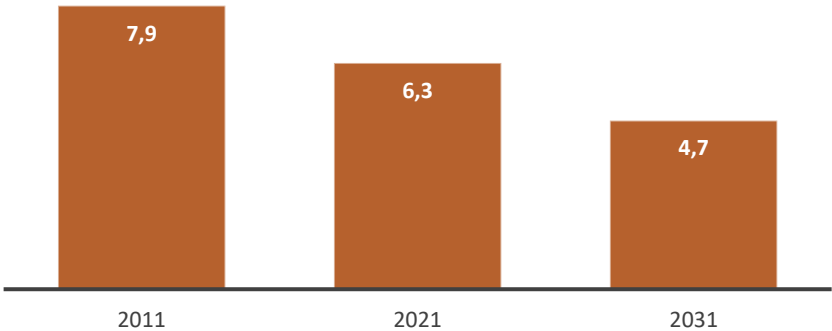


Figura 29. Taxa de Natalidade (2011, 2021, 2031)

Fonte: INE, 2023

Índice de Envelhecimento

$$\text{Índice de Envelhecimento} = \frac{\text{Pop. com 65 anos ou mais}}{\text{População de 0 a 14 anos}} \times (100)$$

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

No que diz respeito ao Índice de Envelhecimento, no município de Cabeceiras de Basto, verifica-se um grande aumento de 73,6% entre 2011 e 2021. Por seu turno, prevê-se um abrandamento entre 2021 e 2031, passando de um índice de 190,5 para 196,1. No entanto, este abrandamento não se traduz no reverter de ciclo, mas sim que os valores do índice de envelhecimento já atingiram valores elevados.

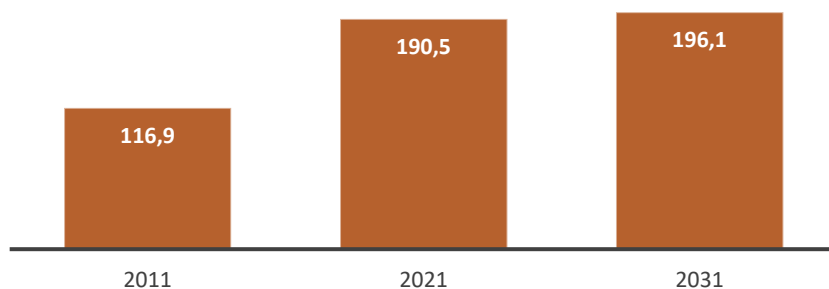


Figura 30. Índice de Envelhecimento (2011, 2021, 2031)

Fonte: INE, 2023

Índice de Dependência total

$$ID = \frac{\text{Pop. com menos de 15 anos} + \text{Pop com 65 anos ou +}}{\text{População entre 15 e 64 anos}} \times (100)$$

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Relativamente ao Índice de Dependência total, no município de Cabeceiras de Basto, observou-se que, entre 2011 e 2021, houve um ligeiro decréscimo de 0,4, passando de 54,7 para 54,3. Para 2031 prevê-se um aumento de 0,5 entre 2021 e 2031 e de 0,1 entre 2011 e 2031 (valor superior ao valor do ano de referência – 2011).

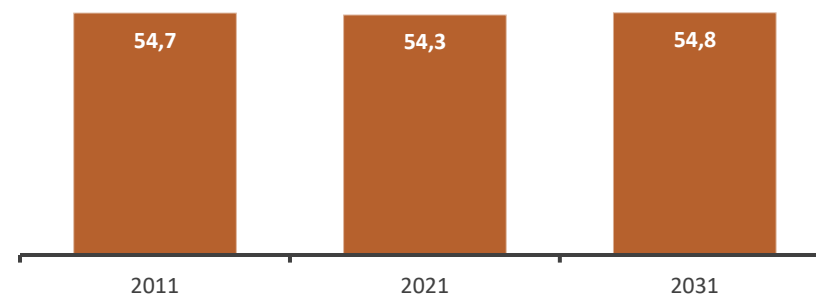


Figura 31. Índice de Dependência Total (2011, 2021, 2031)

Fonte: INE, 2023

PARTE V - SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT



10 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

No decorrer deste diagnóstico, por meio da análise de um amplo conjunto de indicadores de diversas áreas, é fornecida a base de evidência e o contexto necessário para identificar os principais problemas e necessidades da rede de serviços e equipamentos sociais. Isso é essencial para o processo de planeamento e organização subjacente à sua programação, que se pretende abrangente. Para isso, este é o momento em que se faz uma síntese diagnóstico dos temas analisados ao longo do documento até ao momento, nomeadamente a caracterização territorial, as projeções e a análise aos equipamentos e respostas sociais.

Relativamente à caracterização do território do Município de Cabeceiras de Basto, esta foi dividida em 3 níveis: Demográfico, Socioeconómico e Físico.

No que concerne à temática da demografia, Cabeceiras de Basto apresenta problemas de territórios desenvolvidos e, especificamente no cenário português, uma dinâmica populacional característica de territórios do interior. Isto é, ocorre um envelhecimento demográfico simultaneamente à

perda populacional. Para corroborar estas afirmações, os dados dos últimos dois censos realizados à população, 2011 e 2021, mostram que o município de Cabeceiras perdeu cerca de 6,9% da população residente no espaço temporal de 10 anos. Este facto traduz-se na passagem de 16 710 habitantes em 2011 para 15 558 em 2021. Por seu turno, a densidade populacional acompanha a diminuição da população. Este facto torna o território cada vez mais marcado por um despovoamento em determinadas áreas do território.

Transpondo a análise para o nível das freguesias, em 2011 a União de Freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela assume-se como a mais populosa, com 6755 habitantes, representando 42.3%, distinguindo-se de forma clara das restantes freguesias, seguindo-se a União de Freguesias de Arco de Baúlhe e Vila Nune com 2048 habitantes, representando 12.4%. Em 2021 as mesmas freguesias são as mais populosas, contudo tiveram um decréscimo em termos de habitantes, passando a ter 6 574 (42.3%) e 1 950 (12.6%), UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela e UF de Arco de Baúlhe e Vila Nune, respetivamente.

Através de uma análise mais detalhada à população residente, é possível observar que o grande grupo etário mais representado é da população ativa seguido do grupo etário da população com 65 anos e mais. No que concerne aos índices de envelhecimento, índice de dependência total índice de dependência de jovens, índice de dependência de idosos ou taxa de natalidade confirmam a tendência de a população estar cada vez mais envelhecida, notando-se um aumento no nº de idosos e uma redução do nº de jovens a residir no município de Cabeceiras de Basto.

A taxa de natalidade, na última década, mostra uma tendência negativa, passando de 7.9% em 2011 para 6.3% em 2021. Comparativamente à Região do Ave, Cabeceiras de Basto tem uma taxa de natalidade abaixo, sendo que esta região regista uma percentagem de natalidade de 7.0%.

No que diz respeito à população por género no município, existe um equilíbrio entre homens e mulheres, no entanto, quer em 2011 quer em 2021, existiu sempre mais população do sexo feminino do que do sexo masculino.

As projeções realizadas mostram que a tendência que existe no município irá ter continuidade, em termos de cenários

centrais. Isto significa que a população continuará a envelhecer e que a população continuará a diminuir.

Relativamente à caracterização socioeconómica, esta demonstra que a grande parte da população empregada possui o ensino básico como formação e que o principal setor de atividade empregador é o terciário. Em termos de grupos profissionais, o que apresenta maior representatividade em Cabeceiras de Basto são os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices.

Comparativamente entre os anos de 2011 e 2021, um dos principais fatores positivos da dinâmica existente no município, destaca-se o fator da taxa de desemprego que regista uma diminuição.

Relativamente aos fatores físicos do território, este demarca-se por assimetrias na sua orografia e, por sua vez, nos seus declives. É nas freguesias menos urbanas onde estão presentes os acidentes físicos do território. Isto é, nas freguesias mais a nordeste do município que estão situadas nos pontos mais elevados e com maiores declives.



As respostas sociais que estão inseridas no município de Cabeceiras de Basto estão na sua maioria na lotação máxima, e algumas das instituições já se encontram com lista de espera aguardando vaga ou autorização para aumentarem a sua capacidade de resposta, com obras de ampliação.

De salientar, que as creches existentes no município se encontram na sua lotação máxima, onde existe uma enorme procura por parte dos recém pais para deixarem os seus filhos aos cuidados de profissionais.

Fazendo uma análise aos serviços existentes para pessoas idosas, em Cabeceiras de Basto existem 8 instituições a prestar auxílio a idosos através de **apoio domiciliário**, tendo a seu encargo 262 utentes, dispersos por todo o território. Para além desta valência, existem 5 **Estruturas Residenciais par Pessoas Idosas** em cinco freguesias (Bucos, Cavez, Arco de Baúlhe, Refojos de Basto e Faia), sendo que a sua área de abrangência é intermunicipal. Ambas as valências se encontram na sua capacidade máxima o que leva à existência de lista de espera. Os **Centros de Dia** estão

situados na União de freguesias de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, e o **Centro de Convívio e Lazer** na freguesia de Abadim.

Para prestar apoio aos idosos que optam por não abandonar as suas habitações e que são independentes, a entidade Basto Vida é dinamizadora de 17 **Espaços de Convívio e Lazer** espalhados por todo o município, instalados nas juntas de freguesia ou antigas escolas primárias, em que os idosos se juntam durante o período da tarde para conviver e realizar atividades.

Para pessoas com necessidades especiais, isto é, pessoas adultas com deficiência e pessoas em situação de dependência, o município está equipado com um **Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão** e um **Lar Residencial**, na Fundação António Joaquim Gomes da Cunha, e uma **Unidade de Cuidados Continuados** pertencente à Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos. Para além destes três equipamentos, a Basto Vida, nas suas instalações possui uma **Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação**.

Para além destas respostas sociais, existem no município diversos projetos que prestam apoio à população, contribuindo para a promoção da qualidade de vida e para um desenvolvimento social integrado.

11 ANÁLISE SWOT

A análise SWOT consiste no estudo do cenário externo e interno de uma realidade sendo uma das ferramentas de análise mais utilizadas. A técnica foi desenvolvida por Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970.

Este tipo de medida é fundamental num processo de Planeamento Estratégico ou mesmo no decorrer do regular funcionamento da organização para criar ações estratégicas em momentos de incerteza, permitindo-nos conhecer os fatores favoráveis e desfavoráveis que as organizações apresentam, além de a situar dentro do seu real contexto. É preciso tomar decisões com qualidade e colocar em prática as boas práticas, no entanto, tudo deve ser feito com cautela e com a estratégia adequada.

Os **pontos fortes** (Forças) são as capacidades que precisam ser alavancadas e que permitem ter um bom desempenho. Para melhor identificar esta capacidade podem-se fazer perguntas para facilitar, tais como: o que é que a nossa resposta social tem de melhor; quais são os recursos que



tem; o que é que a nossa resposta social tem de melhor que as outras;

Os **pontos fracos** (Fraquezas) são as características que impedem um bom desempenho e que precisam ser enfrentadas. Podem mais facilmente encontrar-se estes pontos fracos com a seguinte pergunta: que problemas existem na resposta social;

As **oportunidades** podem, muitas vezes, vir através de algum aspeto económico novo, como a melhoria da qualidade de vida da classe média, o aumento da população, a melhoria dos rendimentos e do crédito, entre outros. Outro fator que pode influenciar o fomento de oportunidades são as ações políticas do governo como a escolha de investir em infraestruturas.

Já as **ameaças**, são possíveis forças ou eventos, fora do controle, que devem ser constantemente monitorizados. Por exemplo, uma forte crise na área económica, desemprego, queda do poder de compra. Por isso, é importante que se criem políticas que possam combater as ameaças.

A análise SWOT foi realizada em função de três momentos distintos no processo de elaboração da Carta Social.

Em 1º lugar, consistiu na recolha e análise dos dados estatísticos que caracterizam o território. Assim, foi possível compreender as dinâmicas existentes ao nível social e económico, bem como a influência da geografia física.

Em 2º lugar, ocorreu a fase de caracterização dos equipamentos e respostas sociais. Nesta fase realizou-se um levantamento exaustivo de todas as características das respostas sociais no concelho de Cabeceiras de Basto. Neste processo ocorreram dois momentos de auscultação das entidades. Primeiramente, foram aplicados questionários às entidades que possuem respostas sociais, identificando as suas características gerais, bem como características mais específicas dos seus recursos humanos, dos seus utentes e da lista de espera existente.

Por último, em 3º lugar, foi auscultado o município, sendo este momento crucial para conectar toda a informação recolhida, bem como para ter uma visão ao nível local e ser possível ter uma análise municipal.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Proximidade existente entre a população, entidades e poder local; - Articulação positiva entre o município e as entidades gestoras; - Políticas sociais bem delineadas; - Equipamentos e instalações em bom estado e especializadas; - Qualidade dos serviços prestados pelas organizações sociais; - Quantidade de instituições na rede de serviços e equipamentos; - Associativismo local com expressão.	- Idosos habitam em aldeias isoladas e dispersas pelo território; - Reduzida oferta face à procura nas creches, ERPI e Lares Residenciais e pessoas com deficiência; - Obstáculos do modelo de financiamento para as entidades sociais e dependência do mesmo; - Ausência de respostas sociais no acolhimento temporário e no apoio domiciliário noturno; - Competitividade entre as entidades; - Custo elevado na gestão das instituições; - Falta de formação continua dos colaboradores;
Oportunidades	Ameaças
- Novo quadro comunitário; - Posicionamento do município na região de Basto, em termos económicos, sociais e de acessibilidade; - Desenvolvimento do trabalho em rede entre as instituições sociais.	- Aumento da esperança média de vida; - População envelhecida; - Redução da taxa de natalidade; - Oferta habitacional deficitária; - Défice na relação entre a remuneração e a qualificação dos colaboradores; - Insuficiência da rede de transportes públicos; - Agravamento do abandono familiar.



PARTE VI – PROGRAMAÇÃO E PLANO DE MONITORIZAÇÃO



12 PROGRAMAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

12.1 VISÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Com base no conceito de desenvolvimento social que se refere a um processo de melhoria das condições de vida, bem estar e qualidade de vida das pessoas numa sociedade, nos direitos sociais indispensáveis e na nova geração de políticas públicas sociais ativas direcionadas para a inclusão social em detrimento da perspetiva, a programação da rede de serviços e equipamentos sociais no âmbito da carta social, assume-se como visão, um compromisso por parte do município para garantir a resposta a todos aqueles que dela necessitam, eliminar as desigualdades e integrar grupos sociais desfavoráveis, intervindo nas determinantes socioeconómicas.

A visão definida para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais pretende contribuir ativamente para a modelação de um sistema territorial e urbano equilibrado e policêntrico, através da qualificação, revitalização e valorização dos centros urbanos e da formação de novas

centralidades, para a dinamização da atividade económica e para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado e da qualidade ambiental, melhorando assim a qualidade de vida da população de Cabeceiras de Basto.

Esta visão é orientada por cinco princípios que enquadram o desenvolvimento da estratégia de intervenção, estando articulados entre si em todas as ações. Estas medidas são:

Igualdade: garantir a igualdade e equidade no acesso de todos os utentes aos serviços e equipamentos sociais;

Proximidade: certificar a proximidade dos utentes aos serviços e equipamentos sociais, particularmente dos que integram grupos sociais com menor mobilidade e beneficiar de um quadro de vida de qualidade e ter respostas sociais na sua área de residência;



Racionalidade: permitir a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos e a maximizar os resultados, de modo a evitar redundâncias desnecessárias na oferta e a melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações com menor volume de investimento, no quadro da valorização das competências, estruturas e instituições instaladas;

Sustentabilidade: favorecer intervenções que melhorem a eficiência energética contribuindo para a diminuição do impacto ambiental;

Territorialidade: reorganizar a rede de serviços e equipamentos sociais de modo a colmatar espaços descobertos e contribuir para o reforço e a coesão do sistema urbano local.

Para programar a rede de serviços e equipamentos sociais, existem alguns parâmetros que apoiam a tomada de decisão, percebendo a evolução demográfica e socioeconómica que vai existir no futuro, consoante as projeções demográficas, e daí refletir sobre cada resposta social. Ao ter estes indicadores das gerações futuras, consegue-se prever a taxa de utilização das respostas sociais já existentes, perceber a taxa de cobertura das mesmas.

A área de influência de uma resposta social é determinante na sua programação, existindo um modelo de estruturação territorial definido em cinco níveis.

Nacional: serviços com um nível de especialização muito elevado, abrangendo todo o território nacional.

Regional: são serviços e equipamentos sociais com especialização elevada, que abrange um grande território.

Supramunicipal: é um nível especializado que abrange uma área que ultrapassa o território municipal, circunscrevendo-se aos concelhos limítrofes.

Municipal: aqui existe dois eixos,

o **central** que são serviços e equipamentos vocacionados para grupos-alvo onde existe uma localização mais acessível, e a **proximidade**, vocacionada para grupos-alvo específicos onde a distribuição espacial concentra-se num determinado local.

Local: corresponde essencialmente a respostas sociais direcionadas a Crianças e Jovens e a Pessoas Idosas, pretendendo abranger todo o território municipal, de modo a assegurar que o público-alvo tenha a resposta mais próxima possível;



12.2 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

A visão estabelecida para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais é concretizada através de uma estratégia de intervenção elaborada para abranger um ciclo de programação com a duração de quatro anos. As ações e medidas a serem implementadas são aquelas delineadas pelas organizações sociais que fazem parte da rede de serviços e equipamentos sociais, representando um cenário ideal e desejoso. Estas vontades correspondem a intenções, dependentes da legislação e regulamentação específica, a concretização das parcerias necessárias, o parecer e a celebração de acordos de cooperação por parte da Segurança Social e a disponibilidade de recursos financeiros. Por esta razão, a forma de concretização, capacidade, estimativa de custos e o cronograma de implementação poderá apresentar variações em relação ao inicialmente previsto. As metas de implementação referem as intenções manifestadas pelas entidades sociais e que serão atingíveis face aos recursos materiais e humanos, aos potenciais obstáculos ou dificuldades e ao intervalo de tempo. As metas de implementação servirão, também, de apoio à avaliação

do grau de execução das ações e medidas a desenvolver. Considerando o levantamento executado em 2023 e 2024, a implementação da estratégia de intervenção é da responsabilidade das entidades com competência nos domínios específicos, existentes no município ou que irão ser instalados, assegurando a dotação dos recursos financeiros, contratação de recursos humanos e físicos necessários.

Esta visão para a programação da rede de serviços e equipamentos sociais assenta em 2 objetivos principais:

O 1º objetivo assenta em perceber o estado atual da rede de serviços e equipamentos e trabalhar sobre ela, de forma a capacitar tendo em vista a prestação de um serviço que permita responder às necessidades existentes e com a máxima qualidade

O 2º objetivo tem como base, em função da oferta e da procura, suprimir necessidades que existam na rede de serviços e equipamentos sociais, de acordo com a procura existente.

Objetivo 1

Reforçar a Rede de Respostas Sociais Existente

OE 1.1. – Reforçar a Capacidade de Resposta na Infância e Juventude e na População adulta

OE 1.2. – Ampliar e requalificar instalações dos equipamentos sociais;

O.E. 1.3. – Qualificar os recursos humanos.

Objetivo Estratégico 1.1.

Metas					
Ação	Capacidade			Localização	Promotor
	2025	Aumento	2029		
Aumentar a capacidade de resposta das Creches	90	+ 10	100	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CSCB
Aumentar a capacidade de Resposta do Lar	27	+ 31	58	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Aumentar as vagas protocoladas do SAD	60	+ 10	70	Arco de Baúlhe	CVP - AB
Aumentar a capacidade de Resposta do SAD	25	+ 20	45	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CVP - CB
Aumentar a capacidade de Resposta do Centro de Dia	34	+ 12	46	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB

Aumentar a capacidade de Resposta da UCCI	30	+ 48	78	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Aumentar a capacidade de Resposta do CACI	40	+ 20	60	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Aumentar a capacidade de Resposta do SAD	40	+6	46	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB
Aumentar a capacidade de Resposta do SAD	30	+ 40	70	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM

Objetivo estratégico 1.2.

Metas			
Ação	Capacidade Prevista (2029)	Localização	Promotor
Ampliar			
Ampliar as instalações das creches	10o	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CSCB
Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	---	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM
Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	---	Arco de Baúlhe	CVP-AB
Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	---	Bucos	CSB

Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	---	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB
Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	---	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Ampliar as instalações das respostas das pessoas com dependência, com deficiência e pessoas idosas	70	Cavez	CSPC
Aumentar a capacidade de Resposta da UCCI – Cuidados Paliativos	11	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Aumentar a capacidade de Resposta da UCCI – Saúde Mental (Residência de Apoio Máximo)	24	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Aumentar a capacidade de Resposta da UCCI – Unidade de Dia e Promoção da Autonomia	25	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Aumentar a capacidade de Resposta da UCCI – Camas para utentes a aguardar vaga na RCCI	24	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	Basto Vida
Ampliar a capacidade do SAD	70	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM
Ampliar a Unidade de Cuidados Continuados	81	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM
Aumentar a capacidade de Resposta do SAD	46	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB



Requalificar			
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Pop. Idosa	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Crianças e Jovens	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CSCB
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Pop. Idosa (ERPI – 12)	Bucos	CSB
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Pop. Idosa (SAD – 30)	Bucos	CSB
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Pop. Idosa (ERPI Pares – 20)	Cavez	CSPC
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa	Crianças e Jovens (Creche – 33)	Cavez	CSPC
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa (equipamento/edifício)	Pop. Idosa	Abadim	CSPA
Requalificação das instalações nas respostas de crianças e jovens e população idosa (obras de remodelação/adaptação do edifício)	Pop. Idosa	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB

Objetivo 2

Criar Novas Respostas Sociais

OE 2.1. – Reforçar a rede de apoio à infância e juventude

OE 2.2. – Aumentar os equipamentos de resposta social a pessoas idosas

Objetivo estratégico 2.1.

Metas			
Ação	Capacidade Prevista	Localização	Promotor
Criação de nova resposta social – Creche	33	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CVP - CB
Criação de nova resposta social – Creche e Jardim de Infância	200	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM

Objetivo estratégico 2.2.

Metas			
Ação	Capacidade Prevista	Localização	Promotor
Criação de nova resposta social – Centro de dia	20	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CVP - CB
Criação de nova resposta social – Residências Assistidas	50	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM

Construção de uma nova sede para a cruz vermelha portuguesa	N.A.	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	CVP - CB
Criação de nova resposta social – Centro de dia	50	Cavez	CSPC
Criação de nova resposta social – Serviço de Apoio Domiciliário 24 horas	20	Cabeceiras de Basto	CVP-CB
Criação de nova resposta social – Centro de dia	30	Arco de Baúlhe	CVP-DAB
Criação de nova resposta social - Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI)	59	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Criação de nova resposta social – Serviço de Apoio à Vida Independente (SAVI)	10	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Criação de nova resposta social – Habitação Colaborativa e Comunitária	5	Cabeceiras de Basto	FAJGC
Criação de nova resposta social – Turismo Sénior	20	Abadim	CSPA
Criação de nova resposta social – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) (possibilidade de acordo de cooperação)	---	Abadim	CSPA
Criação de nova resposta social – Residência Sénior	50	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM
Criação de nova resposta social – ERPI	30	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	ADIB
Criação de nova resposta social – Lar Residencial	50	UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela	SCM

12.3 PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O plano de monitorização e avaliação garante que a carta social se mantenha um instrumento permanentemente válido, uma vez que permite a constante adequação a uma realidade que evolui em função das alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política social, ou de um conjunto de atividades específicas que se podem realizar, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos.

A Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto é responsável pela atualização da carta social em virtude da evolução da rede de serviços e equipamentos sociais, e com o apoio ou pela orientação da equipa técnica das entidades, sempre que solicitem essa ajuda.

A monitorização e avaliação permite que se perceba as transformações da realidade e se procede à tomada de medidas/correções que possibilitem manter o equilíbrio da rede de serviços e equipamentos sociais, mantendo a oferta adequada à procura destes serviços sociais, tendo em vista uma atualização sistemática dos principais indicadores que

a rede de serviços e equipamentos sociais dispõem no município.

A primeira fase deste plano de monitorização e avaliação passa pela recolha, tratamento, atualização e análise da informação, que serve de base à avaliação intermédia e final. A recolha desta informação deve ter por base a informação considerada relevante que forneça uma visão global da evolução da rede de serviços, mas especificamente na parte da oferta e procura e do estado de conservação. Nesta parte, é fundamental proceder à atualização dos inquéritos e à constituição de uma base de dados para organização de toda a informação.

Para a carta social municipal estar atualizada, as entidades do setor social, solidário ou lucrativo, reportam ao município informação sobre o encerramento e/ou criação de novas respostas sociais, como também as necessidades e as vagas ocupadas ou livres nas respostas sociais que se encontram em funcionamento.

Na segunda etapa, esta deve realizar dois relatórios, o primeiro com o objetivo de fazer o ponto de situação da execução das ações e medidas a desenvolver, do



cumprimento das metas e da evolução da rede de serviços e equipamentos sociais. O segundo refere-se ao relatório final, realizado no final do ciclo de quatro anos.

Os relatórios devem respeitar algumas dimensões de análise, começando por indicar as alterações no quadro legal, descrever as transformações na envolvente territorial, demográfica e socioeconómica, evolução da rede de serviços e equipamentos sociais, identificando os serviços e equipamentos sociais que se encontrem em funcionamento e qual a sua atividade relativa à resposta social, avaliar o grau de execução das ações e medidas a desenvolver e do cumprimento das metas, e definir propostas de alterações à estratégia de intervenção, caso esta seja necessária.

A última etapa do plano corresponde à revisão. A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo desse período ou sempre que a rede de serviços e equipamentos sociais se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento.

NOTAS CONCLUSIVAS

A elaboração da Carta Social Municipal baseia-se numa visão estratégica de desenvolvimento de territórios socialmente coesos. A elaboração da Carta Social de Cabeceiras de Basto, permitiu identificar uma variedade de entidades e respostas sociais considerável face à realidade do território do município.

Na maior parte das respostas sociais presentes no município de Cabeceiras de Basto, a capacidade encontra-se no limite máximo. Algumas dessas respostas sociais já têm lista de espera, aguardando por vaga ou autorização para expandir a sua capacidade através de obras de ampliação.

No município existem 13 instituições, das quais 12 tem carácter não lucrativo e 1 de carácter lucrativo, com um total de 27 respostas sociais, das quais 4 ligadas à infância e juventude, 20 à população adulta e 3 à família em geral.

Do estudo realizado, as respostas à população adulta apresentam uma elevada lista de espera de utentes na procura de melhores condições, sendo a resposta social ERPI

a mais procurada por esta população. Para além desta resposta social, o Lar Residencial também apresenta uma elevada lista de espera.

Com a elaboração do presente documento, foram diagnosticadas as necessidades presentes no Município, permitindo um planeamento, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos. Para a concretização da programação definida, deve existir uma forte articulação entre as Instituições Particulares de Solidariedade Social e o Conselho Local de Ação Social.

No que concerne as Estratégias de Intervenção, existem várias instituições com pretensões de ampliar e requalificar as suas instalações para abranger um maior número de população, e, para além disso, pretendem criar novas respostas sociais, para além das já existentes no município.



ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIOS

Para a realização dos inquéritos, estes foram realizados via online, utilizando o programa Survey123. Estes tiveram o intuito das entidades existentes no concelho de Cabeceiras de Basto darem a conhecer as suas valências, colaboradores, utentes, e expor as suas intenções para os próximos 4 anos.

Caracterização Geral

Instituição ▼

Nome da Instituição *

Data de Fundação *

Direção - Presidente *

Direção - Tesoureiro

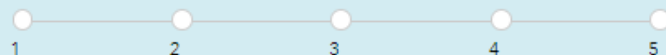
Direção - Secretário

Contacto telefónico***Fax****Email****Website****A entidade tem fins lucrativos?***☐ Sim☐ Não**Destinatários***☐ Crianças e Jovens☐ Crianças e Jovens com Deficiência☐ Crianças e Jovens em Perigo☐ Pessoas Idosas☐ Pessoas com Deficiência☐ Pessoas em Situação de Dependência☐ Pessoas com Doenças do Foro Mental ou Psiquiátrico☐ Pessoas Sem-Abrigo☐ Família e Comunidade☐ Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias☐ Pessoas Vítimas de Violência Doméstica☐ Pessoas Toxicodependentes

Número de Edifícios*

Classifique a sustentabilidade da sua atividade*

1 - Nenhuma; 2 - Pouca; 3 - Razoável; 4 - Alguma; 5 - Elevada

Caracterização Específica por Valência

Identificação da Valência

Data de Criação

Morada

Contacto telefónico

Website

Horário de Funcionamento

Horário da semana

Abertura:
Fecho:
Hora do almoço:

Horário de Funcionamento

Horário de fim de semana

Abertura:
Fecho:
Hora do almoço:

Área de Abrangência☐ Municipal☐ Intermunicipal**Área de Abrangência no Município de Cabeceiras de Basto**☐ Abadim☐ Basto☐ Bucos☐ Cavez☐ Faia☐ Pedraça☐ Riódouro☐ Cabeceiras de Basto☐ UF de Alvite e Passos☐ UF de Arco de Baúlhe e Vila Nune☐ UF de Gondães e Vilar de Cunhas☐ UF de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela☐ Outro

Possui acordo com a Segurança Social?☐ Sim☐ Não**Os utentes tem alguma mensalidade?**☐ Sim☐ Não**O/s edifício/s tem certificado energético?**☐ Sim☐ Não**Edificado**☐ Funciona em instalações construídas de raiz☐ Funciona em instalações adaptadas☐ Dispõem de espaço exterior

No que concerne à Caracterização Específica por Valência, este é replicado 6 vezes, visto que em cada uma das instituições poderá existir mais do que uma valência.

Recursos Humanos**Número de Colaboradores por Função** ▼

Preencher de acordo com as valências existentes

Número de Colaboradores por Valência

Valência:
Diretor/a Técnico/a:
Psicólogo/a:
Gestor/a:
Educador/a Social:
Assistente Social:

Quanto aos Recursos Humanos, no que respeita ao número de colaboradores por função, consiste na perspetiva de ilustrar, por valência, quantos trabalhadores existe por cada função que ocupam.

Para tal, foi utilizada a seguinte lista: Valência; Diretor/a Técnico/a; Psicólogo/a; Gestor/a; Educador/a Social; Assistente Social; Animador/a Social; Animador/a de Educação Física; Administrativo; Auxiliar de Serviços Gerais;

Ajudante de Ação Direta; Enfermeiro/a; Auxiliar de Ação Médica; Geriatra; Cozinheiro/a; Outros;

Recursos Humanos por Valência ▼

Preencher de acordo com as valências existentes

Identificação da Valência**Total de Colaboradores****Total de Colaboradores Efetivos****Total de Colaboradores Temporários****Número de Voluntários****Número de colaboradores com vínculo permanente****Número de colaboradores com vínculo temporário****Número de colaboradores com formação em ensino superior****Número de colaboradores com formação em ensino secundário****Número de colaboradores com formação inferior secundário****Número de colaboradores com formação especializada****Número de colaboradores do sexo masculino****Número de colaboradores do sexo feminino**

Número de colaboradores por grupo etário

15 - 24 anos:
25 - 34 anos:
35 - 44 anos:
45 - 54 anos:
superior a 55 anos:

Utentes

Caraterísticas dos Utentes

Preencher de acordo com as valências existentes

Número de utentes

Geral

Homens:
Mulheres:
Com Acordo:
Sem Acordo:
Utentes em Lista de Espera:

Capacidade Instalada

Número total por Valência

Número de Utentes por Valência

Valência:
Homens:
Mulheres:
Com Acordo:
Sem acordo:

No que concerne às características dos utentes, foi realizado um conjunto de questões com o intuito de entender a realidade de cada valência, compreendendo a sua capacidade, o número de pessoas do sexo feminino e masculino e qual a sua idade.

Utentes em Lista de Espera

Preencher de acordo com as valências existentes

Número de Utentes em Lista de Espera por Valência

Valência:
Homens:
Mulheres:

Idade dos Utentes em Lista de Espera:
Homem:

No que respeita aos utentes em lista de espera, este conjunto de questões realizou-se com a intenção de perceber a realidade de cada valência quanto aos utentes que se encontram em lista de espera para usufruir da valência.

Análise Crítica**Intenções** ▼

Quais os objetivos a que a instituição se propõem?*

Quais as estratégias que foram adotadas pela instituição para melhorar o seu serviço?*

Quais as estratégias que a instituição prevê aplicar no futuro para melhorar o seu serviço? *

Quais as intenções a que a instituição se propõe face ao que dispõe e/ou a novas respostas sociais? Indique por valência*

Prevê-se alterações na capacidade de resposta?*

☐ Não se prevê alterações

☐ Requalificação

☐ Ampliação

☐ Criação de novas instalações

Existem investimentos previsto? Se sim, quais?*

Caso existam alterações na capacidade de resposta, qual o número de utentes que irá abranger?

Indique por valência

Caso existam alterações na capacidade de resposta, qual o número de postos de trabalho que irá criar?

Indique por valência



Existem parcerias estabelecidas com outras entidades? Quais e de que forma cooperam? *

As respostas sociais pertencentes a esta IPSS dão respostas às necessidades da população alvo? Porquê?*

Quais as sugestões de intervenção necessárias para responder a toda a comunidade?*

Pontos Fortes e Oportunidades*

Pontos Fracos e Fragilidades*

Responsável pelo Inquérito

Preenchido por:*

Nome completo.

- Quais as Fragilidades existentes na área social?

ANEXO II - ENTREVISTA

As questões anteriormente apresentadas no Anexo I, auxiliaram a realização da entrevista e do seu guião.

- Quais os objetivos a que a entidade se propõe?
- Quais as estratégias da entidade para assegurar a melhor qualidade da população residente?
- Existem parcerias estabelecidas com outras entidades? Quais e de que forma cooperam?
- Está prevista a criação de respostas sociais? Se sim, quais? (Juntas de Freguesia)
- Quais as necessidades sociais que considera que existam no Município?
- Quais seriam as sugestões de intervenção necessárias para responder a toda a comunidade?
- Quais os Pontos Fortes existentes na área social?
- Quais as Oportunidades existentes na área social?
- Quais os Pontos Fracos existentes na área social?



